



CARACTERIZAÇÃO DA NORMA DO PORTUGUÊS EM ANGOLA

Márcio Edu da Silva Undolo

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística

ORIENTADORA: *Ana Paula Figueira Banza de Figueiredo Santos*

ÉVORA, AGOSTO DE 2014



ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	1
ÍNDICE DE ABREVIATURAS	5
ÍNDICE DE FIGURAS	7
DEDICATÓRIA	11
AGRADECIMENTOS	13
RESUMO.....	15
<i>ABSTRACT</i>	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I: CONDICIONAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO	31
1.1. Período Colonial e Descolonização	33
1.2. Período pós-Colonial: de 1975 a 1991	42
1.3. Período pós-Colonial: de 1991 a 2002	46
1.4. Período pós-Colonial: de 2002 até à actualidade	48
1.5. Conclusão	49
CAPÍTULO II: PANORAMA LINGÜÍSTICO	53
2.1. Língua e Norma	55
2.2. Língua e Dialecto	59
2.3. Línguas Africanas em Angola	61
2.3.1. Línguas khoisan	61
2.3.2. Línguas bantu	64
2.3.2.1. Classificação geral das línguas bantu	67
2.3.2.2. Características gerais das línguas bantu	71
2.3.2.3. Línguas bantu faladas em Angola: problemática	78

2.4. Língua Portuguesa em Angola	84
2.4.1. Política linguística colonial	84
2.4.2. Política linguística pós-independência	87
2.4.2.1. Situação actual da Língua Portuguesa	89
2.4.2.1.1. Língua oficial	89
2.4.2.1.2. Língua veicular	90
2.4.2.1.3. Língua nacional	91
2.5. Conclusão	95

CAPÍTULO III: ESTADO DA ARTE. OBJECTIVOS

E METODOLOGIA	97
3.1. Estado da Arte	99
3.2. Objectivos	108
3.3. Metodologia	117
3.3.1. Preliminares da investigação	119
3.3.2. Instrumentos e procedimentos de recolha de dados	120
3.3.2.1. Inquérito de questionário	120
3.3.2.2. Testes	121
3.3.2.3. Observação, gravação áudio e registo escrito	123
3.3.3. Hipóteses e variáveis	128
3.3.4. Informantes	129
3.3.4.1. Caracterização do perfil linguístico	134
3.3.4.1.1. Ordem de aquisição/aprendizagem de línguas	136
3.3.4.1.2. Contexto de utilização da LP	139

3.3.4.1.3. Estatuto sócio-económico	141
3.4. Conclusão	149
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ...	153
4.1. Transcrição e Tratamento dos Dados	155
4.1.1. Nível morfo-sintáctico	155
4.1.1.1. Pronomes clíticos	155
4.1.1.1.1. Padrões de colocação	157
4.1.1.1.2. Pronomes clíticos no PA	160
4.1.1.1.2.1. Caracterização	166
4.1.1.2. Modos verbais	170
4.1.1.2.1. Conjuntivo	171
4.1.1.2.1.1. Caracterização	174
4.1.1.2.2. Imperativo negativo	176
4.1.1.2.2.1. Caracterização	180
4.1.1.3. Processos de concordância	182
4.1.1.3.1. Caracterização	190
4.1.1.4. Padrões de graduação e comparação	193
4.1.1.4.1. Caracterização	196
4.1.1.5. Regência	199
4.1.1.5.1. Caracterização	203
4.1.2. Nível fónico	208
4.1.2.1. Sistema vocálico	211
4.1.2.2. Sistema consonântico	216
4.1.2.3. Processos fonológicos	220
4.1.2.4. Estrutura silábica	221
4.1.3. Nível lexical	224
4.1.3.1. Trabalho lexicográfico	224

4.1.3.1.1. Lista de entradas	225
4.1.3.1.2. Análise lexical	230
4.1.3.1.3. Levantamento estatístico	272
4.2. Conclusão	275
4.2.1. PA: nível morfo-sintático	275
4.2.2. PA: nível fónico	278
4.2.3. PA: nível lexical	279
CAPÍTULO V: A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA:	
Perspectivas de Futuro	281
5.1. Português de Angola: uma norma em construção	283
5.1.1. Principais factores de mudança	284
5.2. Português de Angola e Estratégia de Valorização	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289
OUTRAS FONTES	325

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

PA – Português angolano

PE – Português europeu

PB – Português brasileiro

LP – Língua Portuguesa

L1 – língua primeira (ou materna)

L2 – língua segunda

neol. – neologismo

emprést. – empréstimo

s. – substantivo

adj. – adjetivo

v. – verbo

adv. – advérbio

m. – masculino

f. – feminino

CV – consoante + vogal

CVC – consoante + vogal + consoante

SN – sintagma nominal

SV – sintagma verbal

SP – sintagma preposicional

CN – classe nominal

VI – variável independente

VD – variável dependente

FBF – frase bem-formada

FMF – frase malformada

PIB – produto interno bruto

ANIP – Associação Nacional de Investimentos Privados

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização das línguas khoisan na África austral	61
Figura 2 – Família linguística das línguas bantu	64
Figura 3 – Localização geográfica dos países africanos de línguas bantu	66
Figura 4 – Mapa experimental das línguas bantu	67
Figura 5 – Sistema de classes da língua nyaneka	71
Figura 6 – Mapa das comunidades etnolinguísticas de Angola	78
Figura 7 – Línguas bantu faladas em Angola	79
Figura 8 – Ficha lexicográfica	126
Figura 9 – Dimensão da amostra	132
Figura 10 – Mapa político da República de Angola	133
Figura 11 – Perfil linguístico dos informantes	136
Figura 12 – Nível de escolaridade dos informantes	141
Figura 13 – Religião dos informantes	143
Figura 14 – Posse e tipologia habitacional	144
Figura 15 – Canais de televisão mais apreciados	145
Figura 16 – Distribuição dos informantes por estrutura familiar ...	147
Figura 17 – Rendimentos mensais	148
Figura 18 – Pronomes clíticos do PE	156

Figura 19 – Apanharam-nos	160
Figura 20 – Alternativa inexistente	161
Figura 21 – Foi busca-la	162
Figura 22 – Alguém o viu?	163
Figura 23 – Pronominalização	164
Figura 24 – Pronominalização	165
Figura 25 – Tempos do conjuntivo	171
Figura 26 – Tempos do conjuntivo	173
Figura 27 – Imperativo negativo	177
Figura 28 – Imperativo negativo	178
Figura 29 – Imperativo negativo	179
Figura 30 – Operadores de concordância nominal	183
Figura 31 – Operadores de concordância verbal.....	183
Figura 32 – Processos de concordância	185
Figura 33 – Processos de concordância	186
Figura 34 – Processos de concordância	187
Figura 35 – Processos de concordância	188
Figura 36 – Processos de concordância	189
Figura 37 – Processos de graduação/comparação	193
Figura 38 – Processos de graduação/comparação	195
Figura 39 – Regência verbal	200

Figura 40 – Regência nominal	201
Figura 41 – Vogais do PA	215
Figura 42 – Consoantes do PA	219
Figura 43 – Processos fonológicos	220
Figura 44 – Lista de entradas lexicográficas	225
Figura 45 – Levantamento estatístico das entradas lexicográficas por prefixos e sufixos	273

*Ao Povo angolano,
dedico, com elevado entusiasmo,
o presente trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria eu de poder deixar aqui expresso os meus agradecimentos a todos que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para a realização deste trabalho. Infelizmente, por economia de espaço, não me foi possível nomeá-los a todos.

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos vão para a Professora Doutora Ana Paula Figueira Banza de Figueiredo Santos – minha Professora e orientadora, pelo incentivo, ensinamento, revelador da sua forte capacidade intelectual, bastante inspiradora, tendo marcado todo o meu percurso na elaboração do presente trabalho. A esta sua qualidade, junto, de entre tantas outras, a disponibilidade que sempre procurou ter, e de forma muito afável, para o avanço das minhas actividades.

Em segundo lugar, os meus agradecimentos são extensivos àqueles que se dispuseram a servir de informantes, em Luanda, no Lubango, em Benguela e no Dundo; aos meus alunos da Linguística Portuguesa no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla e na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte; à Professora Doutora Filomena Gonçalves, pelo incentivo e amizade; à minha estimada esposa, Celeste Undolo, pelo seu apoio sempre incondicional; ao ilustre Professor Doutor Samuel C. Victorino (Reitor da ULAN); à minha colega Teresa Simão; ao estimado Professor Agnelo Carrasco (de quem recebi os primeiros ensinamentos de Linguística Geral e Linguística Portuguesa); aos meus queridos amigos: Infeliz Coxe, Henriques Camosso, José Sasoma, Josefina Bimbi, Efigénio Maweze, Ima Panzo; aos meus estimados pais, Teodoro Undolo e Joana Undolo, pilares morais da minha personalidade; aos meus prezados irmãos: Zunzi, Sara, Nanduva e Jelson. A Todos, o meu eterno agradecimento!

RESUMO

Título da tese: **Caracterização da Norma do Português em Angola**

O presente trabalho partiu da tese de que, em Angola, estaria provavelmente em construção uma norma específica, muito desfasada da do PE, procurando demonstrar a existência de tal norma e identificar suas características relevantes nos diferentes domínios da língua, nomeadamente: fónico, morfo-sintáctico e lexical. Testada esta tese, os resultados evidenciam que, no país, coexistem duas normas da LP, sendo uma real, a variedade nacional, e a outra ideal, a variedade europeia, que corresponde à norma padrão como a língua oficial do Estado angolano. Assim, verifica-se, em Angola, ao contrário do que acontece em Portugal, um afastamento considerável entre a norma culta e a norma padrão, situação favorável a que, no futuro, se institucionalize a norma padrão do PA, à semelhança do que aconteceu no Brasil.

Palavras-chave: norma culta, contacto linguístico, variação linguística, mudança linguística.

ABSTRACT

Characterization of the Angolan Portuguese Norm

The present work results from the thesis that in Angola there may be, in construction, a linguistic norm that is distinct from the European Portuguese; trying to demonstrate such a norm and identify its relevant domains namely: morpho-syntactic, phonetic-phonological and lexical. Having tested this thesis, the results have shown that, there are, in Angola, two norms of the Portuguese language, one which is actual, the Angolan variety, and the other, the European variety, which is a much political ideal. On the contrary to what happens in Portugal, there is in Angola a great separation between the cultivated variety and the standard norm, which favors the Angolan Portuguese norm institutionalization in future, as it happened in Brazil.

Key Words: cultivated variety, language contact, language variation, language change

INTRODUÇÃO

Angola, país africano, localizado na região ocidental da África austral, entre os paralelos 5 e 18 de latitude sul, faz fronteira, a norte e nordeste, com a República Democrática do Congo, a leste, com a República da Zâmbia e, a sul, com a República da Namíbia, sendo banhado, a oeste, pelo Oceano Atlântico.

Político-administrativamente possui 18 províncias: Cabinda, Uíge, Zaire, Lunda Norte, Lunda Sul, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Bengo, Bié, Moxico, Cunene, Cuando-Cubango, Namibe, Huíla, Huambo, Malanje, Benguela e Luanda, sendo esta última a capital do país. Por sua vez, cada uma destas províncias divide-se em distintos municípios, comunas e bairros ou povoações (cf. figura 10, p. 129).

O país tem uma extensão territorial de 1.246.700 km². Trata-se do quinto país de maior dimensão na África subsariana, do segundo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do primeiro nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Quanto à sua densidade populacional, não tem havido consenso entre as diversas fontes. Refere-se que o início da tentativa de conhecimento da população em Angola data do século XVIII, na vigência do governo de D. António de Lencastre, de 1770 a 1779¹. Mas é a partir de 1970 que os dados são mais bem conhecidos do que os de então. Em 1970, o país tinha 5.646.166 habitantes². Em 2000 e de acordo com as estimativas disponíveis, Angola apresentaria um universo populacional de 14,602 milhões de habitantes, o que equivale a uma densidade média global de 11,71 habitantes³. De então para cá, as

¹ Cf. <http://censo.ine.gov.ao> (acedido a 23 de Maio de 2014)

² http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf. (acedido a 14 de Maio de 2014)

³ Cf. <http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/angola-gest%C3%A3o-dos-recursos-naturais-e-desenvolvimento/0>. (acedido a 10 de Janeiro de 2013)

projeções têm variado entre 17 e 21 milhões de habitantes, sendo a capital o maior centro demográfico do país.

Em 18 de Novembro de 2008, em Lisboa, tornou-se público que, segundo um estudo do Fundo das Nações Unidas para a População, em 2050, a população angolana deverá ter passado de 17,5 milhões de habitantes, nesta data, para 44,600 milhões⁴. Estes dados foram actualizados pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento da ENAD (Escola Nacional de Administração), na conferência intitulada «Contribuições para uma política pública de população, povoamento do território e desenvolvimento integrado», organizada pela ENAD, a 4 de Agosto de 2011. Segundo o conferencista, Director do ENAD, a população angolana, actualmente, está estimada em cerca de 20,9 milhões de habitantes. São dados conseguidos com base nos dados estatísticos do recenseamento eleitoral feito em 2008 (com um registo controlado de 8.397.244 eleitores). Ainda segundo os dados apresentados, o ritmo de crescimento da população de Angola é de 3% ao ano, pelo que se trata de uma população maioritariamente jovem⁵. Entretanto, só em 2014, de 16 a 31 de Maio, foi possível, pela primeira vez, no Estado novo, realizar-se um censo geral. Mas, até à data de conclusão do presente trabalho, os resultados provisórios ainda não tinham sido publicados.

Nos últimos dez anos, o país vem assistindo a um reanimar da sua economia, desde o cessar-fogo, de 4 de Abril de 2002, apesar da

⁴ Cf. www.macauihub.com.mo/pt/2008/11/18/6095/ (acedido a 23 de Dezembro de 2011)

Leia-se Simões (2013).

⁵Cf. <http://mercosulcplp.blogspot.pt/2011/08/angola-tem-uma-populacao-de-21-milhoes.html> (acedido a 23 de Dezembro de 2011)

http://sol.sapo.pt/inicio/Lusofonia/Angola/Interior.aspx?content_id=25622 (acedido a 23 de Dezembro de 2011)

crise mundial de 2007-2009 que afectou o país, sobretudo na forma de uma crise cambial. O certo, porém, é que a actual situação da economia nacional conta com uma banca que representa o terceiro centro bancário na África subsariana, seguida do Quênia, numa lista liderada pela África do Sul e pela Nigéria, apresentando evoluções significativas em vários sectores. É notável, por exemplo, o crescimento do sector imobiliário, quer de iniciativa estatal, quer de iniciativa privada; o aumento da taxa de emprego e a estabilização de vínculos laborais, conduzindo ao desenvolvimento de uma nova classe e ao aumento do poder de compra por parte da população. Por outro lado, a dinamização económica do tecido empresarial nacional tem proporcionado à população um rendimento disponível relativamente crescente. O recrutamento de quadros estrangeiros é também um facto em expansão, por força do crescimento da economia nacional como ganho da estabilidade política. Nos últimos cinco anos, várias empresas entraram no mercado angolano, atraídas pelo crescimento da economia nacional⁶.

Em 2012, segundo o *World Economic Outlook*, do Fundo Monetário Internacional (FMI), só haveria três economias no mundo com um crescimento de dois dígitos. A primeira foi a do Níger, a segunda, a do Iraque, e a terceira, a de Angola. Deste modo, o país cresceu para valores muito acima da média estimada para a economia mundial: 4,5%. O FMI reviu em alta as estimativas para a evolução da economia nacional em relação às suas previsões de Outubro de 2010. Assim, a taxa de crescimento para o PIB em 2011 passou de 7% para 7,8%. Outras fontes referem um crescimento estimado em 8% em 2011 (cf. Revista *Investir em Angola*, n.º 3, 2011). Em relação a 2012, a previsão

⁶ Leia-se Simões (2012) e Carvalho (2013).

de crescimento de 6,3% formulada em Outubro foi elevada para 10,5%. O crescimento estimado para esse ano representou também uma recuperação significativa em relação ao 1,6% de crescimento do PIB registado em 2010 (cf. Revista *Economia & Mercado*, n.º 69, 2010; Revista *Economia & Mercado*, n.º 70, 2010; Revista *Exame*, n.º 15, 2011).

Dados mais recentes publicados pelo Gabinete de Estudos Económicos e Financeiros do Banco Português de Investimento sobre a situação financeiro-económica de Angola dão conta de uma realidade que, de lá para cá, se mantém animadora. De entre várias perspectivas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) apresentaram a sua perspectiva segundo a qual o crescimento económico de 2013 fixou-se em 5.1%, e acelerará para 7.9% em 2014 e 8.8% em 2015, sustentado por preços do petróleo muito elevados, além do aumento do fluxo de investimento estrangeiro. No sentido de diversificar a economia nacional, a partir de 2013, o Governo relançou o sector agrícola perspectivando daí um crescimento na ordem dos 8.6%, em 2014, o que se apresentará significativo na qualidade de vida das populações. A par do sector agrícola e outros, está o sector energético cujo crescimento esperado é de 22.4%⁷.

Em suma, todos estes números apontam para um crescimento económico acentuado do país, demonstrando bons indicadores de desenvolvimento económico e de progresso social. Assim, para nós, debater a problemática da norma da Língua Portuguesa (LP) em Angola é também uma estratégia necessária para o desenvolvimento económico e o progresso social do país. A língua oficial do Estado e a sua gestão

⁷ Cf. Boletim Informativo Estudos Económicos e Financeiros, BPI: 2014. Disponível em <http://www.bancobpi.pt/grupo-bpi/estudos-e-mercados/research/angola> (acedido a 9 de Julho de 2014)

constituem um assunto cujo debate político assente em fundamentos científicos tem sido protelado. A falta de estudos sobre a LP em Angola estará na origem deste problema, que, por sua vez, parece ter origem no facto de que não se faz sentir o papel das universidades angolanas relativamente à investigação e à política linguísticas.

Passados quase 40 anos de independência, o problema em debate prende-se com a escolha do padrão linguístico angolano, que se designa por língua oficial do Estado. Em termos práticos, o referido padrão, oficialmente o do Português europeu (PE), não vai para além de um ideal político e linguístico, na medida em que se vem assistindo à emergência de uma variedade culta cada vez mais afastada do padrão, situação muito diversa da de Portugal, onde a variedade culta está muito próxima do padrão. Por outro lado, e à semelhança do que acontece no Brasil, as variedades usadas pela população, em geral, são fortemente heterogêneas e afastam-se profundamente da variedade culta. Esta é, precisamente, a constatação que está na origem da presente dissertação, e a questão que levantamos é se «estará realmente em curso a construção de uma norma do português de Angola, perspectivando-se, no futuro, uma situação similar à do Brasil». Pelo menos, foi possível constatar, tal como se demonstrará nos capítulos IV e V, a existência de características de um padrão do português falado, que corresponde aos usos linguísticos específicos dos falantes cultos angolanos.

Tendo em conta a questão colocada anteriormente, a investigação que resultou no presente trabalho centrou-se no conhecimento explícito dos falantes adultos, marcado pela sua classe social. Como tal, esteve em debate o desempenho desses falantes em situação formal de

comunicação. Entre duas teorias linguísticas, uma racionalista e outra comportamentalista, o que é facto é que

«pode-se pensar que a língua reflecte determinadas categorias de pensamento ou determinados factos socioculturais, na medida em que ela os mantém e impõe; mas a língua também muda sob a influência de factores sociais e não só sob o efeito de uma lógica interna, que nada deve à sociedade» (Yaguello, 2010: 90).

Foi com base nesse modelo teórico que desenvolvemos a nossa investigação sob o tema «Caracterização da norma do Português em Angola». O trabalho desenvolve-se em cinco capítulos.

O primeiro capítulo refere um conjunto de factores sócio-históricos que não são alheios aos fenómenos de variação e mudança na LP em Angola. Fizemos uma incursão histórica que vai desde o período colonial até ao período pós-colonial. Dentro deste último, abordámos três fases:

- A primeira fase de 1975 (ano da independência) a 1991 (ano que marca a adopção do sistema multipartidário, dando início à democracia angolana, à economia de mercado, à descentralização política e administrativa);
- A segunda fase de 1991 (ano marcado pelo Acordo de Bicesse) a 2002 (ano marcado pelo Acordo de Luena, dando início a uma nova Angola, politicamente estável, com uma economia em franco crescimento – alavanca do progresso social);
- A terceira fase de 2002 aos nossos dias. De então para cá, o país registou duas eleições: uma legislativa, em 2008, e outra geral, em 2012; adoptou uma nova Constituição, reformou o sistema educativo não universitário, criou sete

novas regiões académicas de ensino universitário, distribuindo equitativamente os serviços deste ensino pelas 18 províncias do país; pela primeira vez realizou um censo mais abrangente, incluindo aldeias e povoações; vem criando estratégias que dinamizam e diversificam a economia, entre outros factos de impacto social à escala nacional.

O segundo capítulo aborda o panorama linguístico angolano. Neste capítulo, são discutidos os conceitos de língua, dialecto, no sentido de delimitar a nossa abordagem sobre a situação linguística de Angola. O multilinguismo que caracteriza o país tem levantado fortes dúvidas sobre a fronteira entre língua e dialecto, na medida em que aquilo que para alguns estudiosos e/ou Estados é uma língua, para outros, é um dialecto. É apresentada uma proposta de identificação das línguas de Angola, que, naturalmente, não pode ser considerada definitiva, mas que poderá servir para reflexão sobre a questão linguística angolana. Ainda neste capítulo, é tratada a classificação e caracterização genérica das línguas bantu. Uma vez que o PA resulta, em boa parte, do contacto linguístico, e que as línguas bantu constituem o maior grupo de línguas, e o que maior influência exerce no PA, o conhecimento prévio daquela matéria relativa à linguística bantu, permitirá, em grande medida, a explicação de determinadas alterações de nível quer fónico, quer morfo-sintáctico ou lexical. Por fim, aborda-se a situação da LP, nos contextos colonial e pós-colonial, nomeadamente os valores político e sócio-económico que esta língua assumiu, assume e se prevê que assumirá numa sociedade em progresso.

O terceiro capítulo apresenta o estado da arte, os objectivos e a metodologia seguida. O estado da arte permitiu verificar quantos

trabalhos relacionados com o objecto em análise já foram publicados, conhecer a forma como o objecto foi discutido ou analisado em trabalhos anteriores e identificar variáveis e pistas de resposta ao problema em questão. Como é sabido, cada tipo de investigação realiza-se de acordo com um plano, através do qual se definem a estrutura, as estratégias, os procedimentos e os sistemas de controlo necessários para o desenvolvimento do estudo, procurando resposta à questão colocada ou ao problema científico formulado. Assim, neste capítulo, além dos objectivos estabelecidos, são apresentadas a metodologia de recolha de dados, bem como os seus critérios; as hipóteses e as suas respectivas variáveis, isto é, componentes testáveis, a partir das quais a investigação se desenvolveu. Os acontecimentos e mudanças ocorridos nas variáveis foram a base das análises que, no capítulo IV, demonstram se as hipóteses formuladas são aplicáveis ou não.

O quarto capítulo visa a apresentação dos resultados obtidos. Neste capítulo apresentam-se as particularidades linguísticas do português falado pela classe culta angolana em situação formal de comunicação. Para além da caracterização do perfil sociolinguístico dos informantes, foram analisadas as diversas áreas da língua onde são visíveis mudanças já concluídas ou em curso, nomeadamente: no domínio fonético-fonológico, o vocalismo, o consonantismo, a estrutura silábica; no domínio morfo-sintáctico, o sistema pronominal, no que diz respeito aos clíticos pronominais, tempos e modos verbais, processos sintácticos de concordância e de regência, padrões de comparação e graduação. Para além disso, no domínio do léxico, foi feito um levantamento do vocabulário comum específico do PA.

O quinto e último capítulo aborda, de forma conclusiva em geral, os principais factores de mudança linguística, perspectivas de futuro da LP em Angola, bem como a estratégia de valorização.

CAPÍTULO I:
CONDICIONAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO

A abordagem que se segue consiste numa breve revisão documental da história de Angola, no domínio sócio-histórico. O enquadramento deste assunto na presente dissertação justifica-se pelo facto de considerarmos a mudança do tecido social e do panorama político do país, determinante na mudança do panorama sociolinguístico e linguístico nacional. No quadro sócio-histórico em que se formou (ou vem formando), o PA apresenta características diferenciadoras em relação ao PE que procuraremos aqui contextualizar com o objectivo de perceber a influência dos factores externos na história do PA.

1.1. Período Colonial e Descolonização

O território angolano foi, ao longo do tempo, palco de várias migrações populacionais. Segundo Redinha (2009: 21-24), no actual território de Angola, antes dos povos Bantu, já habitavam os povos Khoisan e Vatwa. Este último povo é formado pelos Kwepe e Kwisi.

Em 1482, uma frota comandada pelo navegador português Diogo Cão chegava à foz do rio Kongu. Era o início dos contactos entre angolanos do reino do Kongu e portugueses. Nessa época, estabeleceu-se uma aliança entre o reino de Portugal e o reino do Kongu (Fernandes & Ntondo, 2002: 101). No entanto, esta aliança foi frustrada pelos interesses expansionistas do reino de Portugal. No quadro dos interesses dos navegadores portugueses, Júnior (2011a: 18) aponta cinco objectivos, nomeadamente:

- (i) o estabelecimento de colónias agrícolas na costa;
- (ii) a conquista de espaços territoriais amplos no interior;
- (iii) a identificação de minas de prata;
- (iv) o controlo da rota do comércio do sal;

- (v) a criação de uma comunidade cristã.

Portugal terá tomado a dianteira expansionista, eventualmente entre outras causas, devido à independência precoce enquanto reino, no século XII, às suas condições geográficas, ao seu posicionamento geoestratégico e à sua ligação ao Atlântico. Assim, quando, no final do século XV, os portugueses chegam ao Kongu, já Portugal acumulara larga experiência no domínio da navegação marítima e era, de longe, a unidade política mais expressiva no domínio marítimo (cf. Júnior, *ibid.* pp. 15-16).

Com efeito, os resultados da conquista de Ceuta, em 1415, permitiram a configuração da linha de pensamento que serviu de esteio para que Portugal continuasse, no século XV e seguintes, a expansão ultramarina, abrindo as portas para a fase da navegação oceânica, da exploração geográfica e da conquista militar (cf. Júnior, *ibid.* p. 16).

O domínio colonial de Angola acontece, pois, como referimos, muito cedo, no final do século XV, terminando apenas na segunda metade do século XX, quando estava prestes a completar nada menos que cinco séculos. Segundo Cabral (2008: 45-46), a conquista pelas armas e as guerras coloniais estão na origem da destruição completa das estruturas económicas e sociais dos povos colonizados. As terras e os haveres dos colonizados foram pilhados. Os colonizadores impuseram a “taxa de soberania” e tornaram obrigatória a cultura de certos géneros. Instituíram, ainda, o trabalho forçado e organizaram a deportação dos trabalhadores africanos. Passaram também a controlar totalmente a vida colectiva do povo, utilizando, ora a persuasão, ora a violência, privando os autóctones dos seus direitos humanos elementares.

Segundo Mateus & Mateus (2011: 30-31), com o fim de expropriar os africanos das suas terras, vigorou, ainda recentemente, uma lei segundo a qual constituem património do Estado colonial «os terrenos vagos ou que não entraram definitivamente no regime de propriedade privada ou de domínio público [...]». O carácter genérico da referida lei incluía no património do Estado colonial todos os terrenos, mesmo os que tinham possuidores, desde que estes se não tivessem tornado proprietários face às leis do colonizador.

Lembre-se que quando a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adoptou, em Dezembro de 1948, a Carta Universal dos Direitos Humanos⁸, documento que reconhece o direito de todos os países à autodeterminação, Portugal apressou-se a modificar a sua Constituição, substituindo camufladamente o termo “colónia” por “província ultramarina”, desde 1951⁹, o que permitiria afirmar que não havia colónias nem, por conseguinte, relatórios a apresentar sobre os “territórios africanos” ocupados (cf. Cabral, *op. cit.*).

Segundo se pode perceber a partir do trabalho de Cá (2011: 217-218)¹⁰, definitivamente chegou a época em que os africanos despertaram e se lançaram à conquista da liberdade e da

⁸ Cf. <http://www.embaixada-americana.org.br/HTML/ijde1108p/lauren.htm> (acedido a 31 de Agosto de 2012). Este documento inspirou distintas declarações sendo uma delas a *Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais* – 1960. A referida Carta, no seu Artigo 73.º, estipulava que os países membros tinham o dever, perante as colónias, de «desenvolver o autogoverno, tendo em devida consideração as aspirações dos povos, e assisti-los no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições» (cf. Mateus & Mateus, *ibid.*, p. 19). Cf. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html> (acedido 31 de Agosto de 2012).

⁹ Cf. http://www.pq-jornal.com/index.php?option=com_content&view=article&id=297:revolucao-dos-cravos-25-de-abril-a-ditadura-a-revolucao-e-a-democracia&catid=4:reportagem&Itemid=13 (acedido a 2 de Setembro de 2012)

¹⁰ Cf. <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856304.pdf>. (acedido a 12 de Setembro de 2013)

independência. Redobram, então, os esforços para perpetuar a opressão. Os angolanos, a título particular, organizaram-se na clandestinidade, o que provocou o reforço do exército colonial, mobilização militar e a criação da polícia secreta. Foi no quadro das reivindicações dos angolanos e do trabalho das suas organizações de resistência, obrigadas à clandestinidade, que surgiram organizações políticas ou movimentos nacionalistas, protagonistas da luta armada pela independência contra a dominação colonial portuguesa em Angola.

A referida luta armada, também designada por guerra colonial, em Angola, teve início em 1961. Dois grandes acontecimentos marcaram este período: *o levantamento do 4 de Fevereiro e a sublevação do 15 de Março*. Neste quadro de luta, foi determinante a independência de vários Estados africanos: cinco desde 1955; até 1961, mais 24, e ainda 12 Estados até 1962 (cf. Mateus & Mateus, *ibid.*, pp. 14, 19). A luta armada foi ainda estimulada pela recusa do Governo português na descolonização do seu território africano, pela revolta da Baixa de Kasanji e pela intensificação da repressão e do terror.

O 4 de Fevereiro de 1961 foi a primeira grande acção militar ofensiva contra o colonialismo português e pela independência nacional. Um número elevado de jovens, ao lado de adultos, mal armados, mas dispostos e destemidos, lutaram pela liberdade. O mês seguinte foi marcado pela sublevação decorrida a 15 de Março, numa área equivalente à de Portugal continental. Este acontecimento contribuiu, ainda mais, para o reforço das posições do regime colonial, o que alimentou a guerra colonial e afastou as possibilidades de negociação (cf. Mateus & Mateus, pp. 107-108, 121, 168).

No início da década de 70, segundo Rela (2008: 30-31), o período colonial pode ser caracterizado principalmente por uma

agudização muito forte dos ritmos e mecanismos de dominação da formação colonial dominante (grande e média burguesia local e grande burguesia e tecnocracia de origem externa) sobre as restantes formações locais. Estas apresentavam-se com nítidos sintomas de desagregação, próxima da ruptura, já que a sua integração efectiva nos padrões dominantes da forma de viver do colonizador era muito limitada e restrita, sobretudo aos aspectos materiais. Pode tipificar-se sinteticamente o modelo societal angolano da década de 1970 da forma seguinte:

- a) sociedade em mudança, quer por fenómenos de aculturação muito profundos, acumulados ao longo de cinco séculos de dominação, quer pelo crescente afluxo de indivíduos aos centros urbanos, à procura de novas oportunidades;
- b) sociedade caracterizada por dois tipos de mobilidade social: um vertical, dentro do mesmo grupo étnico, e outro horizontal, devido à permeabilidade dos grupos;
- c) sociedade onde os factores dominantes de prestígio (tais como a situação económica, as relações de parentesco, a profissão, o nível de instrução, etc.) não estão totalmente desagregados e se confundem, em certos estratos, com as características étnicas, desvalorizando-se a cor, pelo menos na aparência, no que toca ao prestígio, à medida que se sobe na escala social;
- d) afastamento, cada vez maior, entre o rural (onde os papéis e as expectativas de comportamento se mantêm ainda dentro do esquema tradicional) e o urbano, onde os papéis tradicionais

foram substituídos por soluções híbridas, de compromisso, entre uma cultura não totalmente abandonada e outra não completamente assimilada, sobretudo nas zonas do interior (cf. Rela, *op. cit.*).

Da parte dos angolanos, era impensável desistir de uma luta fundamentada no desejo da autodeterminação e independência, principalmente num quadro internacional que apoiava a sua luta. Entretanto, num contexto político interno e externo bastante conturbado para o Governo português, a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, derrubou, sem grande resistência das forças leiais ao Governo, o regime político que vigorava em Portugal desde 1933. A aparentemente interminável guerra colonial foi em grande parte o motivo que levou à queda do referido regime político. O descontentamento geral alastrou aos milhares que combatiam em Angola (e não só) e foram essas forças que se rebelaram contra o regime e fizeram a Revolução do 25 de Abril. Assim, este acontecimento foi essencialmente pensado, programado e levado a cabo por um grupo de militares descontentes com o regime e com a situação militar resultante da guerra colonial (cf. Correia, 2010).

Neste contexto, a mudança de regime político em Portugal acelerou, naturalmente, o processo de descolonização em África. Em Angola, nomeadamente, seguiram-se várias negociações entre os movimentos de libertação de Angola, representados pelos seus líderes históricos, e as autoridades portuguesas com o foco na independência a curto prazo. Tais negociações tiveram o seu início ainda em 1974, e, logo em Junho desse mesmo ano, na Conferência de Lusaka, e, em Agosto, na ONU, determinados passos decisivos foram dados para o

processo de descolonização que levaria Angola à independência (cf. Zôlua, 2013).

O Acordo do Alvor, entre o Governo português e os movimentos de libertação de Angola, assinado a 15 de Janeiro de 1975, concluiu o processo de formalização das negociações de paz em Angola. Júnior (2011b: 23) refere que, passados 14 anos de uma longa e árdua luta política armada contra o regime colonial português, as organizações político-militares que negociaram o cessar-fogo com o Movimento das Forças Armadas de Portugal, entidade que protagonizou o 25 de Abril de 1974 eram nomeadamente o MPLA¹¹, a FNLA¹² e a UNITA¹³. O autor acrescenta ainda que o Movimento das Forças Armadas, no seu ideário político, já previa a independência das colónias portuguesas: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Após intensa negociação, as quatro partes chegaram a um compromisso, expresso no texto do referido Acordo do Alvor que, no essencial, definiu as condições para a transferência do poder e as estruturas para o período de transição. O texto final reconheceu o

¹¹ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola – foi fundado em Dezembro de 1956, como resultado de uma fusão de outros partidos e organizações (cf. Correia, 1996; Lara, 1998; Comerford, 2005: 3; Mbah, 2010: 73). A base de apoio ao MPLA saiu das comunidades de brancos, de *mestiços* e Ambundu, na área de Luanda, criando uma organização multi-étnica (Marcum, 1969: 16-22). António Agostinho Neto foi o seu primeiro líder, igualmente primeiro presidente da República de Angola, então República Popular de Angola.

¹² FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola – surgiu entre o povo Bakongo, do norte de Angola. Ela traça as suas origens na fundação da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), que mais tarde se tornou a UPA (União dos Povos de Angola), quando a referência ao norte foi cortada (cf. Schubert, 2000: 68). Em Março de 1962, formou-se a FNLA, através da unificação da UPA com o PDA (Partido Democrático de Angola), outro partido do norte (cf. Marcum 1969: 9). O seu primeiro líder foi Holden Roberto.

¹³ UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – foi, dos três movimentos nacionalistas, o último a formar-se, em 1966 (cf. Mbah, 2010: 236), com uma base de apoio principal entre o povo Ovimbundu, do planalto central, a maior comunidade étnica de Angola. Jonas Savimbi foi o seu primeiro líder.

MPLA, a FNLA e a UNITA como «únicos e legítimos representantes do povo angolano», proclamou o «direito à independência», afirmou Angola como «uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos actuais», sendo Cabinda «parte integrante e inalienável do território angolano»; marcou «para 11 de Novembro de 1975» a data da proclamação da independência, definiu como «órgão de poder para o período de transição um alto-comissário e um governo de transição», e, finalmente, formalizou o «cessar-fogo geral, já observado de facto» (cf. Moreira de Sá, 2011).

Segundo Comerford (2005: 5), um aspecto notável do nacionalismo angolano foi sempre a incapacidade de os movimentos nacionalistas se unirem, não tendo, na descolonização, conseguido evitar que o processo de tomada do poder político fosse o início das suas desavenças, originando tensões e combates militares entre si. Também Mbah (2010: 235) refere que a descolonização de Angola acabou por dar uma imagem de um processo inacabado, ou falhado, por razões diversas. Moreira de Sá (*ibid.*, pp. 141-142) refere ainda que, entretanto, o

«Acordo do Alvor não convenceu ninguém, a começar curiosamente pelos portugueses. Durante uma conversa em Luanda com o cônsul-geral norte-americano, Rosa Coutinho chamou-lhe «um acordo desajeitado», acrescentando ainda «não acreditar que o espírito de cooperação entre os três movimentos fosse muito sincero»; já o então ministro da Coordenação Internacional, Almeida Santos, escreveu nas suas memórias que «o Acordo do Alvor foi o que os movimentos de libertação quiseram que fosse», ou seja, foi o determinado pelo MPLA, FNLA e UNITA.

[...]

Enquanto as delegações de Portugal e dos movimentos angolanos armados estavam ainda reunidas no Algarve, a embaixada norte-americana em Lisboa escrevia para Washington que, apesar do aparente bom ambiente, eram

evidentes «as antigas divisões do lado africano», sendo que tanto os portugueses como o MPLA, a FNLA e a UNITA estavam «a envidar esforços para as camuflarem».

Um dia depois da assinatura do acordo, a mesma embaixada elaborou um novo telegrama cujo conteúdo era revelador. Começava por dizer que «(...) pelo menos no papel os portugueses conseguiram fazer um acordo que os retira de uma situação colonial muito complicada», acrescentando «que Lisboa queria acima de tudo sair», pois «via Angola como um risco político e económico e, pior, como uma fonte de apoio para as forças que em Portugal podiam estar a planear um regresso à era pré-25 de Abril»; acrescia, e este aspecto era decisivo, que «o exército português em Angola recusava-se a combater, excepto para se defender».

Marcum (1978: 211) e Cann (1997: 7) acrescentam que as desavenças internas graves enfraqueceram e diminuíram a eficácia das suas aspirações à independência. De facto, estas desavenças resultaram frequentemente em combates entre os três movimentos nacionalistas, enfraquecendo assim mais ainda a campanha nacionalista. Wright (1997: 60) identifica esse contexto como aquele que deu início à guerra civil em Angola. Ou seja, segundo Mbah (*ibid.*, p. 300), mal acabada a guerra contra o colonialismo português, os movimentos de libertação lançaram-se numa guerra fratricida de que ninguém era capaz de medir a duração e as consequências, e que só muito recentemente conheceria um fim, a 4 de Abril de 2002.

1.2. Período pós-Colonial: de 1975 a 1991

Como se expôs anteriormente, findo o período colonial, o país esteve, pois, perante um cenário que justificou contextualmente o conflito armado, motivador de profundas mudanças na população angolana, sobretudo, aquilo que nos interessa neste estudo, no seu aspecto geo-etnolinguístico e social, interpretado por nós como sendo um condicionamento determinante na difusão da LP em todo o território nacional, bem como na aceleração da formação de uma variedade nacional dessa mesma língua. É, de facto, no período pós-independência que se difunde o uso da LP entre a população angolana, disparando o seu número de falantes em grande parte devido ao fenómeno social que ficou conhecido por deslocados de guerra.

Os deslocados de guerra eram cidadãos nacionais que, no período da guerra civil, abandonavam as suas terras de origem para se fixarem naquelas que lhes oferecessem maior segurança e hipóteses de sobrevivência. Os centros urbanos, nomeadamente a capital da província da Huíla (Lubango), a da província de Benguela (Benguela) e a sede do município do Lobito (também província de Benguela), eram os destinos de boa parte dos deslocados, com maior destaque para a capital do país (Luanda e zonas periféricas). Nestas localidades, e perante a diversidade linguística, a língua que permitia integração social e maior possibilidade de socialização era principalmente o português. Castro (2008) refere que

«A estes deslocados torna-se necessária uma língua veicular que não seja a língua nacional¹⁴ de cada um: por exclusão de partes, o português. Adoptado como veicular pelos adultos, é aprendido como língua primeira pelas crianças, o que a médio prazo poderá alterar

¹⁴ Leia-se língua materna [nota do autor].

bastante a distribuição das línguas no país e conferir ao português um papel central».

Como se pode ler em Comerford (*ibid.*, p. 7), a guerra civil em Angola foi, na sua origem, um conflito interno para obter o poder político e chegou a tomar contornos de conflito internacional, reflectindo as rivalidades ideológicas entre os dois blocos (capitalista e socialista) e implicando igualmente os seus aliados africanos¹⁵.

Mbah (*ibid.*) acrescenta que não faltaram razões para justificar o engajamento das forças militares estrangeiras em solo angolano: rivalidades ideológicas, interesses económicos e geoestratégicos, etc., constituem outros tantos factores determinantes a justificar a intervenção das potências estrangeiras.

Da parte das três forças políticas nacionais (MPLA, FNLA e UNITA), a pretensão pelo poder político nacional é posta em evidência logo na proclamação da independência nacional: no mesmo dia 11 de Novembro, enquanto o presidente do MPLA proclamava a independência em Luanda, o presidente da FNLA fazia-o no Uíge, e o presidente da UNITA no Huambo, tendo sido, entretanto, reconhecida internacionalmente a proclamação do presidente do MPLA, Dr. António Agostinho Neto (cf. Júnior, *ibid.*; Mbah, *ibid.*, p. 323).

Segundo Pimenta (s.d., p. 28), é importante lembrar que a génese e a evolução desses partidos políticos, bem como o desenvolvimento de cada um deles, foram dissemelhantes. No cenário da guerra fria (internacional), o território angolano foi cindido por ideologias políticas

¹⁵ Leia-se Mbah (*ibid.*, p. 264).

contrárias, que acabaram por desencadear a guerra civil em larga escala, depois da descolonização.

Segundo Ramalho (2001: 58-65),

Assim melhor se compreende o facto de no dia da independência de Angola, proclamada com solenidade em Luanda, estarem a ocorrer conflitos militares à porta desta capital, mercê da pressão da FNLA e de mercenários, [...] forças conjuntas da FNLA, da UNITA e da parte das forças da “Revolta de Leste” de Daniel Chipenda, com apoio da África do Sul.

Dessa forma, tinha a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, reorganizado as suas forças militares a partir do apoio da África do Sul e dos E.U.A. Do mesmo modo, a ex-U.R.S.S e os países do bloco leste do mundo europeu apoiavam o MPLA, enviando tropas cubanas que permaneceram em território angolano e que ajudaram na reconstrução do país até o fim do mundo bipolarizado. Os cubanos chegaram em Angola, segundo Piero Gleijeses:

[...] no preciso momento em que as tropas sul africanas se apressavam na direcção de Luanda para esmagar o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) [...]. Em Março de 1976, os cubanos já tinham expulso de Angola os sul africanos e tinham ganho a guerra para o MPLA.

Num cenário de desentendimento entre as diversas forças políticas nacionais, como consequência da independência em 1975, a vitória do MPLA trouxe um modelo marxista-leninista como sistema sócio-político-económico, que implicava o centralismo político com um partido único (cf. Pain, s.d.: 3). Deste modo, a FNLA e a UNITA passaram a ser consideradas organizações políticas ilegais, o que agravou o conflito contra o MPLA.

No entanto, com o decorrer do tempo, nos anos 90, devido às pressões da UNITA no palco das operações de guerra, com as mudanças ocorridas no cenário internacional (a dissolução da União

das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) e ainda com a emergência de novos interesses por parte de um sector organizado em Angola (Comité Central e *Bureau* Político do MPLA), o MPLA foi forçado a mudar para um sistema multipartidário (cf. Francisco, 2012). Em 1991, o Governo angolano aderiu, assim, às políticas democráticas, adoptando o multipartidarismo, a economia de mercado e a liberdade de expressão (Pain, *ibid.*).

Nesse contexto, conhecido como II República (para se distinguir da I República, do partido único), começaram a surgir novas organizações no seio da sociedade, que, ao longo da década de 90, ganharam voz e assumiram tarefas importantes na luta pelo desenvolvimento. Nesse período, estiveram no palco do conflito armado apenas o MPLA e a UNITA, com apoio ideológico e militar por parte de forças estrangeiras (cf. Pain, *ibid.*, pp. 4-5; Francisco, *op. cit.*).

No entanto, já havia espaço para tentativas de diálogo e paz. Assim, o processo de paz teve início em 1992, formando-se então os partidos políticos e sendo realizadas as primeiras eleições legislativas e presidenciais, ao mesmo tempo. A ONU e seus parceiros, na condição de observadores internacionais, consideraram válidos os resultados apresentados. Isto é, as eleições foram consideradas livres e justas (cf. Francisco, *ibid.*).

Quando tudo parecia caminhar para uma transição democrática bem sucedida em Angola, Jonas Savimbi, o líder da UNITA, havendo necessidade de realização de um segundo turno das eleições, recusou-o, alegando fraude no resultado do primeiro turno; e, por conseguinte, não aceitou os resultados. Assim, o candidato derrotado e a maior parte do seu partido de oposição e exército de guerrilha, regressaram à

mata e à luta armada, ocupando algumas cidades, municípios e vilas do território nacional. Mais uma vez, o país foi mergulhado na guerra civil, deitando a perder todo o processo de democratização. Foram efectuadas inúmeras tentativas de mediação entre o Governo de Angola e a UNITA, por parte da ONU e de vários chefes de Estados africanos, mas nenhuma delas foi bem sucedida (cf. Francisco, *ibid.*).

1.3. Período pós-Colonial: de 1991 a 2002

Este período é essencialmente marcado pelos Acordos de Bicesse, em Maio de 1991, pela referida instauração da II República em Angola, que trouxe o multipartidarismo, a economia de mercado, e proporcionou maior participação social no país, com a “descentralização política e administrativa” e a importância da criação de parcerias entre o Governo e a sociedade civil em termos de políticas públicas, bem como pelo Acordo de Luena, em Abril de 2002.

Em relação aos Acordos de Bicesse, sublinhe-se os principais pontos:

«Os Acordos trouxeram um cessar-fogo, o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação de uma nova Forças Armadas, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multi-partidárias e presidenciais» (Comerford, *ibid.*, pp. 10-11).

Contudo, esses acordos não vingaram. O período que vai da assinatura dos Acordos de Bicesse, a 31 de Maio de 1991, à realização das eleições gerais em Setembro de 1992, ficou marcado, em Angola, como sendo o da mini-paz, tendo sido um alívio às populações, permitindo a sua circulação pelo país. No entanto, o imediato retorno à

guerra, ainda em 1992, registou esse período como sendo o mais sangrento de todos os tempos. Note-se também que foi precisamente nesse período em que cresceu exponencialmente o número de deslocados e refugiados de guerra.

Novas conversações de paz tiveram lugar: as tentativas no Namibe, uma cidade da costa angolana, situada a sul; posteriormente as tentativas em Adis Abeba, capital da Etiópia; as tentativas em Abidjan, na Costa do Marfim. No entanto, todas estas tentativas de diálogo e paz foram igualmente frustradas até que o processo de negociações de paz foi retomado em Lusaka, o que veio a dar lugar ao Protocolo de Lusaka, assinado a 20 de Novembro de 1994 (cf. Comford, *ibid.*; Monteiro, 2003; Pureza *et al.*, 2007).

Segundo Hodges (2001: 15), este Protocolo saiu dos Acordos de Bicesse, introduzindo algumas inovações importantes: a partilha do poder, a não realização de eleições antes de concluídas as questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho de uma força de capacetes azuis da ONU. Deste modo, no referido Protocolo pretendeu-se corrigir determinados erros cometidos nos Acordos de Bicesse. No entanto, também este fracassou. Embora se tenha registado um período sem guerra, ou de guerra fria, sucederam-se várias crises; e, mais uma vez, quatro anos mais tarde, a guerra retomou o seu curso.

1.4. Período pós-Colonial: de 2002 até à actualidade

No dia 4 de Abril de 2002, a assinatura do Memorando de Entendimento de Luena¹⁶ entre o Governo angolano (controlado pelo MPLA) e a UNITA puseram cobro a mais de 25 anos de guerra civil. Facilitada pela morte, “em combate”, de Jonas Savimbi, o fundador e antigo líder da UNITA, a 22 de Fevereiro do mesmo ano, a paz em Angola foi obtida (cf. Péclard, 2008?: 1).

Assim, a paz pôs fim a uma lógica de confronto binário estabelecida desde a Independência, em 1975, e reforçada durante os anos 90, após o fracasso dos processos de Bicesse (1991-1992) e Lusaka (1994). A chegada da paz a Angola também sancionou a vitória do MPLA, no poder desde 1975, e do Presidente José Eduardo dos Santos, no mais alto cargo do Estado, desde a morte, em 1979, do primeiro presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto. Assim, a história recente de Angola não se pode dissociar da experiência da guerra, pois a guerra civil seguiu-se a 14 anos de guerra pela Independência nacional (1961-1974) (cf. Péclard, *op. cit.*).

O ano de 2008, ano das segundas eleições legislativas em Angola, marcou uma viragem de página na história do país, dado que, ao contrário do que sucedeu nas primeiras eleições presidenciais e governamentais, a paz alcançada em 2002 manteve-se e mantém-se até ao presente momento, dando garantias de estabilidade política no país.

Essas eleições, de 5 de Setembro de 2008, foram classificadas como “credíveis e transparentes” por observadores como, por exemplo, a União Europeia. A vitória foi do partido MPLA, que obteve uma

¹⁶ Capital da Província do Moxico, região a leste de Angola.

maioria ainda mais acentuada (com quase 82 por cento dos votos), eliminando, deste modo, a oposição¹⁷.

Quatro anos depois, José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola e do MPLA, convocou eleições gerais para o dia 31 de Agosto de 2012. Este acontecimento teve lugar numa altura em que o país já contava com uma nova Constituição em vigor, pondo fim à legislatura anterior. Trata-se da *Constituição que assinala o fim do período de transição, vivido desde 1991*¹⁸. Nessas eleições de 2012, mais uma vez, a vitória foi do MPLA, obtendo 71,84% dos votos¹⁹.

1.5. Conclusão

Do período colonial ao ano de 2002

Pretendemos aqui dar conta do panorama sócio-histórico de Angola, de forma muito sucinta, desde o período colonial até aos nossos dias. Esta abordagem assentou em dois momentos e serviu para sustentar a constatação de que os conflitos armados que o país registou desde o período colonial até 2002, sobretudo de 1992 até 2002, primeiro momento da nossa abordagem, são, em grande medida, responsáveis pelas sucessivas migrações, motivadoras de uma redistribuição étnico-geográfica e, conseqüentemente, linguística à escala nacional. Ou seja, se, em determinado período, Luanda era uma região em que prevaleciam maioritariamente os Ambundu; em 2002, tal já não se verificava, tendo migrado para aí diferentes etnias. O mesmo se pode dizer em relação ao Lubango.

¹⁷ Leia-se Neto (2008).

¹⁸ Leia-se Alexandrino (2013: 13).

¹⁹ Leia-se Neto (*ibid.*).

Castro (2008: 32) refere que uma das consequências da guerra civil em Angola, que durou mais de vinte e cinco anos, «foi o esvaziamento de grande parte do território, tendo as populações fugido para a região circundante de Luanda, onde, segundo algumas indicações, estariam concentrados quase um quarto dos angolanos». Assim, em Luanda, o maior centro demográfico do país, ou mesmo no Lubango, capital do segundo maior centro demográfico do país, o contacto entre comunidades étnicas diferentes tornou-se inevitável, sendo a LP o principal elo das relações/relacionamentos interpessoais, integração social, unidade nacional.

O relacionamento familiar, por via do casamento, entre cidadãos de comunidades étnicas diferentes, vem representando, desde então, também um factor da difusão e centralização da LP em Angola, na medida em que a língua neutra no seio familiar é a LP. Os filhos que nascem de tais casamentos são, em número crescente, falantes nativos do português. Em certos casos, a situação linguística individual desses falantes é a de monolinguismo, ou seja, a língua neutra é a única língua de domínio.

Do ano de 2002 até à actualidade

Fora do cenário de conflitos armados, o segundo momento da nossa abordagem, atenta no ano de 2002 até aos nossos dias, um pouco mais do que uma década de paz, de progresso e forte crescimento financeiro e desenvolvimento sócio-económico do país.

Actualmente, com a paz, quando se poderia pensar que o regresso dos povos “deslocados” às suas respectivas zonas de origem fosse suceder, deixando os centros urbanos menos concentrados, vem-se verificando, pelo contrário, um crescimento notável da população urbana, cada vez mais multicultural, e que, pelo menos nos grandes centros urbanos como, por exemplo, no de Luanda, Lubango e no de Benguela, o português se mantém como a principal língua de contacto.

CAPÍTULO II:
PANORAMA LINGÜÍSTICO

2.1. Língua e Norma

Aborda-se neste capítulo o panorama linguístico actual de Angola. Em debate está o número de línguas faladas no território nacional, as famílias linguísticas e os grupos de línguas. Antes de entrarmos nesse debate, torna-se necessário reflectir sobre o conceito de língua e o de norma.

Numa visão panorâmica do processo de evolução dos princípios que determinaram a história da Linguística e fizeram os caminhos das suas grandes correntes, podemos considerar, nos últimos dois séculos, três direcções principais, correspondendo a três visões distintas sobre o conceito de língua:

- I. Ao longo do século XIX, a língua é encarada como um organismo vivo, na linha do darwinismo reinante. Deste ponto de vista, a definição de língua sujeita-se ao modelo biológico segundo o qual as línguas seriam organismos vivos que nascem, crescem e morrem (cf. Mounin, 1997: 27).

- II. Na primeira metade do século XX, dominada pelo impacto do *Cours de Linguistique Générale* (1916), a língua passa a ser encarada numa perspectiva estruturalista, como um sistema de signos, como um conjunto de unidades que estabelecem relações entre si, onde cada uma vale por oposição às outras.
Como Whitney²⁰, Saussure (1971) entendia a língua como um corpo comum à comunidade que a utiliza e uma forma de instituição social. Deste modo, «saber em que medida a

²⁰ WHITNEY, William Dwight (1826-1894), considerado neogramático, a sua principal obra de *teoria da linguagem* (1875) foi marcada pela influência das mudanças sociais na mudança linguística.

investigação de Saussure foi influenciada pela sociologia de Durkheim, na altura ciência de ponta, constitui ainda um problema; mas uma influência difusa é certa» (Mounin, *ibid.*, p. 29). Através do contraste entre língua e fala, Saussure (*ibid.*, p. 48) situa o carácter social (e essencial) da linguagem na língua, atribuindo, com efeito, o aspecto individual (e secundário) à fala. Assim, segundo Lucchesi (1998: 53), ao separar a língua da fala, Saussure separa também o que é social do que é individual, o que é essencial do que é acessório, o que pode dar a entender que a fala possui uma organização independente da língua. Para Yagnello (2010: 121), a língua, fenómeno social, só é observável através da fala, manifestação individual. Ora, a fala é influenciada pelas relações sociais que se estabelecem em qualquer comunidade linguística e não pode ser interpretada fora destas.

- III. Finalmente, na segunda metade do século XX, dominada pelo impacto de *Syntactic Structures* (1957) de Chomsky, a língua passa a ser vista como resultado da faculdade inata exclusivamente do homem. Para este autor, a língua deve ser vista como um conjunto de frases que dispõem de hierarquias organizadas cognitivamente pela competência humana.

Definições de língua como a de Cunha & Cintra (1984: 1) demonstram as diferentes perspectivas sobre o conceito em referência:

«um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma colectividade, a LÍNGUA é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Utilização social da

faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou».

A última parte da definição (sublinhado nosso) aponta para o seguinte aspecto: a presença da mudança e da variação. Efectivamente apresenta-se a língua como

«instrumento maleável e diversificada em todos os seus aspectos, meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente. Nesse sentido, uma língua histórica não é um sistema linguístico unitário, mas um conjunto de sistemas linguísticos, isto é, um DIASSISTEMA, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas» (Cunha & Cintra, *op. cit.*, p. 3),

persistindo, porém, o problema da sua delimitação.

Quanto à norma, outro conceito não menos polémico do que o de língua, é, segundo Bagno (2012:19), «um dos principais objetos de interesse da sociologia da linguagem, e não poderia ser de outra maneira, uma vez que a *norma* é, antes de mais nada, um construto teórico que emerge do exame das relações sociais». Quando se nos coloca a necessidade de definição do conceito de norma linguística, é já frequente partir-se da morfologia lexical do termo como sendo derivado de dois adjectivos: *normal* e *normativo*; usados com significados completamente opostos. Sendo que o *normal* designa aquilo que é habitual, costumeiro, frequente, usual, regular; e o *normativo*, aquilo que é prescritivo, imperativo, ideal.

Assim, para o caso de Angola, o *normal* corresponderá ao que designamos por PA; e *normativo*, ao que designamos por PE – sendo aquele que, segundo Castro (2006: 3), «consiste (...) na variedade escrita e falada que é usada pela população escolarizada e reconhecida como a variedade que mais facilmente se presta a ser reproduzida, sem

erros evidentes, mas também sem formas demasiado cultas, incompreensíveis ou rebuscadas».

Mateus & Cardeira (2007) apresentam exemplos de como se pode entender a diferença entre os dois sentidos de *norma* atrás referidos. Na sua abordagem, as autoras defendem que

«se observarmos a forma como os portugueses falam e escrevem, poderemos estabelecer uma média estatística, composta pelas estruturas mais frequentes na língua, um padrão real. Mas ‘normal’, entendido como ‘regrado’, ‘normativo’, não remete para este sistema real mas para um sistema ideal a que chamamos norma-padrão. [Neste contexto], a norma linguística não é apenas o que é ‘normal’ (no sentido de ‘comum’ ou ‘regular’) mas também o que a sociedade aceitou como ‘normativo’».

Nesta perspectiva, e conforme o sentido de *norma* empregue no presente trabalho – o de modelo real ou *norma culta*, frequentemente usada pelas camadas mais escolarizadas da sociedade angolana, Mateus & Cardeira (2007: 24) distinguem a *norma-padrão* (modelo ideal) da *norma culta* (modelo real) com o traço característico <+democrático> ou <-democrático>, referindo que aquela, ao contrário desta última, não é democrática.

No entanto, acrescentam defendendo que «é certo que o padrão pode coincidir com uma determinada variedade geográfica mas mais frequentemente correspondente ao dialecto da classe social de maior prestígio» (Mateus & Cardeira, *ibid.*). E se no PE as duas *normas*, ideal e real, estão muito próximas, tal não acontece no PA. Eis a questão, sendo certo que, em Angola, a norma culta se demarca já da norma-padrão. Lembre-se, por isso, que «assim como a cultura de uma sociedade impõe padrões de comportamento, também impõe padrões linguísticos». Aliás, na verdade, «os padrões de comportamento linguístico dos falantes da comunidade que têm formação escolar e

maior prestígio social [é que] constituem a norma culta» (Mateus & Cardeira, *ibid.*).

Deste modo, fica claro que norma culta e norma-padrão «não são [termos] sinónimos e entre ambas ocorre uma complexa interacção que as torna dificilmente distinguíveis. Em Portugal, a norma culta é bastante uniforme e aproxima-se do padrão ideal» (Mateus & Cardeira, *ibid.*). Em Angola, sendo oficialmente a norma-padrão correspondente ao PE, o mesmo não acontece.

2.2. Língua e Dialecto

De acordo com o exposto, o Umbundu, Kimbundu, Kikongu, Ngangela, Cokwe, Nyeneka, entre outras, são consideradas línguas, mas mantendo em aberto o conceito de língua e relacionando-o essencialmente com os de dialecto e sociolecto, na medida em que, como adiante se verá, resulta particularmente difícil a classificação das diferentes variedades linguísticas existentes em Angola.

Segundo Cunha & Cintra (*op. cit.*, p. 4), o termo dialecto designa «as formas características que uma língua assume regionalmente», dentro de um mesmo país. Os autores acrescentam que dialecto seria «um sistema de sinais desgarrado de uma língua comum, viva ou desaparecida; normalmente, com uma concreta delimitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação diante dos outros da mesma origem». De modo secundário, poder-se-iam também chamar dialectos «as estruturas linguísticas, simultâneas de outra, que não alcançaram a categoria de línguas». No entanto – e independentemente de diferentes concepções de dialecto, e de outros conceitos relacionados como os de subdialecto e variedade – a questão que prevalece é a da definição de língua e de dialecto através de um prisma meramente linguístico, uma vez que, regra geral, a definição destes conceitos é feita através

de um prisma político, ou mesmo, sócio-histórico. Delbecque (2008: 307-308) afirma que

No século XVI, surgiu uma nova concepção do Estado sob o reinado de monarcas poderosos como Henrique VIII, Francisco I, Carlos V ou ainda Filipe II. Nesse novo conceito do Estado, a língua e a religião eram chamadas a desempenhar um papel de primeiríssima ordem. O slôgane «um reino, uma língua, uma religião» reflecte bem a ideia central.

Dado o que está em jogo em termos públicos e políticos, é claro que a decisão de saber que língua será reconhecida como língua nacional e oficial depende antes do mais das autoridades políticas, assistidas ou não por peritos em linguística. A definição linguística de uma língua é uma coisa, a definição sociológica e política é geralmente outra. A situação do servo-croata é reveladora a esse respeito. Embora se fale essa língua tanto na Sérvia como na Croácia, o alfabeto utilizado é diferente: na Sérvia, usa-se o cirílico, na Croácia o alfabeto latino. De um ponto de vista linguístico, trata-se de uma só língua, mas politicamente falando elas são duas.

Um país pode ter interesse em reconhecer uma só língua oficial. Foi esse o fundamento da política linguística francesa, já do tempo das colónias. Outros países preferiram oficializar várias línguas: assim, a Grã-Bretanha reconhece o inglês e o galês, a Espanha o espanhol, o catalão, o galego e o basco, a Bélgica o francês, o neerlandês e o alemão, a Suíça o francês, o alemão, o italiano e o retro-romeno. Chega a acontecer um país conceder o estatuto de língua oficial a um falar que os países estrangeiros consideram como sendo dialecto. No contexto europeu, é o caso do luxemburguês – língua falada no Luxemburgo – que certos linguistas definem como sendo um dialecto do alemão [...].

No caso de Angola, o panorama linguístico actual é revelador de uma grande imprecisão, facto que já se arrasta desde a época colonial. Por exemplo o Kyombe é considerado dialecto da Língua Kikongu (cf. Redinha, 1975, 2009; Kukanda, 1986; Fernandes & Ntondo, 2002). Contudo, no caso congolês, país vizinho, esse mesmo dialecto é uma

das línguas oficiais (Chicuna, 2009). E, entretanto, para Chicuna (*ibid.*), o Kyombe é língua, também em Angola, e não dialecto.²¹

2.3. Línguas Africanas em Angola

Num quadro de incertezas, procuraremos, no entanto, com base nos dados disponíveis, apresentar um quadro das línguas africanas em Angola.

2.3.1. Línguas khoisan

São línguas faladas por povos não Bantu. Documentos sobre elas quase não existem (Lusakalalu, 2005: 62). Há muitas incertezas em relação ao número de línguas do grupo de línguas khoisan, embora, de antemão, se saiba que elas representam uma das menores famílias linguísticas da África austral. Segundo Fernandes & Ntongo (2002: 25-26), dois dos raros autores que fornecem dados sobre o assunto, para além de Neto (2009: 20), as línguas khoisan (significando literalmente *língua do povo*)²² são nomeadamente o Khoi (do povo Hotentote) e o San (do povo Vakankala).

É, de facto, sabido que, quando os Europeus chegaram à África austral e começaram a escrever sobre os povos encontrados, estas línguas eram faladas quase só pelos povos Khoisan do extremo sudoeste de África, que foram apelidados de Bosquímanos (do Neerlandês, *homens do mato ou floresta* (Lupenha, 2002: 14)) e Hotentotes (do Neerlandês, *gagos* (Lupenha, *ibid.*, p. 13)).

²¹ Esta questão será retomada no ponto 2.3.2.3.

²² Cf. <http://www.lendo.org/khoisan-uma-familia-de-linguas-em-extincao/> (acedido a 6 de Janeiro de 2013)

Hoje em dia, as línguas khoisan são faladas principalmente nas imediações do deserto do Calahari (Namíbia, Botswana e África do Sul) e numa região limitada da Tanzânia e estão a tornar-se raras, havendo inclusivamente conhecimento de algumas que se extinguiram²³.



Figura 1 – Localização das línguas khoisan na África austral
Fonte: Cf. <http://amigonerd.net/sociais-aplicadas/letras/africa-linguas-para-o-mundo-e-pelo-mundo> (acedido a 6 de Janeiro de 2013)

Com base nos dados de um projecto²⁴ em curso, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura de Angola e da fundação *Open Society-Angola*, podemos confirmar que, em Angola, as línguas khoisan são faladas no sudoeste do país, designadamente nas localidades do «Menongue, Calai, Cuangar, Cuíto-Cuanavale, Dirico, Mavinga, Rivungo e Nancova».

²³ Cf. <http://amigonerd.net/sociais-aplicadas/letras/africa-linguas-para-o-mundo-e-pelo-mundo> (acedido a 6 de Janeiro de 2013)

²⁴<http://www.opais.net/pt/opais/?det=29430><http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/aprovad-o-novo-projecto-para-estudo-dos-khoisan><http://allafrica.com/stories/201210101060.html> (acedido a 6 de Janeiro de 2013)

As línguas khoisan caracterizam-se notavelmente, no âmbito fonético-fonológico, pelo emprego de “cliques” (Lupenha, *ibid.*, p. 14). Segundo Martinet (1992: 56-57):

representam os cliques consoantes normais combináveis com as vogais. Para os produzir, cria-se o vácuo em qualquer ponto do canal expiratório por afastamento dos órgãos entre dois pontos onde se mantém uma oclusão. No caso do clique que traduz enervamento, estes dois pontos de oclusão são as zonas apicoalveolar e dorsovelar, com vácuo criado pela língua comprida entre eles. Realiza-se o ruído do clique desfazendo bruscamente a oclusão anterior, de modo que o ar exterior penetre no vácuo realizado entre as suas oclusões.

Como é sabido, ao contrário do que acontece na maioria das línguas, onde os sons da fala são produzidos na expiração, o clique é produzido na inspiração (Neto, *ibid.*, p. 31). Diz-se, aliás, que foi desta característica que derivou o nome Hotentote (gagos).

Para além dos Khoisan (Hotentote e Vakankala), existem os Vatwa. No entanto, por falta de documentos sobre as línguas vatwa, faladas por este povo, também não bantu, que habita o território angolano desde o paleolítico (cf. Fernandes & Ntondo, *ibid.*, pp. 26-27), decidimos não as enquadrar, por enquanto, na presente abordagem sobre a situação linguística de Angola.

Lupenha (*ibid.*, p. 15) refere que os Vatwa são de origem obscura: habitam especificamente as margens do rio Curoca²⁵ e uma faixa estreita do deserto do Namibe e englobam duas pequenas comunidades: os Kwepe e os Kwisi.

É importante referir que os povos Hotentote, Vakankala e Vatwa, todos anteriores aos Bantu, são os primeiros habitantes do actual território da República de Angola. Contudo, aqueles que são conhecidos

²⁵ Localizado na província do Namibe, entre o município do Tômbwa e o Deserto do Namibe.

como os mais antigos são os dois primeiros (cf. Fernandes & Ntongo, *ibid.*).

2.3.2. Línguas bantu

As línguas bantu vêm sendo documentadas desde meados do século XIX. A partir de então, foram classificadas com base em critérios genéticos/tipológicos (Guthrie, 1948; Greenberg, 1963; Grimes, 1996; Maho 2008). O mesmo método histórico-comparativo que deu bases para a descoberta das relações entre o Sânscrito e as línguas clássicas europeias viria a ser aplicado ao estudo das línguas africanas (Guthrie, 1967; Ngunga, 2004: 24). Contudo, ainda é muito sentido o vazio no mapa linguístico do planalto central e oriental de Angola. De acordo com Silva *et al.* (2011: 2), são vários os factores que explicam tal vazio, nomeadamente:

- a política colonial integracionista de Portugal, que combatia e penalizava o uso das línguas autóctones, chegando ao ponto de condicionar a autorização do estudo científico de qualquer língua bantu ao compromisso firmado pelo pesquisador de não divulgar o resultado das suas pesquisas dentro das fronteiras de Angola;
- o genocídio cultural promovido pelo regime colonial, facto que provocou o preconceito social pelo uso das línguas autóctones nos grandes centros urbanos, onde a cultura portuguesa exerceu grande influência no comportamento social;
- o impacto de cerca de 40 anos de luta pela independência e 30 anos de guerra civil.

Para Ngunga (*ibid.*, p. 26), apoiado em Greenberg (*ibid.*), são quatro as grandes famílias linguísticas no quadro da classificação das línguas africanas:

- (i) Afro-asiática, com as seguintes subfamílias: Semítica, Egípcia, Cushítica, Berber, Chádica;
- (ii) Nilo-sahariana, com as seguintes subfamílias: Songhai, Sahariana, Maban, Fur, Chari-Nilo, Koman;
- (iii) Kongo-Kordofaniana, com as seguintes subfamílias: Níger-Kongo²⁶ e Kordofaniana;
- (iv) Khoi e San, com as seguintes subfamílias: Khoi, San, Sandawe, Iraqw, Hatsa ou Hadza.

No quadro desta classificação, as línguas bantu pertencem à subfamília Níger-Kongo da família Kongo-Kordofaniana. Como explicitação, atente-se no esquema que se segue:



Figura 2 – Família linguística das línguas bantu

Com base neste esquema, torna-se possível desconstruir a ideia de que bantu designa uma família linguística, tal como é comum e erradamente entendido (veja-se a título de exemplo Saussure (1971: 315); Ruhlen (1996: 43)), tratando-se antes de um grupo de línguas da

²⁶ Leia-se também Delbecque (2006).

subfamília Níger-Kongo, da família Kongo-Kordofniana. Aliás, bantu²⁷ designa todas as línguas faladas do Sul dos Camarões até à África do Sul, que têm semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais.

Ruhlen (1996: 43, 152) defende que «todas as línguas bantas são muito semelhantes». Como se sabe, a maioria das línguas angolanas africanas pertence ao grupo de línguas bantu. São elas, a título de exemplo, o Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Nyaneka, Kwanyama, Mbunda, Ciluba, Ciluvale, Ocihelelo, Ndonga, Kikongo, Humbi, etc.

²⁷ Como se sabe, o nome «bantu» foi primeiramente usado pelo linguista alemão Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827-1875). O nome em referência constiu-se por dois elementos: o classificativo «ba-» (marca do plural) que se junta ao tema nominal «-ntu», significando, em português, «homens». Para o singular, o primeiro elemento é substituído pelo classificativo «mu-», significando, em português, «homem».

2.3.2.1. Classificação geral das línguas bantu

O espaço linguístico em que são faladas as línguas bantu abrange os seguintes territórios²⁸: Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Angola, República do Congo, Ruanda, Burundi, Uganda, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia, Botswana, Swazilândia, Lesotho e África do Sul. Estes territórios podem ser visualizados no seguinte mapa:

Localização geográfica dos países africanos de línguas bantu



Figura 3 – Localização geográfica dos países africanos de línguas bantu

Fonte:

<http://www.ilike2learn.com/ilike2learn/Continent%20Maps/Africa%20Political%20Large.gif>
(acedido a 25 de Julho de 2014)

²⁸ Cf. <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/monde/familles.htm>. (acedido a 20 de Janeiro de 2013)

Guthrie (1948; 1967) apresenta uma classificação geográfico-genealógica das línguas²⁹, agrupando-as em 16 zonas codificadas por letras maiúsculas, tal como abaixo se pode ver no mapa que ele próprio propõe:

Mapa experimental das línguas bantu



Figura 4 – Mapa experimental das línguas bantu

Fonte: <http://ufdc.ufl.edu/UF00072644/00002> (acedido a 12 de Fevereiro de 2014)

²⁹ Defende-se que o facto de elas compartilharem de um ancestral imediato – numa árvore genealógica – significa que são provenientes de dialectos de uma mesma língua, sendo o processo da evolução responsável pela diferenciação de cada um dos dialectos.

Cada zona linguística representa vários grupos de línguas, estabelecidos conforme critérios de proximidade/distanciamento linguístico e geográfico, reflectindo um certo grau de proximidade genealógica. Segundo Cole (1961: 37-38), zonas

«são agregados de línguas que têm uma certa uniformidade ou similaridade de fenómenos linguísticos. As *Zonas* são subdivididas em Grupos cujas línguas têm traços fonéticos e gramaticais comuns, e são tão similares que chegam a ser em grande medida mutuamente inteligíveis».

Vejam-se os exemplos:

- Zona H, que abrange o norte e o noroeste do país, do domínio predominante dos Bakongu, dos Ambundu. Estes são os falantes da língua Kimbundu, naturais das províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Malanje. Aqueles são falantes da língua kikongu, naturais das províncias de Cabinda, Zaire, Uíge.
- Zona R, que abrange o leste do país, do domínio predominante dos Tucokwe, dos Vangangela. Estes são falantes do ngangela, naturais das províncias do Cuando-Cubango, Huíla, Bié, Moxico. Aqueles são falantes do cokwe, naturais das províncias da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Cuando-Cubango.
- Zona K, que cobre o centro-sul do país, do domínio dos Ovimbundu, dos Vanyaneka. Estes são falantes do nyaneka (também designado por olunyaneka), naturais da província da Huíla. Aqueles são falantes do umbundu, naturais das províncias do Huambo, Bié, Benguela, Huíla.

É importante referir que as fronteiras étno-linguísticas não correspondem necessariamente às político-administrativas. E, por isso, foram registados casos de províncias cobertas ou abrangidas por mais de uma zona. Acrescente-se ainda que a lista de zonas que acabamos de apresentar não é exaustiva.

Como referido atrás, as zonas são subdivididas em grupos, sendo cada grupo demarcado ou codificado por um número decimal sufixado à letra do código da respectiva zona linguística. Vejam-se os seguintes exemplos:

- H.10 – grupo kikongo, H.20 – grupo kimbundu;
- R.10 – grupo umbundu, R.30 – grupo ocihelelo.

2.3.2.2. Características gerais das línguas bantu

Segundo Ngunga (*ibid.*, pp. 50-53), «a análise de dados empíricos das diferentes línguas faladas na região meridional do continente africano permitiu constatar a existência de línguas aparentadas (a nível lexical, morfo-sintático, fonético-fonológico), hoje conhecidas por “línguas bantu”. Com base nos estudos que conduziram às conclusões referidas, outra preocupação dos estudiosos foi a de procurar sistematizar os critérios que permitem saber se uma determinada língua pertence ou não a este grupo. Assim, é quase consensual entre os investigadores que uma língua bantu» se pode distinguir de outras não bantu como, por exemplo, o português, pelas seguintes características gerais:

- As línguas bantu apresentam um sistema de classes (que, geralmente varia entre 10 e 20 classes nominais), caracterizado por vários prefixos nominais, que indicam o singular e o plural. Cada classe corresponde a um número. Chama-se classe nominal ao conjunto de nomes com o mesmo prefixo e/ou mesmo padrão de concordância. Veja-se o caso da Língua Nyaneka³⁰ com o sistema de classes constituído por 11 classes nominais, estando cada uma delas associada a mais três categorias gramaticais: prefixo nominal, prefixo adjectival e marca do sujeito, tal como a seguir demonstraremos. O número de classes em referência, porém, não deverá ser dado como definitivo, sendo possível identificar a existência de outras classes. Alguns estudiosos

³⁰ da comunidade étnica dos Ovanyaneka, localizados maioritariamente na província da Huíla, situada a sudoeste de Angola.

como, por exemplo, Riikka Halme³¹, defendem a existência de 18 classes nominais para a língua em causa. Entretanto, o que nos parece claro é que, entre as tais 18, confundem-se prefixos locativos ou indicadores de movimento com prefixos nominais. Por exemplo, o prefixo “po-”, 16.^a classe nominal na classificação de Halme, juntando-se a qualquer tema nominal como “-njwo”, forma a expressão “ponjwo”, o que, traduzido para o português, significa “em casa”. Nesta expressão, a preposição “em” equivale ao prefixo “po-”. Na nossa proposta de classificação, apresentamos apenas 11, deixando para o futuro o desenvolvimento desta questão em trabalhos mais específicos da linguística nyaneka.

Classes nominais	Plur.	Prefixos nominais	Exemplos	Tradução	Prefixos adjetivais	Marcas do sujeito
1	(2)	omu- omo-	omukwenje omona	rapaz criança	omu-	mu-
2		ova-	ovakwenje ovana	rapazes crianças	ova-	ve-
3	(4)	omu-	omukanda	carta	omu-	u-
4		omi-	omikanda	cartas	ovi-	vi-
5	(6)	e- eu-	epya eumbo	lavra casa, lar	e-	li-
6		oma- omau-	omapya omauvela	lavras doenças	oma-	e-, a-
7	(8)	oci-	ocimbwa	cão	oci-	ci-
8		ovi-	ovimbwa	cães	ovi-	vi-
9	(10)	o- on-	osikola onkombo	escola cabra	on-	i-
10		ono- onon-	onosikola ononkombo	escolas cabras	onon-	mbu-
11	(6+)	ou-	ouvela	doença	ou-	u-

Figura³² 5 – Sistema de classes da língua nyaneka

³¹ Docente de Linguística Bantu e de Línguas Nacionais, no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Huíla, no período de 2005-2009.

³² Importa referir que este quadro não é completo por estarem em falta outros prefixos como os locativos, possessivos, etc. Todavia, consideramos que, no presente

Regra geral, os nomes das línguas bantu são compostos por um prefixo nominal e um tema nominal. Chama-se prefixo nominal ao elemento mórfico que precede o tema nominal, determinando-lhe a classe e o número. Nestes termos, o prefixo nominal é o classificativo dos nomes. Para nós, este seria o nome que traduziria verbalmente o traço conceptual ao qual o referido termo remete. O tema nominal é, por sua vez, o elemento mórfico que recebe o classificativo. Nas línguas bantu, esses dois elementos mórficos não se sobrepõem. Quer dizer, salvo raríssimas exceções, o tema nominal por si só não tem significado; igualmente o classificativo. Vejam-se os exemplos abaixo:

classificativos	classes	números	tema nominal	nome	tradução
e-	5	singular	-pya	e pya	lavra
oma-	6	plural	-pya	oma pya	lavras

Determinados temas nominais podem receber mais de um classificativo em simultâneo, tal como adiante se verá nos exemplos. Nestes casos, por ordem de colocação dos elementos constituintes da palavra, da esquerda para a direita, é o primeiro classificativo que atribui ao tema nominal a classe e o número. Por outras palavras, esse processo não ocorre pela substituição do classificativo, tal como sucede no caso anterior, mas sim pela adição.

trabalho, ele é suficiente para explicar com exemplos o funcionamento do sistema de classes das línguas bantu.

Vejam-se os exemplos:

classificativos	classes	números	tema nominal	nome	tradução
ou-	14	singular	-vela	ou vela	doença
oma- + ou-	∅	plural	-vela	omau vela	doenças

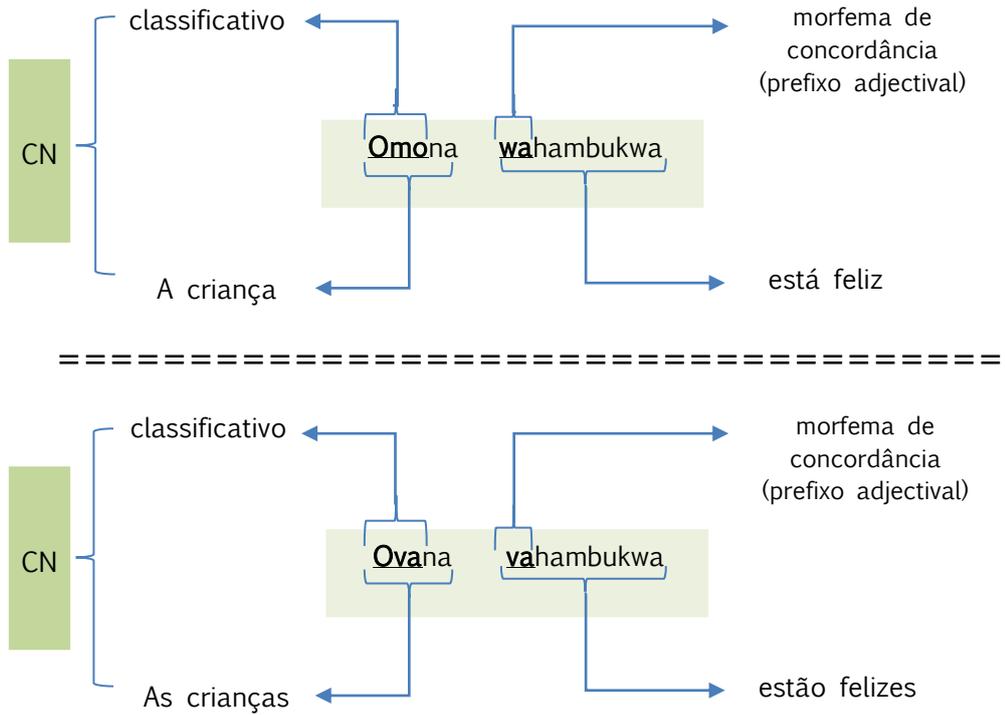
O emparelhamento de classes nominais singular/plural varia de língua para língua. Tomem-se como exemplo os seguintes pares singular-plural: 1/2, 3/4, 5/6, 7/8, 9/10, 11/6.

De seguida, passaremos a apresentar casos que quebram a regra anterior, dando origem aos casos excepcionais: temas nominais que formam nomes sem associação com um classificativo. Vejam-se os exemplos:

classificativo	classe	números	tema nominal	nome	tradução
-	-	singular	tate	tate	pai
ova-	2	plural	tate	ova tate	pais

No entanto, a passagem do singular para o plural retoma a regra geral anteriormente exposta.

- Quando um tema nominal recebe um prefixo independente – o classificativo, as demais palavras da frase deverão concordar com ele por meio de um prefixo dependente – o prefixo de concordância, respectivamente. Vejam-se os exemplos na Língua Nyaneka:



- Uma parte significativa do léxico é partilhada entre as línguas bantu, o que reforça a tese da possível existência de uma língua ancestral comum:

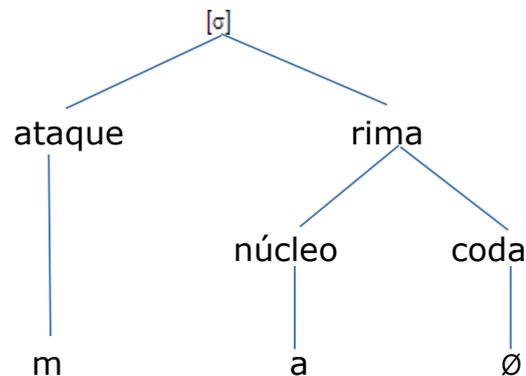
línguas bantu	nomes	tradução
Umbundu	ombisi	peixe
Nyaneka	ombixi	peixe
Kimbundu	mbiji	peixe
Ngangela	imbisi	peixe
Lingala ³³	mbisi	peixe

- São línguas tonais.
 - Não têm artigos.
 - Os sistemas vocálicos apresentam muitas simetrias entre si.
- Abaixo apresentamos uma matriz dos sons vocálicos com exemplos do Umbundu, idênticos em várias línguas bantu:

classificação	Vogais orais		Vogais nasais		
	exemplo	tradução	classificação	exemplo	tradução
central aberta	[a] – on <u>da</u> lu	fogo	central aberta	[ã] – ek <u>an</u> du	culpa
palatal aberta	[ɛ] – on <u>ge</u> va	saudade	palatal média	[ẽ] – omb <u>em</u> bwa	paz
palatal média	[e] – ukwen <u>je</u>	rapaz	palatal fechada	[ĩ] – <u>kim</u> bo	aldeia
palatal fechada	[i] – ut <u>i</u>	árvore	velar aberta	[õ] – on <u>gom</u> be	boi
velar aberta	[ɔ] – on <u>jo</u>	casa	velar média	[õ] – <u>ongom</u> be	boi
velar média	[o] – on <u>em</u> bele	igreja	velar fechada	[ü] – olon <u>du</u> nge	juízo
velar fechada	[u] – al <u>u</u> me	homens			

³³ língua bantu falada na região a Noroeste da República Democrática do Congo e numa grande parte da República do Congo-Brazzaville. Além disso, goza também de certa importância em determinadas regiões de Angola, sobretudo no Norte, bem como na República Centro-Africana.

- A estrutura silábica é composta por CV. Veja-se abaixo a árvore que permite visualizar a organização hierárquica da sílaba nas línguas bantu. Tome-se um exemplo do Kimbundu com o nome *maka* (problema):



- O sistema consonântico comporta consoantes pré-nasais. Vejam-se os exemplos do Cokwe:

[mb] – **M**bila ciputa mba phuka ece kukukawla.

(Deita o ramo de arbusto de mel para que as abelhas não te sigam).

[ng] – Phesu mukolo nyi mwixi, **ng**anga mukolo nyi ngunda.

(A barata é resistente ao fumo, e o sortilégio é resistente ao *ngunda*³⁴).

Obs. O número de consoantes pré-nasais varia de língua para língua.

³⁴ Trilo que se produz gritando e apertando repetidamente a boca entre o polegar e o indicador da mão direita. Usa-se como manifestação de alegria, especialmente para dar as boas-vindas, mas também para ridicularizar alguém ou como protesto a brado acusatório (cf. Barbosa, 2011: 270).

2.3.2.3. Línguas bantu faladas em Angola³⁵: problemática

Definitivamente, a maior parte das línguas em Angola pertence, pois, ao grupo das línguas bantu e tem uma localização territorial pouco limitada e definida nos dias de hoje, contrariamente ao que sucedia antes. Actualmente, de modo geral, as línguas bantu não se circunscrevem às localidades do interior, tendo sido trazidas para as cidades pelos falantes que para aí se deslocaram devido à guerra civil e que, a par das diversas línguas bantu, usam o português como língua veicular. No entanto, o mapa que se apresenta na página seguinte já não está de acordo com o que atrás referimos, apesar de ter sido extraído de uma fonte ainda recente.

Anote-se que o etnónimo aparece grafado com letra maiúscula enquanto a designação da língua correspondente aparece grafada com letra minúscula.

³⁵ Dizemos faladas em Angola e não de Angola pelo facto de uma boa parte delas serem igualmente faladas fora das fronteiras do território nacional. Temos como exemplo o *Kwanyama* (que também é uma das línguas na Namíbia) e o *Kikongo* (que igualmente é uma das línguas no Congo Democrático). Nestes termos, pensamos estar perante um bom exemplo em como não se deve associar rigorosamente o conceito língua ao de nacionalidade.

Mapa das comunidades etnolinguísticas de Angola



Figura 6 – Mapa das comunidades etnolinguísticas de Angola

Fonte: Fernandes & Ntongo (2002: 57)

Segundo Redinha (1975: 8)³⁶, em Angola são faladas nove línguas bantu. Esta perspectiva é seguida por Kukanda (1986: 33), Fernandes & Ntongo (2002):

Línguas bantu faladas em Angola	<ul style="list-style-type: none"> • Língua Cokwe (falada pelo povo Tucokwe); • Língua Kimbundu (falada pelo povo Ambundu); • Língua Kikongo (falada pelo povo Bakongo); • Língua Ngangela (falada pelo povo Vangagela); • Língua Nyaneka (falada pelo povo Vanyaneka-Nkhumbi); • Língua Helelo (falada pelo povo Ovahelelo); • Língua Kwanyama (falada pelo povo Ovakwanyama); • Língua Oxindonga (falada pelo povo Ovandonganga); • Língua Umbundu (falada pelo povo Ovimbundu).
---------------------------------	---

Figura 7 – Línguas bantu faladas em Angola

No entanto,

«Num trabalho publicado em 1994, a linguista alemã Huth afirma que existem em Angola 64 línguas. Esta contagem contrasta significativamente com [...] outra, apresentada pelo linguista angolano Kukanda, segundo o qual Angola conta com 9 línguas bantu. Para se chegar a mais de sessenta línguas, Angola teria de ter mais de cinquenta línguas não-bantu [...]. A margem de erro entre os dois linguistas não se consegue conciliar [...]» (Lusakalalu, *op. cit.* p. 9).

Perante um quadro de incertezas, aprofundado pela falta de investimento em estudos mais profundos que permitam chegar ao perfil linguístico das distintas regiões do país, os dados disponíveis permitem supor que, em Angola, existam mais de 100 línguas. As divergências

³⁶ Do registo do número de línguas bantu (também designadas por “línguas nacionais”) em Angola, muito do que se sabe, deve-se ao trabalho de Redinha (2009). Trata-se de um trabalho publicado antes da independência de Angola e que, em 2009, voltou a ser reeditado pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

entre as propostas dos diferentes autores resultam também das dificuldades já referidas de delimitação entre língua e dialecto.

Dependendo dos critérios utilizados, as variantes em presença, mais ou menos diferentes entre si, podem ser consideradas línguas diferentes. No contexto em que abordamos a questão linguística angolana, a proposta de classificação das línguas bantu de Redinha (1975: 8), seguida por Kukanda (1986: 33), Fernandes & Ntondo (2002: 48), indica o Umbundu, por exemplo, como a língua dos Ovimbundu. Estes são um povo constituído por pequenas ou grandes comunidades, localizadas em regiões mais ou menos demarcadas. Cite-se algumas, nomeadamente os Vahanya, Vambalundu, Vanganda, Vakakonda, Vawambu, etc. No plano teórico, cada uma destas comunidades fala um dialecto do Umbundu. Os Vahanya falam hanya; os Vambalundu, mbalundu; os Vanganda, nganda, assim por diante. Contudo, nas respectivas regiões, são conhecidos determinados hábitos e costumes culturais que diferenciam uma comunidade da outra. Segundo se pode depreender do estudo feito por Guebe (2003: 26-36) em relação aos Vahanya³⁷, questione-se a pertença destes aos Ovimbundu. Este debate é extensivo aos Vanyemba³⁸ dos Vangangela (cf. Sita, 2009) e aos Bayombe³⁹ dos Bakongo (cf. Chicuna, 2009).

Sita (*ibid.*) defende que a cultura dos Vanyemba se caracteriza por valores, normas, sanções, tecnologias, muito próprias, que os afasta do povo Vangangela. Uma das dificuldades com as quais o autor se debateu no percurso do seu trabalho de campo foram as assimetrias e obstáculos que encontrou no domínio linguístico, verificando diferenças

³⁷ localizados maioritariamente a sudeste da província de Benguela, situada a sul de Angola.

³⁸ localizados maioritariamente a leste da província da Huíla, situada a centro de Angola, estendendo-se à província do Cuando Cubango, a sudeste de Angola.

³⁹ localizados maioritariamente na província de Cabinda, a norte de Angola.

lexicais e fónicas no discurso comunitário entre um falante do nyemba e outro do ngangela.

Ao contrário de Redinha (1975), Chicuna (*ibid.*, p. 11), aplicando as unidades classificatórias indicadas por Greenberg, defende que «a Língua Kiyombe⁴⁰ pertence ao grupo das línguas bantu, da subfamília Níger-Kongo, da família Kongo-Kordofaniana». E Tamisier (2003: 402-403) refere que o Kiyombe é a língua falada pela comunidade étnica Bayombe. Tamisir (2003: 402-403) argumenta que os Bayombe são descendentes do antigo reino do Mayombe, na África central. Finalmente, é sabido que Yombe é um povo que vive em algumas regiões na República do Congo, na República Democrática do Congo e no Norte de Angola, concretamente na província de Cabinda. Chicuna (*ibid.* pp. 26-28, 32) defende que

[...]

Devido à sua expansão territorial, o Kiyombe é considerado uma língua transnacional, pois a sua área de difusão estende-se para além das fronteiras nacionais.

Quanto ao ensino desta língua, sublinhe-se que na República Democrática do Congo, o Kiyombe tem o estatuto de língua de escolaridade, o que não acontece noutros países, onde também é língua nativa.

[...] o território de Cabinda é o segundo lugar onde se encontra o maior número de falantes do Kiyombe.

[...]

O Kiyombe é uma das línguas veiculares em todo o território de Cabinda, sendo falado largamente em todas as zonas urbanas; veículo de transmissão da cultura do Mayombe, mormente das tradições orais, do *kintweni* (música tradicional da região); língua utilizada em vários meios sociais: nos *media* (Rádio e Televisão), serviços religiosos e em actos políticos.

[...]

Com a independência em 1975, a Língua Portuguesa, embora não tivesse sido consagrada na Constituição, foi adoptada como língua oficial e única língua de escolaridade para todos os níveis de ensino.

Preconizando a introdução das línguas nativas no sistema de ensino oficial, em Angola, foram criados sistemas descritivos e fonológicos de seis línguas, a saber:

⁴⁰ Vulgarmente designada por Fyote.

Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Mbundu, Mbunda e Oxikwanyama (Instituto Nacional de Línguas, 1980: 13). Nestas descrições, a Língua Kiyombe foi integrada na zona linguística do Kikongo (INL, 1980: 13). O Kikongo é a língua dos Bacongo [...], oriundos do antigo reino do Congo, cujo fundador foi Nimi-Ya-Lukeni, um originário do Mayombe e que, por sinal, tinha o Kiyombe como língua materna. Nestas descrições, o Kiyombe e as outras línguas de Cabinda não mereceram qualquer tipo de tratamento linguístico. Assim, os falantes de Kiyombe e de outras línguas bantu de Cabinda tinham que aprender uma outra língua africana, o Kikongo».

Assim, deste ponto de vista, estamos em presença de mais três línguas, o que entra em conflito com a classificação de Redinha (*ibid.*) e seus seguidores. Retomando a nossa lista (cf. p. 65), então teremos nomeadamente: o Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Nyaneka, Kwanyama, Mbunda, Ciluba, Ciluvale, Ocihelero, Ndonga, Kikongu, Humbi, Hanya, Nyemba e o Kyombe, contabilizando já 16 línguas bantu faladas em Angola.

Todavia, por enquanto, deixaremos esta questão em aberto para estudos futuros. No presente trabalho, consideramos que o número exacto de línguas africanas em Angola é, pelos motivos expostos, uma questão sem resposta, sendo certa a sua grande diversidade.

2.4. Língua Portuguesa em Angola

2.4.1. Política linguística colonial

Durante o período colonial, no Estado Novo, do ponto de vista organizacional, a sociedade colonial estava dividida em dois grupos principais, a saber: o dos Portugueses e o dos Angolanos. Estes grupos apresentavam-se, por sua vez, subdivididos. Enquanto os Portugueses se subdividiam em colonialistas (agentes da metrópole colonizadora) e colonos (instrumentos da colonização); os Angolanos subdividiam-se em assimilados⁴¹ e indígenas (cf. Mingas, 2000: 44-47).

Os assimilados eram indivíduos instruídos, com direitos, por exemplo, à nacionalidade portuguesa, à educação dos filhos juntamente com as crianças portuguesas, etc.. Subdividiam-se, ainda, em dois grupos: os que eram assimilados passivos⁴² (alienados, fiéis ao regime colonial) e os que eram activos (revoltados, «que se apropriaram de tudo o que lhes foi possível aprender com o objectivo de libertar o seu povo e país da dominação colonial portuguesa») (cf. Mingas, *op. cit.*).

Os indígenas eram os indivíduos analfabetos. Constituíam a maioria esmagadora da população.

Consideram-se indígenas [...] os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente [nas províncias da Guiné, Angola, Moçambique], não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses (cf. Mingas, *op. cit.*, p. 47).

⁴¹ «A figura legal do assimilado foi sendo definida em vários decretos publicados entre 1926 e 1961, altura em que foi extinta. Esses decretos foram os seguintes: Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (1926), Acto Colonial (1930), Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina (1933), Lei Orgânica do Ultramar Português e Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1953)» (Marques, 2001).

⁴² Eram o que os colonialistas designavam como negros diferentes, negros que não eram como os outros, porque tinham a pele negra mas a sua alma era branca (cf. Mingas, 2000: 46).

A ascensão na escala social ou a um estatuto privilegiado e a possibilidade do exercício de direitos por parte do homem de raça negra estavam condicionadas ao domínio do PE e à aquisição dos hábitos socioculturais dos cidadãos portugueses (cf. Miguel, 2003; Inverno, 2009).

A política portuguesa de ensino teve como objectivo a imposição da LP em detrimento das línguas autóctones. O ensino era feito em LP, sendo a língua colonial o único veículo linguístico de contacto no ensino; facto altamente propiciador da assimilação cultural. A aplicação prática desta política linguística foi apoiada por uma vigilância cada vez mais acentuada da PIDE, a polícia política portuguesa, que via na utilização de qualquer uma das línguas autóctones uma atitude subversiva. No entanto, outras línguas europeias, além da LP, eram ensinadas nas escolas: o francês, o inglês, o alemão. Ou seja, os Angolanos tinham maior possibilidade de se esmerarem numa língua estrangeira do que nas suas línguas nativas (cf. Mingas, 2000: 48-49; Miguel, *ibid.*, p. 26).

Em determinadas escolas dirigidas por missionários protestantes praticava-se o ensino em línguas⁴³ autóctones, procurando promover a cultura dos africanos sem alterar as suas características. Como pena pela subversão destes dirigentes, as suas instituições não recebiam ajuda estatal, sendo mesmo, por vezes, encerradas (cf. Miguel, *ibid.*).

Por conseguinte, e segundo Mingas (2000), na encruzilhada de [pré-]conceitos políticos e socioculturais, criou-se um panorama altamente favorável a que a LP ostentasse um estatuto de privilégio. Acrescente-se que, segundo Miguel (*ibid.*, pp. 26-27), a imposição da LP como língua de ensino, ignorando a situação linguística individual ou a

⁴³ Leia-se também Raposo *et. al.* (2013: 159) segundo os quais o uso das línguas bantu esteve reservado para a instrução religiosa.

mundividência dos alunos, gerando uma significativa interrupção dos seus hábitos e tradições linguísticas, contribuiu para a ocorrência de psitacismo e para um baixo rendimento escolar em todas as matérias de ensino.

A partir de 1925-30, começou a registrar-se o aparecimento de falantes nativos do português, descendentes de cidadãos assimilados, dado que decorre, acima de tudo, do efeito da referida política linguística, vigente na época (cf. Mingas, 2000: 50). Foi também nesse período em que a LP se tornou gradualmente a língua mais falada em alguns centros urbanos de Angola (Luanda, Lubango, Benguela), pelo aumento considerável de colonos portugueses, tanto homens como mulheres, a maioria dos quais preferia fixar-se nos centros urbanos costeiros em detrimento das zonas do interior (cf. Inverno, 2009: 3).

Ainda assim, os condicionantes criados pelo regime colonial no acesso ao ensino por parte da maioria esmagadora da sociedade angolana, e a proibição do uso das línguas autóctones, tiveram efeito até aos últimos anos da época colonial, verificando-se uma pequena percentagem de falantes angolanos de português como língua materna. Era, claramente, a pequena burguesia urbana que prosperou em Luanda até ao século XIX (cf. Agualusa, 2005: 27).

Por outro lado, a partir de meados do século XX, em resposta à influência crescente dos movimentos nacionalistas em Angola, o Governo colonial português investiu imenso na intensificação da sua presença no interior, nomeadamente através do fomento da criação de grandes colonatos agrícolas. Acrescente-se a criação de agrupamentos de grande parte da população do interior em aldeias por acção do Exército português (cf. Inverno, *ibid.*, p. 4). Ainda assim, o português continuava a ser fundamentalmente L2.

2.4.2. Política linguística pós-independência

A descolonização que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974, em Portugal, levou à constituição de cinco repúblicas independentes, entre as quais a República de Angola. Em todas elas, a LP é a língua oficial e, enquanto tal, segue teoricamente a norma europeia⁴⁴ (cf. Teyssier, 1987: 94).

Segundo Raposo *et al.* (*ibid.*, p. 160),

«A partir da independência, teve início um importante processo de difusão e valorização do português [...]. A associação desta língua com o prestígio e a ascensão social, já presente na época colonial, não só não desaparece com a independência, como, pelo contrário, é reforçada».

Na verdade, o Português não foi (e é) apenas adoptado como a língua oficial da República de Angola, mas também funciona como a língua de unidade nacional. A adopção do português como língua oficial e o seu reconhecimento como língua de unidade nacional foram entendidos como um mecanismo político conducente à integração nacional, relativamente à *angolanidade*⁴⁵.

As línguas autóctones são, por sua vez, reconhecidas em termos legais como línguas nacionais, mas não permitem o acesso aos domínios oficiais da vida nacional numa intercomunicação em todo o território nacional. Este aspecto é polémico, na medida em que, na actual política linguística de Angola, o Português é oficial mas não nacional, ao passo que as línguas autóctones são nacionais mas não oficiais, pelo que “nacional” no contexto angolano tem, de facto, o

⁴⁴ A LP na sua variedade europeia contemporânea, detentora do estatuto social e cultural privilegiado, que se manifesta no facto de ser a variedade ensinada nas escolas, usada pelos órgãos de comunicação social (jornal, revista, rádio, televisão), sobretudo em situação formal de comunicação, pela generalidade dos portugueses com uma instrução média ou superior. A esta variedade chama-se português padrão (cf. Raposo *et al.*, 2013: xxv).

⁴⁵ Cf. definição, p. 236 desta dissertação.

significado de nativa, e não de língua comum a todos os indivíduos de uma nação, papel actualmente desempenhado pelo Português sobretudo, desde que, no período da guerra civil, o fenómeno dos deslocados de guerra a transformou em língua veicular e, naturalmente, L1 dos jovens nascidos nesta situação.

Refira-se, entretanto, a tentativa do Governo angolano no sentido de assegurar o papel das línguas autóctones na vida nacional, criando programas educacionais e reformulando instrumentos já existentes para o ensino e manutenção das línguas e culturas nativas. O Instituto de Línguas Nacionais, órgão estatal vocacionado para o estudo científico das línguas autóctones, a sua normalização e o controlo dos dados linguísticos ao nível da sua difusão, é uma demonstração da acção do Governo angolano em matéria de política linguística nacional. Todavia, o que é facto é que, em Angola, ainda nos nossos dias, a LP representa o principal factor de ascensão, mobilidade e integração na vida social e política, de forma mais imediata e global.

2.4.2.1. Situação actual da Língua Portuguesa

Segundo se encontra em Cabral (2005: 28), pode «dizer-se que a [...] Língua Portuguesa em Angola é língua oficial, língua veicular e língua nacional». Dada a conjuntura sociolinguística nacional, a definição de LP em Angola apresentada por Cabral (*op. cit.*), em termos estatutários, revela-se bastante adequada à realidade, embora, sobretudo no seio da classe universitária angolana, o estatuto da LP seja um factor de grande discussão e discordância, umas vezes por mera tendência chauvinista, outras pela ignorância decorrente da inexistência de estudos sistemáticos sobre o PA.

2.4.2.1.1. Língua oficial

Entende-se por língua oficial aquela que é «utilizada no quadro das diversas actividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um Estado soberano» (cf. UNESCO, 1992)⁴⁶. No caso angolano, o Português é, desde a era colonial, a principal língua dos órgãos de comunicação social, do discurso pedagógico e técnico, científico, do exército, da literatura e dos mais distintos sectores artísticos e/ou culturais nacionais, decorrendo do estatuto de língua oficial. Como já se referiu anteriormente, e de acordo com Panzo (2014: 50), «pesou na escolha do português como língua oficial após a independência o facto de as demais línguas angolanas possuírem uma zona de difusão circunscrita, limitando-se cada uma delas a um determinado ponto do território nacional – o que, por si só, constituiria um obstáculo à unidade nacional. Assim, a solução passou pela escolha de uma língua que não rivalizasse com os valores de cada uma das etnias em contexto, sendo,

⁴⁶ Cf. UNESCO – Notes Statistiques (cf. Almeida, 2011: 38).

no caso, a LP. Sendo língua de ninguém, a LP podia ser a língua de todos».

A este facto acrescia o prestígio e o estatuto como das línguas mais faladas do mundo. Assim, dada a realidade sociolinguística do país e visando o interesse e/ou projecto político de unidade nacional, essas características, únicas no contexto linguístico, são os principais factores da escolha da LP como língua oficial.

2.4.2.1.2. Língua veicular

Designa-se por língua veicular aquela através da qual uma população plurilingue comunica entre si nas suas relações interpessoais, sociais e comerciais, essencialmente. Segundo se pode ler em Carrasco (1988), face ao plurilinguismo, ou ainda, pluri-etnolinguismo existente no país, o português é a língua capaz de permitir e facilitar a comunicação entre todas as áreas culturais da Nação⁴⁷.

Em Angola, a língua que se enquadra imediatamente nesta definição é a LP. Refira-se que ela é a língua mais falada no território nacional. Para além de ser L2 de indivíduos da população angolana, é, progressivamente, a língua materna, sobretudo nas camadas mais jovens, com maior realce na população juvenil dos grandes centros urbanos, nomeadamente Luanda, Lubango⁴⁸ e Benguela.

Nzau (2011: 23-24) dá conta de que «a realidade angolana é atípica no contexto africano [...]. A LP tem vindo a ultrapassar a barreira

⁴⁷ Na acepção de Estado-Nação [nota do autor].

⁴⁸ Um estudo feito por Cruz (2007: 104) permite chegar à conclusão de que «a LP se afirma progressivamente como L1 dos mais jovens que vivem no perímetro urbano do Lubango», em prejuízo das demais línguas angolanas.

da urbanidade, ao deixar de ser falada apenas em meios urbanos ou em espaços outrora da “exclusividade”» das línguas africanas. O autor acrescenta que esta particularidade faz com que essa língua seja a língua mais falada no contexto nacional, “ultrapassando todas as outras línguas angolanas”. A dinâmica expansiva que a caracteriza aponta para um carácter irreversível. Assim, a guerra civil e as consequentes movimentações das populações para os grandes centros urbanos são os principais factos na origem do papel de língua veicular da LP.

A guerra pós-colonial, marcada por uma imensa devastação do país e pelo enfraquecimento do papel das línguas autóctones, é responsável pelo facto de a LP ter sido o meio de integração e/ou mobilidade social mais imediato para as populações deslocadas de guerra, provenientes de zonas rurais (Aqualusa, 2005), onde, ao contrário dos centros urbanos, tal como se referiu atrás, a língua local tinha naturalmente maior expressão do que a LP.

2.4.2.1.3. Língua nacional

Este termo opõe-se normalmente, em África, ao entendimento europeu ou americano que se tem do conceito de língua nacional, significando língua nativa, autóctone. Nos primeiros anos da era pós-colonial, conheceu-se a opção política do Governo angolano de criar as condições objectivas para que as línguas autóctones tivessem o mesmo estatuto que a LP, tendo sido criado, em 1979, o referido Instituto Nacional de Línguas⁴⁹. Com base no trabalho sistemático e científico de peritos, o Governo angolano decidiu atribuir o estatuto de línguas nacionais às línguas africanas faladas no país (Mingas, 2000: 55). Por

⁴⁹ Tornando-se, em 1983, o Instituto de Línguas Nacionais.

consequente, e no sentido de assegurar a promoção destas línguas, a Rádio Nacional e a Televisão Pública de Angola dedicam espaços alternados à emissão em diferentes línguas nacionais nas suas emissões diárias. No entanto, mesmo assim, a configuração do contexto sociolinguístico nacional continua a favorecer a LP, alargando cada vez mais o seu número de falantes e, conseqüentemente, a sua zona de difusão, ao contrário das línguas autóctones (Panzo, *ibid.*, p. 51).

O facto de a LP ser hoje uma língua de dimensão nacional deve-se a vários factores, a saber:

- a) a adopção da LP como língua oficial do Estado (e sem concorrente), no período pós-colonial;
- b) as guerras no território nacional e a difusão da LP como língua veicular nos quatro pontos cardeais do país⁵⁰;
- c) e o processo de nativização⁵¹ da LP (com largos reflexos de inovação linguística no domínio do léxico, da pronúncia, da morfo-sintaxe e do discurso). Segundo José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola,

Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola» (2006).

⁵⁰ «E creio que não há nenhum país em África, onde uma língua europeia esteja tao difundida como o português em Angola» (Barbeitos, 1983: 423).

⁵¹ Termo empregue, pela primeira vez, por Kachru (cf. Firmino, 2005; Raposo *et al.*, *ibid.*).

E segundo Agualusa (*ibid.*), «pela primeira vez, uma língua de origem europeia conseguiu enraizar-se em África, tornando-se numa língua africana, num espaço de tempo muitíssimo curto e por acção dos próprios filhos do país».

Assim, em relação à LP, consideramos haver hoje razões que se impõem na confirmação de que esta língua é, mais do que as línguas autóctones, a língua nacional de Angola, no sentido em que ela é a única que une todos os falantes do território nacional, cultural e administrativamente. Algumas das razões são nomeadamente:

- número crescente e significativo de falantes nativos da LP (nos maiores centros urbanos e mais influentes do país);
- número crescente da situação de monolinguismo favorável à LP (nos maiores centros urbanos e mais influentes do país). De acordo com Hodges (2002) e Venâncio (1992/93), o processo de assunção da LP traduz-se num aumento significativo do número de falantes que a têm como L1 e única. Na perspectiva de Nzau (*ibid.*, p. 24), este facto representa «uma ferramenta imprescindível, tanto para a naturalização, como para a nacionalização de uma língua»;
- situação de bilinguismo, uma língua bantu + LP e vice versa, um pouco por todo o país;
- património imaterial de Angola. Com base na Lei do Património Cultural⁵², o elemento língua insere-se no

⁵² Designa-se por património cultural, conforme o exposto nos termos da Lei do Património Cultural (n.º 14/05, de 7 de Outubro), no seu capítulo I, artigo 2.º, pontos um e dois, «todos os bens materiais e imateriais, que pelo seu reconhecido valor devem ser objecto de tutela do direito, [bem como] quaisquer outros bens que sejam

património cultural imaterial. Em geral, o conceito de património cultural imaterial estende-se à totalidade das expressões que constituem as culturas actuais que não se confinam só ao passado, mas também se prolongam no presente e perspectivam o futuro. Fazem parte disso, o conjunto das tradições orais, usos e costumes, as línguas, sistemas de pensamentos, etc.⁵³;

- o factor mais imediato de integração, mobilidade social, socialização e símbolo de unidade nacional. Na óptica de Nzau (*ibid.*, p. 92), a LP «é, no quadro linguístico angolano, a língua que mais transporta o espírito de aproximações entre as populações, podendo contribuir na redução de tensões sociais entre [as demais línguas angolanas]; é dos únicos elementos culturais de identidade nacional capaz de fazer com que as populações das diferentes etnias se possam sentir como pertencentes a uma “super-estrutura” (nação angolana), mesmo que isso não seja à custa da anulação das microestruturas de base étnica [...]».

considerados como tais, pelos usos e costumes e pelas convenções internacionais, que vinculem o Estado angolano».

⁵³ Segundo Nzau (*ibid.*, p. 16), um dos grandes contributos da sociolinguística na sua relação com a comunidade é a legitimação da dicotomia língua *versus* cultura. Neste sentido, a língua é considerada «um veículo de cultura, pois ao ser seu principal transporte e catalisador, a língua incute sempre cultura, podendo ser um instrumento que a inocula». Como é do conhecimento universal, qualquer cultura actualiza-se/realiza-se como um sistema, por consequência não só de um desenvolvimento histórico particular, mas também pela própria dinâmica natural de mudança; e a língua não fica alheia desta realidade.

2.5. Conclusão

Angola é, de facto, um país caracterizado por um plurilinguismo acentuado. Cada uma das línguas reúne, nas mais variadas zonas onde é potencialmente falada, um conjunto de variantes dialectais, o que releva grandemente a diversidade linguística nacional.

A presença de múltiplas línguas, predominantemente do grupo de línguas bantu, em contacto com o português, no território angolano, é determinante para explicar determinados fenómenos de mudança no PA que aqui nos propusemos analisar. Como foi demonstrado no capítulo anterior, a variedade angolana do português é essencialmente resultado do contacto linguístico com as diversas línguas bantu.

Por outro lado, os condicionantes criados pelo regime colonial no acesso ao ensino⁵⁴ por parte da população angolana e, por conseguinte, o elevado número de indivíduos não escolarizados criaram, então, uma situação em que a LP era sobretudo a L2. O seu estatuto como a única língua de ensino e principal veículo de ascensão social no período pós-independência (tal como já era inclusivamente no período colonial) criaram um panorama favorável a que ela ostentasse um estatuto privilegiado no contexto nacional – enquanto instrumento de unidade nacional e, depois da independência, o veículo da angolanidade.

Mas seria o conflito armado nacional o grande impulsionador da difusão e uso massivo dessa língua, a partir de 1975, decorrendo desse facto o crescimento exponencial e rápido de falantes da LP como L1, pelo que não se pode considerar a assunção da LP como língua oficial

⁵⁴ Não sendo nem gratuito nem obrigatório, o que dificultou o acesso da maioria dos Angolanos à escola, na medida em que eles pertenciam a famílias muito modestas (cf. Mingas, 2000: 49).

e língua exclusiva do ensino a única impulsionadora do seu uso crescente e situação maioritária na actualidade.

Em todo o caso, a LP perfila-se hoje, no seio das línguas autóctones, como língua de unidade nacional, naturalmente influenciada pelas línguas africanas com as quais partilha o mesmo espaço linguístico. A questão que aqui levantamos é «até que ponto vai essa interferência e se se justifica, ou não, já a consideração de um português de Angola, com uma norma própria, à semelhança do português do Brasil».

CAPÍTULO III:
ESTADO DA ARTE. OBJECTIVOS E
METODOLOGIA

3.1. Estado da Arte

O estado da arte, ou revisão bibliográfica, é uma fase bastante importante no processo de busca de resposta a um problema científico. É por seu meio que se

- verifica quantos textos ou obras relacionadas com o objecto em análise já foram publicadas;
- conhece a forma como o objecto foi discutido ou analisado em estudos anteriores;
- identificam as variáveis e se encontram pistas de resposta ao problema em questão.

Neste sentido, foram reunidas determinadas obras que revelam alguns sinais de variação e mudança no PA, conforme o nosso foco de abordagem, nomeadamente os estudos: de Marques (1983), «Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola»; de Carrasco (1988), «Subsídios para o estabelecimento da norma do Português em Angola»; de Costa (1997), «Rupturas estruturais do Português e línguas bantas em Angola. Para uma análise diferencial»; Mingas (1998), «O Português em Angola: reflexões»; e (2000), «Interferencia do Kimbundu no Português falado em Lwanda»; de Barros (2002), «A situação do Português em Angola»; de Miguel (2003), «Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda»; de Figueiredo (2003), «O Português em Angola»; de Cabral (2005), «Complementos verbais preposicionais do Português em Angola»; de Gregório (2006), «Particularidades linguísticas no Português de Angola»; o de Bento (2010), «Contributos para uma caracterização linguística do luandense»; e o de Filusová (2012), «Difusão e Desenvolvimento do Português Vernáculo de Angola».

Os estudos relacionados com o PA, apesar de escassos, não se resumem, no entanto, à lista acima indicada, mas optámos pela selecção daqueles que, de facto, nos permitiram um certo aprofundamento dos limites do problema colocado na nossa investigação. Neste sentido, seleccionámos os trabalhos que exploram determinadas categorias temáticas que também nos ocupam. Além disso, aplicámos alguns critérios na selecção dos referidos trabalhos: pressupostos metodológicos usados – método, grupo-alvo, fontes, recursos, finalidade do trabalho.

De acordo com Cabral (2005: 45), ao considerarmos os estudos relacionados com o PA, podem distinguir-se dois grupos básicos de trabalhos:

- os que apenas tratam de empréstimos e adaptações lexicais da LP às línguas autóctones e vice-versa;
- os que abordam as tendências de mudança dentro da própria LP, ou seja, estudos em que se põe em comparação a norma do PE com a variedade angolana em formação.

Para o presente trabalho, optámos por explorar os dois grupos, já que nos dispusemos a estudar a norma em geral, incluindo não só aspectos da pronúncia e da morfo-sintaxe, mas também do léxico.

Na República de Angola, os estudos do PA conhecidos para lá das fronteiras nacionais terão começado com Irene Guerra Marques. O seu desempenho como professora de LP e a sua função no Instituto de Línguas Nacionais como directora terão contribuído bastante para as

investigações que vinha desenvolvendo no PA. Desde muito cedo, sete anos após a independência, a sua participação no Congresso sobre a situação da LP no mundo, em 1983, Lisboa, ficou documentada e alertou para os sinais de mudança que já então caracterizavam o português em Angola. Este facto deu primazia à autora na presente abordagem. Apesar de o seu estudo do PA (1983) ser bastante incipiente e estar focado no ensino da LP, ainda assim, permitiu verificar algumas tendências de mudança linguística, ainda que apenas ao nível do português popular em Angola, diferentemente da nossa abordagem na presente dissertação, focada na norma culta.

Por outro lado, em relação à realidade linguística nacional, a autora referia que o mosaico linguístico era maioritariamente constituído pelo grupo de línguas bantu. Assim, a realização da LP em Angola dava-se numa situação de plurilinguismo. Segundo a autora, as línguas bantu constituíam «as línguas maternas de grande parte da população angolana», sendo a LP L1 de um número bastante reduzido de angolanos e L2 da esmagadora maioria (cf. p. 206). Tal como já referimos, de então para cá, esta situação alterou-se.

Pelo facto de o Português ser, à época do trabalho de Marques, maioritariamente L2, desenhava-se então um quadro em que ela se apresentava como uma língua estrangeira e daí a conclusão da autora: «parece-nos que é essencialmente como língua estrangeira que o português deve ser ensinado no nosso país». No entanto, Marques já admitia a necessidade do levantamento do português fundamental mais usual em Angola e a descrição do PA que, a longo prazo, iria permitir delimitar as suas características que decorrem da evolução natural da língua e as que decorrem do seu contacto com as línguas autóctones.

Relativamente ao ensino da LP, foco do seu trabalho, a autora destacava o facto que considerava responsável pelos níveis de insucesso escolar, principalmente no ensino primário: a sobreposição da LP às línguas autóctones e o seu principal papel de veículo de expressão e comunicação de visão do mundo, da vida em sociedade, etc., verificando-se que, sobretudo nas zonas rurais, os alunos tinham o seu primeiro contacto com a LP apenas na escola.

Por outras palavras, a autora pretendia chamar a atenção para a situação linguística dos alunos. A tudo isto se acrescentava a carência de professores (qualificados) e de infra-estruturas pré-escolares para permitir que, à entrada na escola, as crianças já tivessem tido contacto com a língua de ensino. Marques (*op. cit.*) defendia, pois, a ideia de que a valorização da L1 do aluno no processo de ensino-aprendizagem representaria um factor determinante no seu desempenho escolar.

Neste seu estudo, a autora apresenta algumas análises linguísticas de nível fonético, morfo-sintáctico e lexical, ainda que pouco aprofundadas, uma vez que, como atrás referimos, o seu trabalho tem um carácter essencialmente didáctico. Foram analisados casos de interferência linguística, partindo da identificação e estabelecimento de características das línguas Kimbundu, Kikongo e Umbundu, a fim de, e a título de exemplo, se evidenciarem as interferências das estruturas linguísticas das L1 dos alunos na estrutura linguística da LP, enquanto L2, o que levou à reflexão e à procura do conhecimento das causas que determinam particularidades de pronúncia ou de morfo-sintaxe: flexão, concordância, colocação, regência, etc., dos alunos. Segundo a autora, em Angola, as interferências das línguas locais são uma hipótese de explicação imediata.

Seguindo Mateus *et al.* (2003: 24),

«o contacto entre línguas é um dos factores que mais contribuem para desencadear variação linguística a qual, ao ser progressiva e sistematicamente incorporada nos usos dos seus falantes, levará eventualmente a uma situação de mudança de alguns dos parâmetros da língua».

Raposo *et al.* (2013: 161) retomam esse argumento referindo que

«muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, directa ou indirecta, da gramática destas línguas. Esta interferência manifesta-se não tanto pela criação de novas palavras, mas sobretudo por alterações nos traços fonéticos e fonológicos, morfológicos e sintácticos do sistema gramatical do português europeu».

Mendes (1985: 1) já defendia que factores especificamente linguísticos resultantes do contacto com as línguas autóctones influenciam e orientam o desenvolvimento do português falado em Angola para direcções diferentes, distanciando-o progressivamente do PE. Barros (2002: 40), tal como outros, defendia a mesma tese: «a interferência bantu manifesta-se na mundi-visão característica da oralidade».

A título de exemplo das questões levantadas, nos escassos casos apresentados em relação às particularidades do PA, Marques (*ibid.*) referia-se à pronominalização, afirmando que o clítico não-reflexo dativo «lhe» tanto é usado com a função sintáctica de complemento directo, quanto com a função sintáctica de complemento indirecto. E, quanto à sua posição, realiza-se geralmente a próclise, independentemente de não se verificar, na frase, a presença de determinados factores de natureza sintáctico-semântica atratores da próclise. A generalização

desse clítico originou um fenómeno designado por «lheísmo». Este fenómeno poderá ser responsável imediato pelo desaparecimento gradual do clítico não-reflexo acusativo «o» (e seus variantes).

O estudo de Carrasco (1988) é revelador de alguma consciência dos fenómenos de variação e mudança, embora, muito pouco sistematizado e fundamentado. O autor apresentou um quadro comparativo entre o certo e o errado no Português em Angola em contraste com o PE. À semelhança de Marques (*op. cit.*), no seu estudo, evidencia-se mais uma preocupação com o ensino do Português do que com fenómenos linguísticos no PA. Deste modo, o seu juízo do “certo” e do “errado” é entendido em contexto pedagógico, prescritivo.

Os poucos exemplos linguísticos que resultam da sua análise abrangem os níveis fonético, morfo-sintáctico e lexical. Na sua maioria, os exemplos revelam uma recolha de dados pouco criteriosa para aquilo que se pretenderia: «subsidiar com dados linguísticos para o estabelecimento da norma do Português em Angola». Na verdade, boa parte de tais exemplos não reflectem dados linguísticos reais, uma vez que foi a partir de textos literários que o autor fez reflexões sobre as particularidades no PA.

Mingas (1998) apresentou também algumas características do PA. Segundo a autora, tais características «permitem ao “angolano” diferenciar-se, quer do português padrão, quer das línguas africanas do país. Tais características estão ligadas à especificidade das línguas bantu como uma unidade linguística coesa». Com alguns exemplos muito pouco sistematizados e fundamentados, a autora apresentou uma pequena lista de tópicos estruturais e funcionais do PA, especificamente da variante popular.

Mingas (2000) faz-nos perceber que, em Angola, existem, além de uma norma culta nacional, outras normas à margem daquela. A autora referia ainda que o fenómeno de interferência pode explicar-se pela imposição da LP como a única língua de ensino e de ascensão social, em detrimento das línguas autóctones. Esta situação gerou nos Angolanos a necessidade de empreender um esforço para a aprendizagem do português. No entanto, dado que *a quase totalidade da população era analfabeta*⁵⁵, antes e pouco tempo depois do período colonial, verificou-se uma tendência grande para adaptar as estruturas das línguas bantu ao português, criando uma convergência linguística nas interacções idiomáticas, o que constitui a base do fenómeno de interferência. Neste caso, observam-se, nomeadamente

- as interferências de nível lexical, o que motiva a lexicalização em português de vocábulos originários do bantu;
- as interferências de nível fonético, o que fornece pistas para trabalhos sobre caracterização dos sistemas vocálico e consonântico do português local;
- as interferências de nível morfo-sintáctico, o que permite verificar paradigmas de género e número alheios à norma europeia, bem como estruturas sintácticas híbridas (uma espécie de porto-bantu) (cf. Mingas, *op. cit.*).

Não raro verifica-se que, mesmo em situação formal de comunicação, a tentativa de os falantes adequarem o seu discurso debate-se com hábitos linguísticos, fruto da cristalização de elementos do bantu no português, para além das necessidades comunicativas e criatividade dos próprios falantes.

⁵⁵ Leia-se também Barros (2002).

Barros (2002) desenvolve uma reflexão sobre o português popular em Angola. Neste sentido, a autora defende que essa variante se encontra num processo de criouliização. De facto, o seu estudo remete para uma análise linguística de uma variedade particular. Quanto ao número de falantes do PA, na sua perspectiva, o português é a L1 da maior parte dos jovens de Luanda e das cidades de Benguela e Lobito, situação muito diversa da identificada por Marques cerca de 20 anos antes.

Miguel (2003) começa o seu estudo com uma abordagem sobre a situação linguística e o ensino da LP em Angola, sendo o seu principal objecto de análise «o emprego dos pronomes pessoais». Segundo a autora (p. 20), trata-se de «uma das áreas de mais evidentes derivas, em relação ao português europeu padronizado, a referência do bom uso linguístico do português de Angola». Por um lado, a autora descreve as regras de uso dos pronomes pessoais da LP e faz juízos de valor na óptica da gramática prescritiva; por outro, descreve e caracteriza o emprego dos pronomes pessoais no português de Luanda, província capital de Angola. Refira-se que esse estudo é, de facto, um contributo para o conhecimento de elementos estruturais e funcionais, não só do português falado em Luanda, mas também daquele que é falado no resto do país. Entretanto, também, a sua orientação metodológica observa mais a perspectiva prescritiva do que a perspectiva descritiva. Entendemos que essa orientação metodológica se justifica, também neste estudo, pelo facto de a investigação ter como principal preocupação a melhoria do ensino da variedade oficial do português em Angola.

Em relação à construção do quadro teórico inerente ao objecto de estudo de que Miguel se ocupou, verificámos que ela construiu o

seu estudo na óptica do paradigma linguístico da Gramática de Cunha & Cintra (1984). A dinâmica da pronominalização do português de Luanda, que dá título ao trabalho, resulta, segundo a autora, da influência negativa que o Kimbundu exerce no português realizado em Luanda. Por isso, na sua perspectiva, o Kimbundu constitui o substrato do português de Luanda, por ser a língua nativa da região, e é com base nesta perspectiva que justifica o resultado da análise comparativa efectuada entre o PE e o português de Luanda.

Cabral (2005), no seu trabalho, ocupa-se essencialmente da descrição e análise de construções com complementos verbais preposicionados no português em Angola, comparativamente com o PE. A substituição, o apagamento e a inserção de preposições em complementos verbais constituem os fenómenos estudados.

O autor considera estar em formação uma variedade angolana culta do Português, embora admita haver falantes, em número muito reduzido, que conservam e mantêm um comportamento linguístico muito próximo dos padrões linguísticos e culturais europeus. Com o seu estudo, o autor pretende contribuir para responder a algumas das preocupações que se levantam sobre o Português e o seu ensino em Angola, encontrando regularidades nos desvios relativos ao uso das preposições «a, de, em, para, com e por», bem como procurando e analisando o estatuto sintáctico-semântico destas preposições, e observando as estratégias de carácter linguístico utilizadas pelos informantes.

A constituição do *corpus* de análise deste estudo restringiu-se a dados de escrita produzida em contexto formal de comunicação por alunos de distintos níveis de ensino: básico, médio e superior, recolhidos na cidade do Lubango.

Gregório (2006) apresenta como base empírica do seu estudo o jornal diário angolano, designado Jornal de Angola (do período de Setembro e Outubro de 1999). É com base nesta fonte que o autor descreve o PA. Os dados trabalhados apresentam um resultado pouco sistematizado e fundamentado. O seu contributo reside na tentativa de evidenciar dados linguísticos característicos do PA, ainda que com base em fontes escritas.

Bento (2010) faz uma descrição dos traços linguísticos do português de Luanda, a nível fonético, morfo-sintáctico e semântico. Os dados interpretados não se inserem numa lógica sistémica e estrutural, embora se evidencie já alguma fundamentação teórica relevante para a compreensão de propriedades do PA.

Filusová (2012) aborda, essencialmente, alguns desvios muito notáveis no português vernáculo de Angola, nomeadamente no nível morfo-sintáctico, na situação do sintagma nominal e no nível léxico-semântico. O autor tratou propriedades como «a marcação de número, de género, de posse, e os pronomes pessoais».

3.2. Objectivos

O termo mudança linguística designa a alteração dos sons, palavras e frases de uma língua ao longo da história (cf. Raposo *et al.*, 2013: 17). Qualquer língua que usemos está sujeita à variação. Ela varia ao longo do tempo e no espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam, quer como L1, quer como L2. Varia também em função do contacto com outras línguas, das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, das situações de comunicação (cf. Faria, 2003: 33). E qualquer sujeito falante se pode aperceber desse fenómeno. Em síntese, essa

variação pode ser regional ou suprar-regional, histórica, social ou situacional. De acordo com Ferreira *et al.* (1996: 479),

«Estando todas as línguas vivas sujeitas a factores de mudança, a variação que deles decorre faz parte integrante da linguagem humana e pode ser estudada e descrita. Por sua vez, a variação, a hesitação entre diversas formas, ocorrida num dado momento, produz a longo termo mudança na língua».

Para o estudo e descrição da variação linguística, é importante notar que existem vários campos de análise que a delimitam: diacronia, diatopia, diastratia e diafasia (Ferreira *et al., ibid.*, p. 480). A variação é um fenómeno inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, etc. E esta multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais nem a possibilidade de comunicação (Cunha & Cintra, 1984: 3; Camara Jr., 2007: 298). Este entendimento do conceito de variação linguística deve situar-se numa realidade sociolinguística nacional, dado o facto de a variação ser um fenómeno social interno.

Segundo Lucchesi & Araújo (2014), para os sociolinguistas, existirão sempre formas linguísticas em variação, isto é, formas que estão em co-ocorrência e em concorrência. As formas em variação recebem o nome de variantes linguísticas, ou simplesmente variantes, tal como Labov (1972) e Mollica (2003) o designam. Tarallo (1986: 8), na linha de pensamento de Labov, afirma que as variantes são «as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade». Todavia, esta definição é contestada por Lavandera (1978), na medida em que «sugere a ampliação da condição de mesmo significado para comparabilidade funcional (mesma

função), ou seja, estruturas apresentam a mesma função comunicativa, mas não necessariamente o mesmo significado».

Ao conjunto das variantes dá-se o nome de variável linguística (Lucchesi & Santos, *op. cit.*). Para Tarallo (*ibid.*), elas subdividem-se em variáveis linguísticas dependentes e independentes. A variável dependente é o fenómeno que se objectiva estudar; por exemplo, a aplicação da regra de concordância nominal. As variantes seriam então as formas que estão em competição: a presença ou a ausência da regra de concordância nominal. O uso de uma ou outra variante é influenciado por factores linguísticos (estruturais) ou sociais (extralinguísticos). Tais factores constituem as variáveis explanatórias ou independentes. Segundo Matos & Santos (*ibid.*, p. 4), as variantes, no entanto, podem permanecer estáveis num sistema, durante um período curto ou longo de tempo, mas também sofrer mudança. Assim, quando tal sucede, uma das variantes desaparece, prevalecendo outras formas linguísticas. Ressalte-se, entretanto, que nem sempre que há variação há mudança, porém, para que haja mudança, é necessário que haja a variação.

Monteiro (2008: 58) dá-nos conta de que «as regras variáveis aplicam-se sempre quando duas formas estão em concorrência num mesmo contexto e a escolha de uma depende de uma série de fatores, tanto de ordem interna ou estrutural como de ordem externa ou social».

Um falante nativo do PA, ou mesmo, não nativo, residente em Angola, será capaz de reconhecer a sua variedade linguística da LP e de reconhecer que outras variedades linguísticas da LP, tais como o PE e o PB não são a sua. Este reconhecimento acusa uma certa

consciência da existência dos fenómenos e factores de variação. Seguindo autores como, por exemplo, Casseb-Galvão & Nascimento (2006: 359), os factores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento de mudanças linguísticas.

Como foi dito atrás, «nem sempre que há variação há mudança, porém, para que haja mudança, é necessário que haja a variação», os efeitos do percurso sócio-histórico de Angola reflectidos na LP são, grandemente, responsáveis pela ocorrência de determinados sinais de mudança linguística, sobretudo, ao nível dos sons e do léxico, que nitidamente não podem já ser considerados variantes, havendo determinadas realizações do sistema que afectam as condições funcionais relativamente ao PE. Por exemplo, o português que os portugueses falam tem um sistema de vogais átonas claramente mais reduzidas do que aquilo que, comumente, sucede no português que os angolanos falam:

PE: ['late]

PA: ['lata]

Em relação às unidades lexicais, constatam-se, no seu uso, alterações na forma e no significado:

<acarretar>

PE: O Paulo está a *acarretar* água.

PA: O Paulo está a *cartar* água.

<sonegar>

PE: O Paulo sonegou toda a informação. (omitiu)

PA: O Paulo sonegou no sofá. (dormitou)

Provavelmente o tipo de mudança que ocorre mais rapidamente são as mudanças fonético-fonológicas e, não raro, tais mudanças acarretam não só mudanças lexicais, como no exemplo acima, mas também, mudanças morfológicas.

Casseb-Galvão & Nascimento (*ibid.*, p. 359-360) referem que a mudança se instancia no momento em que o falante privilegia uma das alternativas e a outra se torna obsoleta. Por exemplo, a colocação alternativa à ênclise nas formas de futuro, exigida no PE, denominada mesóclise, não é usual. Este facto leva-nos a antever que essa posição do clítico está em perda no PA, embora possa ocorrer no uso cuidado da língua escrita. Em seu lugar, destaca-se a tendência para a realização da próclise. Exemplo:

PA: Lhe oferecerão um computador portátil.

Obs. Além disso verifica-se a tendência de generalização do clítico não-reflexivo dativo da 3.^a pessoa em detrimento do acusativo da mesma pessoa.

PE: Oferecer-lhe-ão um computador portátil.

Oferecer-lho-ão.

É importante referir que tais mudanças decorrem já desde um período anterior à descolonização. Não se deve ignorar que, em Angola, já se fala português há séculos e que há séculos essa mesma língua está em contacto com várias línguas e culturas africanas, o que, desde cedo, a tornou susceptível de influências e conseqüentes alterações, não só estruturais, mas também funcionais, tendo a descolonização apenas acelerado esse processo.

A mudança linguística pode ser também um processo resultante da variação de uma ordem social e/ou histórica. Nestes termos, com a Independência nacional, o uso da LP difundiu-se e os sinais da sua angolanidade expandiram-se. Há factores que podem estar relacionados com essa difusão:

- a opção pela LP como língua oficial e de unidade nacional;
- o longo período de guerra civil, motivador do esvaziamento das zonas rurais e êxodo para determinados centros urbanos (Luanda, Benguela, Lubango), onde a língua veicular é evidentemente o português, tornando-se a L2 com mais falantes, para além de ser já L1 de boa parte dos naturais daqueles centros urbanos;
- a centralidade que a LP ocupou na vida em sociedade ou na organização social, à escala nacional e internacional, nas relações políticas, económicas, sociais, com outros Estados.

A mudança que se observa numa língua no decorrer do tempo e nos diferentes espaços geográficos onde é falada tem relação com a mudança (ou variação) de conceitos de vida de uma sociedade e do mundo, das artes, das tradições, dos fenómenos naturais, etc. Segundo Lucchesi & Araújo (*ibid.*), o diagnóstico de mudança em progresso implica que o processo de variação caminha para a sua resolução em favor de uma das variantes identificadas, que se deve generalizar, tornando-se o seu uso praticamente categórico dentro da comunidade linguística ou sociedade. Nesse quadro, a[-s] outra[-s] variante[-s] tenderia[-m] a cair em desuso. Para eles,

A possibilidade de se fazer inferências acerca do desenvolvimento diacrônico da língua a partir de análises sincrônicas ganhou corpo na pesquisa linguística com os estudos desenvolvidos por William Labov na década de 1960, primeiramente na ilha de Martha's Vineyard, em 1963, e depois na cidade de Nova York, em 1966. Como afirmaria o próprio Labov (1972), concebendo a variação linguística como um fenômeno sistemático, e não aleatório, através da correlação entre fatores linguísticos e fatores sociais, poder-se-ia superar a barreira erguida pelos estruturalistas americanos de que a mudança linguística não poderia ser observada em seu processo de implementação, mas apenas em seus resultados finais. Fundamentalmente, postula-se que a variação observada sincronicamente em um determinado ponto da estrutura da gramática de uma comunidade de fala pode refletir um processo de mudança em curso na língua, no plano diacrônico.

Partindo de uma situação em que o estado da arte apresenta poucos trabalhos orientados para a descrição linguística do PA culto; no presente trabalho, procurámos analisar os sentidos da evolução do PA, averiguando a eventual interferência das línguas africanas, enquanto línguas de substrato nos diferentes subsistemas linguísticos, para além de outros factores. Com base no sentido para o qual orientámos o nosso estudo, estabelecemos os seguintes objectivos:

Objectivos gerais:

- Contribuir para o conhecimento da situação do PA;
- Contribuir para a caracterização da norma do PA;
- Verificar se a norma vigente coincide ou não com a norma do PE.

Objectivos específicos:

- Enquadrar teoricamente a reflexão sobre o PA;
- Constituir um *corpus* de análise;
- Descrever os hábitos linguísticos do português no plano da pronúncia, morfo-sintaxe e do léxico, recolhidos em situações formais de uso;
- Analisar e comparar os dados adquiridos com a norma do PE;
- Caracterizar a norma culta do PA.

No centro da nossa atenção está o reflexo do saber linguístico da camada culta da sociedade angolana, observado em situações formais de comunicação, onde é expectável o uso do PE, com vista a averiguar se, efectivamente, o português em Angola se rege pela norma do PE; ou se, em Angola, o PE é mais um ideal político-linguístico do que um facto sociolinguístico real.

A situação actual da LP em Angola e da política linguística nacional actual levanta discussões sobre uma definição do conceito de norma padrão para a realidade social angolana. Nos meios de comunicação social, nomeadamente Televisão⁵⁶ e Rádio⁵⁷, vimos verificando o esforço pouco natural, empreendido pelos profissionais, nomeadamente jornalistas, radialistas, apresentadores e convidados de programas de TV ou de Rádio, no sentido de manterem uma linguagem formal, próxima da norma padrão. Por outro lado, esta preocupação com o uso de um português que se presume que seja o formal,

⁵⁶ Televisão Pública de Angola (TPA), TV Zimbo (Televisão Privada de Angola).

⁵⁷ Rádio Nacional de Angola (RNA) e outras rádios privadas, tais como: a Luanda Antena Comercial (LAC), em Luanda, a comercial Morena, em Benguela, e a comercial 2000, no Lubango.

desperta nos telespectadores e ouvintes o reconhecimento de um certo comportamento elitista. O seu uso tem sido circunstancial consoante o nível de formalidade, imposto pelo tipo de programa, tipo de tema ou assunto do programa, relevância social ou política dos interlocutores.

De acordo com Eugénio Coseriu (1956: 45), a norma padrão não corresponde ao que se pode ou se deve dizer, mas sim «ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada». Nos termos da Constituição e do sistema educativo angolanos, pode-se compreender que o que se deve dizer assenta no PE, e o que já se disse e se repete assenta no PA. Esta situação indicia a coexistência de duas normas. Aliás, há 30 anos, Cunha & Cintra (cf. 1984: 24) já admitiam a existência, em Angola, de um português com características próprias, quer ao nível fonológico e gramatical, quer ao nível do léxico. Se é verdade que a «norma pode variar no seio de uma comunidade linguística, seja de um ponto de vista diatópico (português de Portugal / português do Brasil / português de Angola), [...]» (cf. Cunha & Cintra, *op. cit.* p. 8), seja de outro ponto de vista; então, também é verdade que dessa variação decorrem ou podem decorrer outras normas. Portanto, realidades sócio-históricas são uma das principais causas de variação e mudança, para além do contacto linguístico. Deste contacto vem resultando um português que se demarca pela maneira como os seus falantes vêem e organizam o mundo e como se organizam em sociedade.

Entre os indivíduos mais cultos, um dos problemas de que mais se ocupam na elaboração do discurso individual é o de observar o “correcto” no uso da língua, de saber onde se fala “correctamente” e que formas linguísticas devem servir de padrão linguístico. Neste caso, verificamos que a observância da norma padrão oficial do Estado angolano, recomendada nos actos formais de comunicação, é posta em

causa pelo uso de formas linguísticas angolanas já normalizadas no discurso oral, principalmente (cf. Mingas, 2005: 108).

«Todas as variedades nacionais possuem a sua norma-padrão de que a escola é especial depositária. Como em qualquer campo da actuação humana, a norma tem justificações sócio-políticas e históricas, de carácter pedagógico e comunicativo. É, em certas circunstâncias, um factor de identificação linguística e cultural e de solidariedade social. Em última análise, o papel da norma linguística torna-a um instrumento essencial de cidadania nas sociedades contemporâneas» (cf. Mateus, 2005: 26).

Em relação à situação real de Angola, face à sua política linguística actual, constatamos que, por um lado, a escola já não observa como tal a norma padrão europeia. Por outro, determinadas propriedades gramaticais do PA são usuais até em situação formal de comunicação. Na verdade, a questão que se levanta, neste caso, é já o afastamento acentuado entre a norma padrão e a norma culta, ao contrário do que sucede em Portugal.

3.3. Metodologia

Cada tipo de investigação realiza-se de acordo com um plano, através do qual se definem a estrutura, as estratégias, os procedimentos e os sistemas de controlo necessários para o desenvolvimento do estudo, dando resposta a uma questão colocada, ou a um problema científico. Segundo se pode ler em Lessard-Hébert *et al.* (2008: 15), a metodologia pode ser definida como «um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica».

Tendo em conta os objectivos, a natureza do problema científico, as hipóteses e o objecto de estudo do presente trabalho, a nossa

investigação desenvolveu-se com base num desenho metodológico quase-experimental.

As variáveis formuladas, nomeadamente a VI e a VD, relacionam-se numa afinidade de causa-efeito. Nesse caso, e tendo em atenção a possibilidade de ocorrência de outras variáveis que possam estar na origem do problema que identificámos, incluímos uma abordagem sobre possíveis factores como (i) o processo de independência nacional, (ii) o longo período de conflito armado vivido e (iii) a situação sociolinguística de Angola.

Para a descrição sistematizada do objecto de estudo desta dissertação, foi necessária a aplicação de três procedimentos: variação de causa, variáveis interferentes e medição de efeito. Seguimos a análise de conteúdo como um método por meio do qual orientámos o tratamento dos dados linguísticos recolhidos sob duas perspectivas metodológicas: a de análise quantitativa e a de análise qualitativa.

Na primeira, serviu de informação a frequência com que surgiram certos dados característicos do conteúdo analisado. Partimos do pressuposto de que há uma realidade objectiva que pode ser expressa numericamente.

Na segunda, serviu de informação a presença ou ocorrência de um certo dado característico. Partimos do pressuposto de que há uma realidade subjectiva que pode ser percepcionada e compreendida. Neste sentido, as duas perspectivas foram combinadas.

Por um dado característico designamos um certo conteúdo linguístico, estando por analisar e provar se é ou não uma característica do objecto em análise: a norma culta do PA.

3.3.1. Preliminares da investigação

Como recolher e tratar os dados necessários para a realização do presente estudo foi uma questão que concentrou a nossa atenção na fase inicial da investigação. Com efeito, definimos os tipos de dados a recolher e preparámos os meios a aplicar para a referida recolha.

Em relação aos tipos de dados, estabelecemos aqueles que são do plano empírico e aqueles que são do plano teórico. Para os do plano empírico, elaborámos um inquérito de questionário, seis testes e constituímos um *corpus*. Aplicámos, ainda, a observação e realizámos gravação áudio. Para os dados do plano teórico, elaborámos fichas de leitura.

A nossa experiência de observadores do falar característico da sociedade angolana, especialmente em situação formal de comunicação, em comparação ao falar característico da sociedade portuguesa, também em situação formal de comunicação, está na origem do nosso interesse pelo estudo de algumas propriedades estruturais e funcionais da LP em Angola. Na realidade, a nossa motivação parte da nossa actividade docente-educativa como professores de LP há mais de sete anos, primeiro no ensino secundário, e, depois, no ensino universitário. Vimos constatando que, em contexto pedagógico, é gradualmente acentuada a diferença entre a norma padrão e uma outra norma, culta, que não sendo ainda oficial, nem sistematizada, vem sendo institucionalizada pelos hábitos linguísticos próprios e considerados normais em situação formal de comunicação pela classe culta angolana.

No sentido de conseguir meios ou instrumentos de recolha de dados eficazes para testar as nossas hipóteses, a configuração de tais instrumentos resultou de discussões, testagem e avaliação, até chegar às versões que foram aplicadas.

Os preparativos para a investigação tiveram início em Junho de 2012 e circunscreveram-se nas seguintes fases:

- identificação e contacto com as instituições seleccionadas (Institutos de Ensino Superior; Rádio e Televisão), nas quatro cidades angolanas escolhidas, nomeadamente Luanda, Lubango, Benguela e Dundo;
- contacto e aplicação dos instrumentos;
- organização e estudo dos dados recolhidos.

3.3.2. Instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Conforme referimos atrás, para a realização desta dissertação, foram elaborados e aplicados quatro tipos de instrumentos de recolha de dados:

3.3.2.1. Inquérito de questionário

Aplicado a maiores de idade (18 anos), o questionário visou a recolha de dados demográficos, linguísticos e sócio-económicos dos informantes, para a caracterização do perfil linguístico dos informantes e correlação deste perfil com os factos sócio-económicos. A sua estrutura é a seguinte:

- dados pessoais: idade, género, instituição (de ensino/serviço);
- dados linguísticos: L1, L2, a situação linguística individual do informante por ordem de aquisição/aprendizagem da LP;
- contextos de utilização da LP: contexto familiar ou informal (com parentes, amigos, vizinhos, etc.),

contexto pedagógico ou oficial de comunicação (colegas, pessoas desconhecidas, etc.);

- dados sócio-económicos: o nível de escolaridade, a religião, a posse e tipologia de habitação, canais de televisão em LP mais apreciados, dimensão do agregado familiar, número de filhos.

No questionário, todas as questões são de resposta fechada. É importante referir que foram considerados como indicadores de riqueza os seguintes itens: propriedade e tipologia de casa, agregado familiar e número de filhos e rendimentos mensais. Os dados recolhidos deverão reflectir se, no caso dos nossos informantes, o [maior] domínio da norma europeia estará ou não relacionado com o estatuto sócio-económico deles.

3.3.2.2. Testes

Serviram para recolher dados gramaticais da competência dos informantes. Neste sentido, constituiu-se um conjunto de tarefas assentes no juízo de gramaticalidade, que permitiu aceder com maior fidelidade ao conhecimento intuitivo dos falantes, já que o comportamento dos falantes em tarefas de produção, nem sempre coincide com o seu comportamento em tarefas de juízo de gramaticalidade.

Numa fase que antecedeu a realização dos testes por parte dos informantes, criámos um ambiente de contacto e de trabalho flexível e pouco tenso que favorecesse a realização das tarefas.

Elaborámos seis testes escritos, com base no uso de determinadas propriedades linguísticas, seguindo a norma europeia, por

um lado, e, por outro, seguindo os usos de certas propriedades linguísticas típicas do PA, não coincidentes com o PE, identificadas na fase da pré-recolha.

Os diferentes testes, ou seja, instrumentos examinadores do comportamento linguístico induzido, distribuem-se da seguinte forma:

- Emprego dos pronomes clíticos. Este teste compõe-se por cinco exercícios: verificação de gramaticalidade, substituição, preenchimento.
- Emprego do conjuntivo. Este teste compõe-se por apenas dois exercícios: preenchimento e gramaticalidade.
- Emprego do imperativo negativo. Este teste constitui-se por três exercícios: preenchimento, gramaticalidade e juízo de preferência.
- Concordância. Este teste reúne cinco exercícios que se resumem em: juízo de preferência, preenchimento e gramaticalidade.
- Construções de graduação e comparação. Este teste apresenta apenas um exercício: gramaticalidade.
- Regência: verbo, substantivo e adjectivo. Este teste reúne dois exercícios: gramaticalidade e preenchimento.

Elaborámos em *Microsoft Excel* um protótipo de “ficheiro” no qual os dados acima foram inseridos para gerar a informação em gráficos, tal como adiante se apresentarão (cf. ponto 4.1.1., p. 155). O referido “ficheiro” está estruturado da seguinte forma: constitui-se por quatro colunas e um número de linhas variável, conforme necessário. Cada coluna mostra um tipo específico de dado. Da esquerda para a direita, a primeira coluna indica o número da tarefa realizada pelo informante.

A segunda indica o conjunto de alíneas referentes a uma dada tarefa. A terceira denota a frequência (e a percentagem correspondente) das alíneas ou FBF indicadas ou reformuladas pelo informante, seguindo a norma padrão europeia. A quarta denota a frequência (e a percentagem correspondente) das alíneas ou FMF indicadas ou reformuladas pelo informante, com base no seu conhecimento explícito da língua.

É importante referir que, para nós, a designação FBF, bem como a designação FMF, não pressupõem aqui qualquer valoração qualitativa, referindo-se apenas à conformidade, ou não, com o padrão (europeu).

3.3.2.3. Observação, gravação áudio e registo escrito

Estes instrumentos permitiram a recolha de propriedades fónicas e lexicais, não sendo, devido à sua natureza, recolhidos por meio de testes.

Para a recolha de elementos fónicos e lexicais, aplicámos a observação, umas vezes casual, outras vezes espontânea, a partir de programas de TV e Rádio, bem como a partir do contacto directo em contexto pedagógico formal e profissional.

Em relação ao estudo fónico, a partir da oralidade de indivíduos nacionais residentes em Angola, que integram a franja escolarizada da sociedade, com altos níveis de instrução, efectuámos um levantamento de elementos característicos desse domínio.

Do mesmo modo procedemos em relação ao léxico, sendo o nosso foco o vocabulário comum específico do PA. Uma abordagem sobre o trabalho lexicográfico em Angola tornou-se necessária para se conhecer o estado actual desse domínio do saber. E, como se verá

adiante, os trabalhos com os quais tivemos contacto são exíguos em informação específica em relação ao nosso objecto de análise.

Não sendo o nosso levantamento exaustivo, procurámos principalmente traçar uma metodologia de trabalho assente em critérios adequados ao estudo do léxico, visando a promoção do desenvolvimento de trabalhos futuros para a elaboração de glossários, dicionários, manuais didácticos, etc., que explorem e evidenciem o funcionamento da língua em relação a questões de valores identitários, da ordem do simbólico, da angolanidade e não só.

Vilela (1994: 6) defende que o léxico é «a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico de uma [sociedade]. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos», tem uma forma linguística, e essa forma faz parte do léxico. Com base neste prisma, o léxico é uma matéria metamórfica ao serviço dos falantes: das suas características sociais, necessidades comunicativas, etc.

Verdelho (1995: 137) refere que «o léxico, mais do que qualquer outro componente [da língua], delimita as fronteiras linguísticas e configura os idiomas». Vilela (1995: 14) acrescenta que o léxico é o «subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais directamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais, culturais ou científicas». Este é o léxico que tratámos na presente dissertação.

Importa aqui fazer uma breve descrição dos estatutos da unidade lexical enquanto representação do léxico. Seguindo Lino *et al.* (1991a), a unidade lexical desdobra-se em vários estatutos, nomeadamente:

- no plano da língua, em que a componente lexical é designada por léxico (*ibid.*, p. 181), e a unidade lexical, por lexema (*ibid.*, p. 177);
- no plano do discurso, em que a componente lexical é designada por vocabulário (*ibid.*, p. 310), e a unidade lexical, por vocábulo (*ibid.*, p. 323);
- no dicionário, em que a unidade lexical é designada por unidade lexicográfica (*ibid.*, pp. 109-111, 302);
- nas línguas de especialidade, em que a unidade lexical é designada por termo (*ibid.*, pp. 280, 283).

No presente trabalho, dedicámo-nos à unidade lexical enquanto vocábulo, no plano do discurso, e unidade lexicográfica, no plano do dicionário. Sendo o vocabulário comum específico do PA o nosso foco de análise, é importante delimitar aqui o seu sentido. Em lexicologia, o termo vocabulário comum designa o conjunto das unidades lexicais comuns aos membros de uma sociedade, por exemplo, o vocabulário português mais frequentemente utilizado em situações da vida corrente.

Para o seu estabelecimento, constituímos um *corpus*, através da observação com recurso à gravação áudio e ao registo escrito. Efectuámos a extracção de contextos em que ocorrem determinadas particularidades lexicais do PA, a partir de programas da Rádio e da TV. Em tais programas, foram abordados os mais diversos temas do quotidiano, com falantes de níveis sociais e profissionais médio-alto. Cite-se, por exemplo, o “Lei para Todos”, o “Pátria e Cidadania”, todos

estes, da Rádio Nacional de Angola, do canal A; o “Janela Aberta”, o “10-12”, todos estes, da Televisao Pública de Angola, do canal 1. Os demais contextos foram registados em sala de aula e ambientes profissionais.

Para a recolha organizada dos dados lexicais, elaborámos uma ficha lexicográfica, que a seguir se apresenta. Numa folha Excel, posteriormente lematizada, estruturada com base nessa ficha, listámos os seguintes dados:

entrada	
artigo	
contexto	
fonte	
data	
nota	

Figura 8 – Ficha lexicográfica

Para o tratamento dos dados, estabelecemos os seguintes critérios de análise: transcrição fonética, descrição gramatical, lexical e lexicográfica, tal como a seguir passaremos a explicar:

- a transcrição fonética, entre parêntesis rectos, dando conta da pronúncia específica, através dos símbolos apresentados no Alfabeto Fonético Internacional (AFI);
- a classe gramatical, designando se a unidade lexicográfica pertence aos nomes, verbos, advérbios;
- o género, designando a categoria de natureza gramatical que serve para distribuir os nomes em masculino e feminino;
- a anotação de composição lexical: neologismo, empréstimo, etc.;

- o artigo/definição, apresentando o conteúdo da entrada lexicográfica, podendo aparecer mais de um artigo lexicográfico;
- o contexto, por meio do qual se evidencia o uso da entrada;
- a nota, que, quando se justifica, contém informação adicional que se julgue necessária para esclarecimentos de uso, forma ou aceção, de uma unidade lexicográfica.

Quanto aos artigos lexicográficos, perante vários prismas de concepção de uma definição (cf. Undolo, 2012), optámos por adoptar os três tipos de definição que seguem:

- a definição por perífrase, com recurso a hiperónimos, ou elementos que designam o género ou classe geral a que pertence o referente da unidade lexical, como no caso dos substantivos, ou usando definidores adequados, de carácter mais genérico, como no caso de adjectivos, verbos e outras classes de palavras. A seguir ao hiperónimo ou definidor, especificam-se os traços que se referem às propriedades dos objectos designados pela unidade lexical em cada uma das suas eventuais aceções, em função do contexto associado (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2001: XX);
- a definição de natureza enciclopédica, como no caso dos substantivos que designam espécies naturais ou objectos, a qual inclui um certo número de

características próprias da espécie ou objecto em causa (*ibid.*);

- a definição por sinónimos.

3.3.3. Hipóteses e variáveis

Na base desta investigação estão duas hipóteses, sendo uma delas já um dado adquirido, a hipótese nula, e a outra a hipótese experimental, cuja testagem pode levantar muita discussão:

- H_0 : Há particularidades linguísticas, diferentes do PE, no português realizado em Angola.
- H_1 : O maior domínio da norma europeia em Angola não está estritamente relacionado com o estatuto sócio-económico dos falantes.

A partir destas duas hipóteses, formulámos duas variáveis: a VI e a VD:

- VI: Quanto menor for o tempo de exposição à norma europeia, independentemente das situações de comunicação que os falantes tenham no seu dia-a-dia;
- VD: tanto maior é a força de controlo necessária para a preservação dessa norma, ou então, mais célere se torna o processo de institucionalização de uma nova norma.

Como é sabido, uma hipótese experimental tem principalmente de prever a relação entre dois ou mais factos, podendo ou não ocorrer. Da mesma forma que uma hipótese experimental deve ser testada em função de uma hipótese nula. Em relação às duas variáveis formuladas, elas estabelecem-se numa afinidade de causa-efeito (Valiente & Gonçalves, 2009; Fortin, s.d.).

3.3.4. Informantes

O nosso grupo de informantes foi constituído por indivíduos que residem nos centros urbanos de Luanda, Lubango, Benguela e Dundo. Para a delimitação desse grupo, partimos de dois pressupostos. Por um lado, Mateus & Nascimento (2005: 33) referem que:

Os meios de comunicação social, por estarem em permanente contacto com uma parte muito significativa da comunidade linguística, são vistos como o principal veículo de difusão da língua-padrão⁵⁸. Pelo facto de a sua linguagem ser muitas vezes tomada como modelo de referência, é natural que condicionem ou incentivem certas tendências linguísticas dos falantes [...].

Por outro lado, a escola é, por natureza, uma instituição que dá primazia à norma padrão e à qual cabe o exercício do seu ensino, desempenhando o papel de instituição conservadora desta norma. Assim, estes dois órgãos são aqueles que têm maior possibilidade de alcance e influência, positiva ou negativa, nos membros de uma comunidade linguística (Mateus & Nascimento, *op. cit.*).

Por tudo isto, entendemos que, com estudantes, professores, jornalistas, repórteres e redactores, todos eles cidadãos nacionais,

⁵⁸ O que no pretendido trabalho se designa por «norma padrão europeia».

podíamos constituir uma amostra de interesse para a consecução dos objectivos traçados no presente trabalho.

De acordo com Mateus & Nascimento (*op. cit.* p. 26), o que se afirma em relação às variedades nacionais de uma língua pode dizer-se igualmente em relação aos seus dialectos. O desprestígio que marca certos usos linguísticos tem como causa a consagração de um dialecto como padrão da língua culta, normalmente o da região em que estão sedeados os órgãos do poder. No caso de Angola, a região correspondente será a de Luanda⁵⁹, situada ao norte do país; bem como, na região ao centro, isto é, na província da Huíla, especialmente a cidade do Lubango⁶⁰, que ostenta um certo bom nome na formação de quadros, além de ser a capital do segundo maior centro demográfico do país. Mas, objectivando a consecução de uma amostra mais representativa a nível nacional, considerámos também as cidades de Benguela⁶¹ (segundo maior centro do ponto de vista dos investimentos públicos, no sector financeiro-económico) e do Dundo⁶², região ao leste.

Do universo populacional determinado, trabalhámos com uma amostra na ordem de 0,0012% da totalidade da população angolana, estimada em 20,9 milhões de habitantes, no índice geral demográfico apresentado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração⁶³. Em termos gerais, essa percentagem estimada não é, de todo, relevante, já que o nosso grupo-alvo é

⁵⁹ Localidade que frequento esporadicamente, desde 2000.

⁶⁰ Localidade onde fixei residência, desde 2003.

⁶¹ Localidade de onde sou natural e vivi cerca de 20 anos.

⁶² Localidade onde desenvolvo os meus compromissos laborais há três anos.

⁶³ http://sol.sapo.pt/Angola/Interior.aspx?content_id=25622 (acedido a 22 de Junho de 2012).

composto especial e maioritariamente por indivíduos com formação ou em formação de nível académico superior.

Em conformidade com o *Programa*⁶⁴ *de Governo do MPLA*, partido no poder em Angola, no domínio do ensino superior, o número de estudantes matriculados é ainda reduzido, tendo passado de 13.861 em 2002 para 95.000 em 2008; 116.805 em 2010 e cerca de 150 mil em 2011. Este subsistema de ensino conta com mais de dois mil docentes e tem formado uma média anual de mil e duzentos licenciados. Com a máxima margem de erro nos cálculos que apresentaremos a seguir, consideramos que a camada universitária (entre formados e formandos, sendo estes últimos em número muito superior àqueles) andarà à volta de 156.600 indivíduos, em 2014. Desta estimativa, subtraímos 240 indivíduos, o que corresponde a 0,15%. Em termos gerais, é ainda uma percentagem bastante pequena. No entanto, em termos reais, os resultados obtidos por seu intermédio reflectem significativamente a realidade [sócio]linguística de Angola, no contexto em que desenvolvemos a nossa investigação. Neste sentido, releva-se a referida percentagem utilizada no presente trabalho como uma amostra significativa, sem prejuízo de complementação da informação apresentada através de outros dados. Por isso, serão feitas generalizações conclusivas aos resultados.

A figura da página seguinte demonstra a distribuição dos informantes nos quatro centros urbanos escolhidos:

64

<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=7&ved=0CEoQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.mpla.ao%2Fimagem%2FProGovMPLA.pdf&ei=HbAMU8zbMPLo7Aah0YDQDQ&usg=AFQjCNHixat-QThFzPj2Q4WEtnqn1lcwgA> (acedido a 25 de Junho de 2012).

Centros urbanos	Províncias	Região do país	N.º de informantes	Percentagem
Luanda	Luanda	Norte	60	25
Lubango	Huíla	Centro	60	25
Benguela	Benguela	Sul	60	25
Dundo	Lunda Norte	Leste	60	25
Total de informantes			240	100

Figura 9 – Dimensão da amostra

É de sublinhar, porém, que os 60 informantes (correspondendo a 25% do total de 240), distribuídos pelos diferentes centros urbanos, só foram cumpridos quando da aplicação do inquérito de questionário. O mesmo não sucedeu quando da aplicação dos testes. Para estes, trabalhamos com metade, deste universo, isto é, 30 informantes (o que representa 50% do total de informantes inquiridos).

Para localização dos centros atrás referidos, veja-se o mapa político de Angola.

Mapa Político da República de Angola



Figura 10 – Mapa político da República de Angola

Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/angola.htm> (acedido a 8 de Dezembro de 2013)

Uma questão pode ser colocada perante o facto de Luanda, a capital do país, que concentra o poder político, económico, etc., concentrar a maior parte da população⁶⁵ total de Angola: Por que razão esta predominância de Luanda não pesou na distribuição dos

⁶⁵ habitada por mais de seis milhões de angolanos

informantes por centros urbanos, sendo que, só pela sua densidade populacional particular, se justificaria uma percentagem maior de informantes desta região?

A resposta prende-se com o facto de que considerámos ser necessário um certo levantamento, à escala nacional, por regiões geográficas, sem relevar uma ou outra, desde que os indivíduos envolvidos cumprissem os requisitos estabelecidos, nomeadamente ser docente ou estudante universitário, jornalista, repórter ou redactor de imprensa; ser cidadão nacional e residente em Angola.

3.3.4.1. Caracterização do perfil linguístico

Como se referiu anteriormente, os resultados que se seguem foram obtidos por meio da aplicação de um questionário junto dos indivíduos implicados neste trabalho, informantes, considerando que este grupo é, de certo modo, representativo à escala nacional. Estes informantes, tal como já se referiu, são provenientes de quatro centros urbanos do país: Luanda (ao norte), Lubango (ao centro), Benguela (ao sul) e Dundo (ao leste). E o grupo é constituído por um total de 240 indivíduos. De cada centro urbano, subtraímos 60 informantes. Para a formação deste grupo, tivemos em conta a ocupação/profissão do indivíduo: estudante universitário, docente universitário, jornalista, técnico de jornalismo.

Esse critério selectivo teve por base o facto de o nosso objecto de análise, na presente dissertação, visar o estudo do PA usual em situações formais de comunicação por indivíduos da camada socialmente mais instruída ou culta.

Considerado relevante o conhecimento do perfil linguístico dos sujeitos falantes implicados no presente trabalho, para a caracterização

do português por eles realizado em contexto formal de comunicação, foi necessária a caracterização prévia do seu perfil linguístico, com realce para a ordem de aquisição/aprendizagem da LP em relação a outras línguas angolanas. Assim, para a referida caracterização, tivemos em conta três factos principais, a saber:

- perfil linguístico dos informantes;
- contexto de utilização da LP;
- estatuto sócio-económico dos informantes.

Por perfil linguístico pretendemos designar a situação linguística individual dos informantes, com vista a concluir sobre a situação linguística colectiva desse grupo-alvo.

O contexto de utilização denota as circunstâncias de uso da LP no dia-a-dia dos informantes: trabalho, actos religiosos e culturais, familiares, lazer, etc.

Por fim, o estatuto sócio-económico denota (pelo nível de escolaridade, profissão ou ocupação, posses e tipo de habitação, rendimentos mensais, etc.) o gozo de determinados privilégios e a classe social na qual os informantes se inserem.

O estatuto sócio-económico que cada indivíduo possui reflecte a sua capacidade de influência sobre o outro na sua relação em grupo ou em sociedade. E, para o caso, alguns dos elementos que pesam nessa influência e com os quais trabalhámos são, nomeadamente, a educação, a ocupação/profissão e os rendimentos mensais.

3.3.4.1.1. Ordem de aquisição/aprendizagem de línguas

De modo a sintetizar os dados obtidos, optámos por apresentá-los em figuras:

	N.º informantes	Faixa etária	N.º Informantes por género		Sub total	Falantes Português L1		Sub total	Falantes Português L2		Sub total
			M	F		M	F		M	F	
		18-25	44	56	100	28	46	74	16	10	26
		26-35	50	10	60	35	5	40	15	5	20
		36-45	17	33	50	11	9	20	6	24	30
		46-55	12	8	20	3	2	5	9	6	15
		56-...	6	4	10	2	1	3	4	3	7
Total	240		129	111	240	79	63	142	50	48	98

Figura 11 – Perfil linguístico dos informantes

Dos 240 informantes, 129 são do género masculino, o que perfaz uma percentagem de 53,75. Os demais 111 são do género feminino, o que perfaz uma percentagem de 46,25. Como se pode verificar, do nosso universo populacional, o género masculino representa a maioria.

Na faixa etária dos 18-25, 44 informantes são do género masculino, o que perfaz uma percentagem de 18,3 do total. Destes, 28 são falantes do português L1, o que perfaz uma percentagem de 11,6

do total, e 16 são falantes do português L2, o que perfaz uma percentagem de 6,6 do total. Cinquenta e seis informantes são do género feminino, o que perfaz 23,3% do total. Quarenta e seis informantes são falantes do português L1, o que perfaz 19,16% do total, e 10 informantes são falantes do português L2, o que perfaz 4,16% do total. Nesta faixa etária, pode concluir-se que, no nosso universo populacional, os falantes nativos do português são majoritários, perfazendo 30,83%. Destaque-se que, quanto ao género, o feminino é de 19,16% do total de informantes, o que significa que representa o género com mais falantes nativos do português. Por outro lado, apenas 10,83% do total dos informantes tem o português como L2, sendo, entretanto, deste pequeno grupo, o género masculino mais numeroso, com 6,6% do total.

Na faixa etária dos 26-35, 50 são do género masculino, o que perfaz uma percentagem de 20,83 do total. Destes, 35 são falantes do português L1, o que perfaz uma percentagem de 14,58 do total, e 15 são falantes do português L2, o que perfaz uma percentagem de 6,25 do total. Dez informantes são do género feminino, o que perfaz uma percentagem de 4,16 do total. Destes, 5 são falantes do português L1, o que perfaz uma percentagem de 2,08 do total. Do mesmo modo, 5 são falantes do português L2, o que perfaz uma percentagem de 2,08 do total. Os dados obtidos nesta faixa etária mostram que, do subtotal, os falantes nativos do português continuam a ser a maioria, perfazendo uma percentagem de 16,6 do total. Nesta percentagem, o género masculino é o maior grupo, com 14,58% do total.

Na faixa etária 36-45, 17 são do género masculino, o que perfaz uma percentagem de 7,08 do total. Destes informantes, 11 são falantes do português L1, o que perfaz uma percentagem de 4,58 do total, e 6 são falantes do português L2, o que perfaz uma percentagem de 2,5 do

total. Trinta e três informantes são do género feminino, o que perfaz uma percentagem de 13,75. Destes informantes, 9 são falantes do português L1, o que perfaz 3,75%, e 24 são falantes do português L2, o que perfaz 10% do total. Com base nestes dados, verificámos que os falantes do português L1 estão em minoria em relação aos falantes do português L2, com 8,3% do total de informantes. Nesta faixa etária, ao contrário da faixa anterior, os informantes do género feminino representam a maioria, com 13,75% do total de informantes. Este facto subentende que, no geral, quanto mais idade os informantes tiverem, tanto menor é o número de falantes do português L1.

Na faixa etária dos 46-55, 12 informantes são do género masculino, o que perfaz 5% do total. Destes, 3 são falantes do português L1, o que perfaz 1,25% do total, e 9 são falantes do português L2, o que perfaz 3,75% do total. Oito informantes são do género feminino, o que perfaz 3,33% do total. Destes, apenas 2 são falantes do português L1, perfazendo 0,83% do total, e 6 são falantes do Português L1, perfazendo 2,5% do total.

Estes dados demonstram que o elemento idade é uma característica relevante no plano descritivo do perfil linguístico dos informantes. Uma parte da população mais velha tem o português como L2. Enquanto os jovens têm maioritariamente o português como L1, segundo Cruz (2007), o 'melhor' domínio das línguas africanas de Angola concentra-se nas faixas etárias mais idosas e oriundas do interior rural.

Na faixa etária dos 56 em diante, 6 são do género masculino, o que perfaz uma percentagem de 2,5 do total. Destes, 2 são falantes do português L1, o que perfaz uma percentagem de 0,83, e 4 são falantes do português L2, o que perfaz uma percentagem de 1,66 do total. Quatro informantes são do género feminino, o que perfaz uma

percentagem de 1,66 do total. Destes, apenas 1 é falante do português L1, o que perfaz uma percentagem de 0,41 do total, e 3 são falantes do português L2, o que perfaz uma percentagem de 1,25.

No geral, os dados confirmam que o número de falantes urbanos do português L1 é superior ao número de falantes urbanos nativos de outras línguas angolanas. Acrescente-se que, tanto nos dados da faixa etária anterior, quanto nos dados desta última faixa etária, o género masculino sobressai, com incidência nas camadas mais jovens.

3.3.4.1.2. Contexto de utilização da LP

Para esta abordagem, seleccionámos algumas variáveis de verificação e controlo, a saber: contexto familiar ou informal (com parentes, amigos, vizinhos, etc.), contexto pedagógico ou oficial de comunicação (colegas, pessoas desconhecidas, etc.). Com base nos dados recolhidos, e na nossa experiência de sujeitos-observadores, verificámos que, nos perímetros urbanos das capitais provinciais onde realizámos o presente estudo, a LP é a única língua que não encontra barreiras decorrentes da variação de contextos. Ou seja, o seu uso é generalizado, não se circunscrevendo nem a ocasiões nem a lugares específicos. Por exemplo, nos actos ritualísticos, verifica-se que a LP é frequentemente usada, embora as acções ritualísticas derivem de um quadro mental bantu. A LP é, assim, usada nos mais variados contextos do seu quotidiano, e em contexto pedagógico ou formal (na escola, no local de serviço, etc.).

O centro urbano do Dundo (Província da Lunda Norte) revela-nos, porém, uma experiência contrária, pois, mesmo em situação formal de comunicação (oral, exclusivamente) como, por exemplo, em instituições públicas, entre os indivíduos naturais dessa região, a língua local, o Cokwe, é, às vezes, usada em detrimento da LP. No entanto, nas

circunstâncias em que um dos interlocutores é falante de outra língua bantu, o Português é, como sempre, a língua operacional.

3.3.4.1.3. Estatuto sócio-económico

Quanto a este assunto, seleccionámos alguns indicadores ou variáveis, a saber: o nível de escolaridade, a religião, a posse e tipologia de habitação, canais de televisão em LP mais apreciados, dimensão do agregado familiar, número de filhos e rendimentos mensais. Do somatório destas variáveis resultou o maior ou menor nível sócio-económico dos informantes. Posto isto, efectuámos uma análise correlacional dos dados, visando a observância da influência que eles exercem no perfil linguístico do falante urbano da LP.

A figura que se segue apresenta sinteticamente os dados relativos ao nível de escolaridade dos informantes.

	N.º informantes	Faixa etária	N.º informantes por género		Sub total	Nível superior		Sub total	Nível médio		Sub total
			M	F		M	F		M	F	
		18-25	44	56	100	35	44	79	9	12	21
		26-35	50	10	60	48	9	57	2	1	3
		36-45	17	33	50	17	29	46	0	4	4
		46-55	12	8	20	12	8	20	0	0	0
		56-...	6	4	10	6	4	10	0	0	0
Total	240		129	111	240	118	94	212	11	17	28

Figura 12 – Nível de escolaridade dos informantes

Tendo em conta o estatuto de língua oficial do português em Angola, entende-se que os informantes escolarizados e os escolarizados a nível superior devem ter uma competência comunicativa que lhes permita distinguir a norma padrão europeia de outras normas, facto que os colocaria numa situação privilegiada, representando-se para os demais membros da sociedade como falantes-modelo.

Para além disso, «os meios de comunicação social, por estarem em permanente contacto com uma parte muito significativa da comunidade linguística, são vistos como o principal veículo de difusão da língua-padrão» (Mateus & Nascimento, 2005: 33). Olhando para a figura anteriormente apresentada, verificámos que 212 informantes, perfazendo uma percentagem de 88,33, são quadros superiores (uns em formação e outros já formados). Neste grupo, não tendo a distinção representado relevância justificável, decidimos enquadrar todos os informantes como quadros do ensino superior.

Ainda assim, os técnicos médios são apenas 28 (do total de 40 informantes da Comunicação Social) e perfazem 11,66.

Com base nesses dados, verificámos que a população universitária é maioritariamente jovem, na faixa etária entre os 18 e 35 anos, contrariamente ao que sucedia nos últimos 40 anos. E, por sua vez, essa mesma população é, maioritariamente, falante do Português L1, tal como se pode ver na figura 11 (p. 136).

A figura seguinte reúne os dados relativos ao indicador religião:

	N.º informantes	Faixa etária	N.º informantes por género		Sub total	Igreja Católica		Sub total	Igrejas Protestantes		Sub total
			M	F		M	F		M	F	
		18-25	44	56	100	37	40	77	7	16	23
		26-35	50	10	60	42	5	47	8	5	13
		36-45	17	33	50	10	21	31	7	12	19
		46-55	12	8	20	6	8	14	6	0	6
		56-...	6	4	10	2	1	3	4	3	7
Total	240		129	111	240	118	94	172	11	17	68

Figura 13 – Religião dos informantes

Do total de 240, 172 informantes, perfazendo 71,66%, professam a religião católica-romana, sendo, portanto, mais do que metade do total do grupo dos informantes. Constata-se que, por razões sócio-históricas, ao contrário das Igrejas Protestantes, a Igreja Católica, nas suas homilias, faz mais uso da LP do que de qualquer outra língua de Angola. No entanto, quando se verifica o uso das línguas bantu, este é reservado a alguns cânticos e ocasiões específicas.

O facto de o tecido social de Angola ser maioritariamente constituído por jovens e estes serem maioritariamente falantes do português L1 explicará a sua superioridade nas escalas quantitativas dos dados apresentados na sua generalidade. Assim, os informantes da faixa etária dos 18-25 representam a maioria da população católica inquirida.

Quanto aos dados inerentes à posse e tipologia de habitação dos informantes, entende-se que esses dados sejam indicadores de avaliação da situação sócio-económica dos informantes.

	Faix. etária	Casa própria				Casa de parentes				Total geral
		viv	cond	apart	anx	viv	cond	apart	anx	
	18-25	0	0	0	0	30	35	0	0	
	25-35	0	0	7	9	0	0	15	27	
	36-45	0	0	15	21	0	0	0	5	
	46-55	0	0	21	25	0	0	0	0	
	56...	0	0	19	11	0	0	0	0	
Subtotal		0	0	62	66	30	35	15	32	240

Figura 14 – Posse e tipologia habitacional

Como se pode verificar, dos 240 (100%) informantes, 128 (53,33%) têm casas próprias, sendo que 62 (25,83%) vivem em apartamentos (apart.), e 66 (27,5%) em anexos⁶⁶ (anx.). Por outro lado, 112 (46,67%) vivem em casa de parentes, sendo que destes 112, 30 (12,5%) vivem em vivendas (viv.); 35 (14,58%) em condomínios (cond.); 15 (6,25%), em apartamentos; e 32 (13,33%) em anexos.

Verifica-se, com base nestes dados, que 65 (27,08%) informantes da faixa etária dos 18-25 vivem em casa de parentes, o que chega a ser, em termos etários, a maioria do grupo-alvo do nosso trabalho. Contrariamente ao que se verifica na faixa etária dos 25-35, onde, dos 58 (24,16%), 42 (17,5%) deles vivem em casa própria. Daí em diante, a percentagem vai crescendo, baixando os níveis da dependência, o que corresponde ao expectável.

⁶⁶ Em termos funcionais, em Angola, o nome anexo designa, geralmente, uma habitação adaptada como residência familiar. Geralmente, não está associada a uma estrutura maior. Existe por si mesmo.

No que respeita aos canais de televisão em LP mais apreciados pelos nossos informantes, quisemos saber que canais somente em LP são mais apreciados. As respostas são apresentadas na seguinte figura:

Faixa etária	N.º informantes por género		Sub total	Canais angolanos			Sub total	Canais estrangeiros			Sub total
	M	F		TPA1	TPA2	TVZ		Record	Globo	Outros	
18-25	44	56	100	43	35	8	86	4	5	2	11
26-35	50	10	60	21	18	14	53	2	5	0	7
36-45	17	33	50	23	14	9	46	3	1	0	4
46-55	12	8	20	9	10	4	23	0	0	0	0
56-...	6	4	10	1	2	2	5	0	2	3	5
Total	129	111	240	97	79	34	213	10	15	5	27

Figura 15 – Canais de televisão em LP mais apreciados

Da análise dos dados, constata-se que, dos 240 (100%) informantes, 213 (88,75) apreciam mais canais angolanos, 1 e 2, enquanto apenas 27 (11,25%) informantes apreciam mais canais estrangeiros, nomeadamente a Globo e a Record (televisões brasileiras). Os canais portugueses não se apresentam entre os preferidos dos angolanos, facto que não é favorável aos falantes para que sejam frequentemente expostos ao PE.

Há dez anos atrás, a preferência dos angolanos em relação aos canais nacionais não correspondia à verdade, simplesmente por se verificar que a TV brasileira era mais atractiva do que a TPA (Televisão Pública de Angola), e a TV Zimbo (Televisão Privada de Angola) não existia ainda. Na TV brasileira, destaque-se que a grande atracção que se verificava no passado eram as telenovelas. Mais tarde, com a melhoria da grelha de programas da TPA, que transmite em LP, constata-se um grande crescimento de audiência, a partir do momento em que programas juvenis de entretenimento, relacionados com a cultura local, e sobre o *modus vivendi* local ganharam espaço na programação. Quanto ao incremento de telenovelas, entre mexicanas e brasileiras, é de salientar que as mexicanas são transmitidas em PB. Em geral, os telespectadores ou são expostos ao PA, ou, quando não, ao PB.

Quanto à estrutura familiar dos informantes inqueridos, antes do mais, consideramos ser importante rever o conceito de família. Segundo Serrano (2008),

Uma família são duas ou mais pessoas que se consideram como tal e que assumem obrigações, funções e responsabilidades geralmente essenciais para a vida familiar (Barker, 1991, p. 80). A afiliação e a estrutura familiar dependem de aspectos culturais e étnicos. Para algumas culturas, a família alargada constitui um apoio importante. Por outro lado, hoje em dia, a família já não é a família tradicional composta por pai, mãe e filhos. Existem inúmeras estruturas diferentes, como pais solteiros, avós e netos, famílias recompostas, etc. O profissional centrado na família deve respeitar e levar em consideração as escolhas que cada família faz relativamente à sua estrutura central.

Em Angola e pelas tradições dos povos, o número e o crescimento das famílias dificilmente é um problema, constituindo

mesmo um motivo de orgulho nas comunidades. Razões tão diversas como, por exemplo, o investimento na profissão e conseqüente falta de disponibilidade, carências económicas, não constituem em Angola um factor inibidor à procriação e integração de outros membros no agregado familiar. Aliás, conforme a filosofia tradicional dos povos africanos, os filhos são símbolo de riqueza e de poder.

Os dados que se seguem apresentam-se distribuídos principalmente em dois tipos estruturais de família: a família nuclear⁶⁷, aquela que se constitui tradicionalmente pelos descendentes, biológicos ou adoptados, e progenitores; e a família alargada ou extensa, estrutura mais ampla que consiste na família nuclear mais os parentes directos, ou colaterais, existindo uma extensão das relações parentais.

Total de informantes	Família nuclear	Família alargada	Outra Situação
100%	11,67%	82,08	6,25
240	28	225	15

Figura 16 – Distribuição dos informantes por estrutura familiar

Podemos verificar que, quanto à estrutura familiar, os nossos informantes constituem-se maioritariamente em família alargada. É de notar que uma percentagem de 6,25 não integra nem uma nem outra família, enquadrando-se em situações diversificadas e pouco relevantes.

Finalmente, quanto aos rendimentos mensais, em função da actividade ocupacional ou profissional, considerando igualmente um elemento a ter em conta na qualidade de vida das famílias, são dados

⁶⁷ também designada por *família tradicional*

cotados em dólares americanos (USD), apresentados com relação a categorias funcionais na Administração Pública, ponto de referência.

Rendimentos Mensais	Número Sujeitos	Porcentagem
Abaixo de 200USD	0	0
Entre 200USD e 500 USD	26	10,83
Entre 500USD e 1000 USD	37	15,41
Entre 1000USD e 2500 USD	42	17,5
Mais de 2500 USD	111	46,25

Figura 17 – Rendimentos mensais

De notar que os informantes inquiridos, pertencentes ao grupo de estudantes, são maioritariamente trabalhadores estudantes. Do total dos informantes, a maioria tem um rendimento muito desejável em qualquer classe de trabalhadores do país, o que constitui um elemento promotor de estabilidade financeira e de bem-estar. A diferença percentual entre este grupo e o que apresenta rendimentos mais baixos está na ordem dos 39,35, o que representa um distanciamento bastante considerável.

3.4. Conclusão

Uma boa parte dos estudos aos quais tivemos acesso circunscrevem-se ao português popular em Angola, próprio do contexto informal de comunicação. E não é esse português o nosso objecto de análise. Entre um caso e outro, as diferenças linguísticas são notáveis, sobretudo a nível morfo-sintáctico e lexical. Independentemente disto, em geral, os trabalhos consultados têm em comum os seguintes aspectos:

- As interferências das línguas autóctones servem de hipótese de explicação imediata da emergência e/ou formação da variedade angolana do Português, bem como da sua compreensão e abordagem;
- Muitos trabalhos encerram essencialmente um pendor didáctico-pedagógico, isto significa que, na sua elaboração, adoptam uma perspectiva prescritiva e analisam a variante popular nacional contrastando com o PE;
- De entre eles, nenhum apresenta uma amostra mais abrangente em termos de representação geográfica no país;
- Para muitos trabalhos, o seu *corpus* de análise foi essencialmente constituído por textos literários, o que, de acordo com Gonçalves (2013: 162), dificilmente pode ser considerado representativo (ou significativo), sob o ponto de vista da gramática da língua real dos falantes.

Definitivamente um falante do PA reconhece a sua variedade linguística em paralelo com outras variedades, tais como o PE e o PB. Este reconhecimento pressupõe que há uma certa consciência da existência dos fenómenos de mudança linguística, ao nível dos sons, das construções frásicas e do léxico. Tais mudanças decorrem já desde um período anterior à descolonização. O contacto linguístico é responsável pelas influências e conseqüentes alterações, não só estruturais, mas também funcionais, na LP, tendo a descolonização apenas acelerado esse processo. Seguidamente o conflito armado e todas as vicissitudes daí advindas contribuíram nitidamente para a difusão da LP no país.

A metodologia do trabalho tentou cumprir com procedimentos usados na investigação linguística. Ao longo da investigação do trabalho, as ideias atinentes à constituição do *corpus* de análise renovavam-se e novas perspectivas de estudos do PA abriam-se. Este facto demonstrou os limites do presente estudo.

Quanto aos informantes, do total (240), entre todas as faixas etárias descritas, 142 (59,17%) são falantes nativos do português contra 98 (40,83%) falantes nativos de outras línguas angolanas, sendo que, atendendo a que o maior número de falantes de LP como L1 se concentra nas camadas mais jovens, é de esperar que este número cresça exponencialmente nos próximos anos. Por outro lado, a percentagem de falantes masculinos do português L1 (32,91%) é maior do que a dos falantes femininos (20,83%).

O elemento idade é, ainda, uma característica determinante no plano descritivo do perfil linguístico dos informantes. Geralmente, nos grandes centros urbanos (Luanda, Lubango e Benguela), o domínio do português como L2 ocorre na camada mais adulta da sociedade, sendo o uso do português como L1 característico das camadas mais jovens.

Por outro lado, os dados revelam que, do total do grupo-alvo, 10% dos informantes é monolíngue.

Para Raposo *et al.* (2013: 160),

«As novas gerações das classes mais favorecidas dos centros urbanos já não aprendem línguas bantas, estando, assim, a emergir uma comunidade de falantes que não só comunicam entre si exclusivamente em português (mesmo que esta não seja a sua L1), como escolhem esta língua como a única a transmitir às novas gerações.

Este alargamento das funções e dos contextos de utilização do português traduziu-se naturalmente por um aumento significativo do número de falantes desta língua».

Os falantes “bilingues” têm, ou a LP, ou uma língua bantu, como L2. De entre as bantu, a mais falada é o Umbundu, seguida do Kimbundu. Curiosamente alguns falantes do Umbundu são originários de outras comunidades étnicas. Este dado reforça os resultados já obtidos por Cruz (*ibid.*, p. 103), em estudo efectuado no perímetro urbano do Lubango, ao referir que a Língua Umbundu é a língua africana mais falada em Angola.

No que diz respeito ao contexto de utilização da LP, à escala nacional, verifica-se que ela é a única língua que não conhece barreiras decorrentes da variação de contextos, não circunscrevendo o seu uso a ocasiões ou a lugares específicos. Isto significa que os falantes são mais expostos à LP do que a qualquer língua angolana.

CAPÍTULO IV:
APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO
DOS DADOS LINGUÍSTICOS

4.1. Transcrição e Tratamento dos Dados

O estabelecimento de critérios para a recolha/transcrição dos dados linguísticos dependeu muito das características da fonte dos dados como, por exemplo, as características dos informantes: idade, género, nível de instrução, profissão, ocupação, etc. No presente trabalho, por se tratar de dados produzidos por informantes com ou em formação superior, salvo uma pequena percentagem do total da amostra, que tem formação média, por isso, é suposto que tenham um domínio considerável da norma padrão europeia e a sua competência comunicativa se actualize perante a necessidade de variação do discurso em função da alteração da situação de comunicação.

4.1.1. Nível morfo-sintáctico

4.1.1.1. Pronomes clíticos

Os pronomes clíticos, também designados pronomes átonos ou clíticos especiais, correspondem prototipicamente às formas átonas do pronome pessoal que ocorrem associadas à posição dos complementos dos verbos (cf. Mateus *et al.*, 2003: 826-827). No PA, uns são mais usuais que outros.

A seguinte figura mostra a distribuição dos clíticos no PE, consoante a pessoa gramatical e a forma casual a que correspondem (cf. Mateus *et al.*, *op. cit.*):

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Reflexos
	acusativo	dativo	acusativo / dativo
1. ^a Singular	me	me	me
2. ^a Singular	te	te	te
3. ^a Singular	o/a	lhe	se
1. ^a Plural	nos	nos	nos
2. ^a Plural	vos	vos	vos
3. ^a Plural	os/as	lhes	se

Figura 18 – Pronomes clíticos do PE

No presente trabalho, recolhemos apenas os clíticos não-reflexos (acusativos e dativos), enquadrados na definição tradicional de pronome pessoal, designativos da pessoa gramatical interveniente no acto de comunicação. Em PE, os pronomes clíticos têm geralmente uma posição móvel relativamente ao seu hospedeiro, podendo precedê-lo, próclise; segui-lo, ênclise; ou ocorrer no seu interior, mesóclise.

Como é sabido, em ênclise, o pronome clítico assume, em determinadas pessoas gramaticais e conjugações verbais, propriedades fonológicas idiossincráticas. Quando a forma verbal termina em *-r*, *-s* e *-z*, o clítico recebe as formas *-lo*, *-la*, *-los*, *-las*. E quando termina em som nasal, o acusativo recebe as formas *-no*, *-na*, *-nos*, *-nas*.

4.1.1.1.1. Padrões de colocação

Como já referimos anteriormente, os clíticos podem ocorrer em posição proclítica, enclítica e mesoclítica e, de acordo com o contexto sintático (cf. Mateus *et al.*, 2003),

- a ênclise é o padrão básico de colocação dos pronomes clíticos no PE:
 - em frases finitas de todos os tipos (regra geral):

(1)

a. O Joaquim ofereceu-*te* uma caneta.

b. A Ana molhou-*se* toda.

- a próclise, por sua vez, é desencadeada nos seguintes contextos:
 - sempre que, na estrutura-S, um operador sintático ou lógico-semântico ocorre em posição pré-verbal:

(i) com complemento realizado lexicalmente:

(1)

a. Disseram-me *que o Dumba a viu na praça.*

b. Disseram-me *que o Dumba lhe deu o dinheiro.*

c. Disseram que **o** comessem todo.

(ii) em orações com operadores de negação em posição pré-verbal:

(2)

a. O Dino *não a viu no pátio.*

b. O Carlos *nunca se deu ao respeito.*

(iii) com alguns sujeitos quantificados em posição pré-verbal:

(3)

- a. *Tudo o* incomodava.
- b. *Ambos lhe* fazem bem.
- c. *Alguém a* viu no pátio.
- d. *Alguém me* disse isso.
- e. *Ninguém a* viu no pátio.
- f. *Nada a* interessa.
- g. *Qualquer* pessoa *a* incomodava.
- h. *Todas* as calças *lhe* ficavam muito apertadas.

(iv) com operadores de discurso como *apenas, só, até, mesmo, também, ainda, oxalá, sempre, já*, em posição pré-verbal:

(4)

- a. *Apenas* o Paulo *a* viu no pátio.
- b. *Só* a Zara *lhe* deu um beijo quente.
- c. *Até* a Carla *a* viu no pátio.
- d. A Maria *também* *lhe* deu a mão.

(v) com sintagmas-Q interrogativos, relativos e exclamativos:

(5)

- a. *Quem te* disse que eu não voltava?
- b. A jovem *a quem me* apresentaste no Templo é muito linda.
- c. Que belo carro *lhe* ofereceste!

(vi) com algumas conjunções coordenativas: *não só... mas/como também, nem... nem; e*

conjunções correlativas disjuntivas: *ou... ou, ora... ora, quer... quer, seja... seja:*

(6)

a. *Não só* a Joana *o* insultou *como também* o Belmiro *lhe* bateu.

b. *Quer te* agrade, *quer não te* agrade, vou à festa.

- Quanto à mesóclise, segundo Mateus *et al.* (2003: 865), «na variedade europeia do português moderno sobrevivem traços de uma gramática antiga, claramente em desaparecimento. O primeiro desses traços é a colocação alternativa à ênclise nas formas de futuro e de condicional exigida no português europeu padrão, denominada mesóclise»:

(vii) em construções verbais com o futuro ou condicional:

(7)

a. A Direcção *avisá-la-á*.

b. Se eu tivesse vindo a Portugal já em 2008, a Dra. Carla *dar-me-ia* mais atenção.

4.1.1.1.2. Pronomes clíticos no PA

Os dados apresentados foram obtidos por meio de teste aplicado a falantes com um nível de escolaridade desenvolvido, detentores de um estatuto social privilegiado, factores que podem influir no comportamento linguístico do indivíduo, como parâmetro de domínio notável da cultura e da norma padrão.

Os quatro primeiros gráficos resultam de uma tarefa que os inclui: «Para cada grupo, identifique e assinale com uma cruz (+) apenas uma alternativa que entende que seja a mais bem formada de entre as que são apresentadas». Por grupo entende-se o conjunto de tarefas expressas nos gráficos.

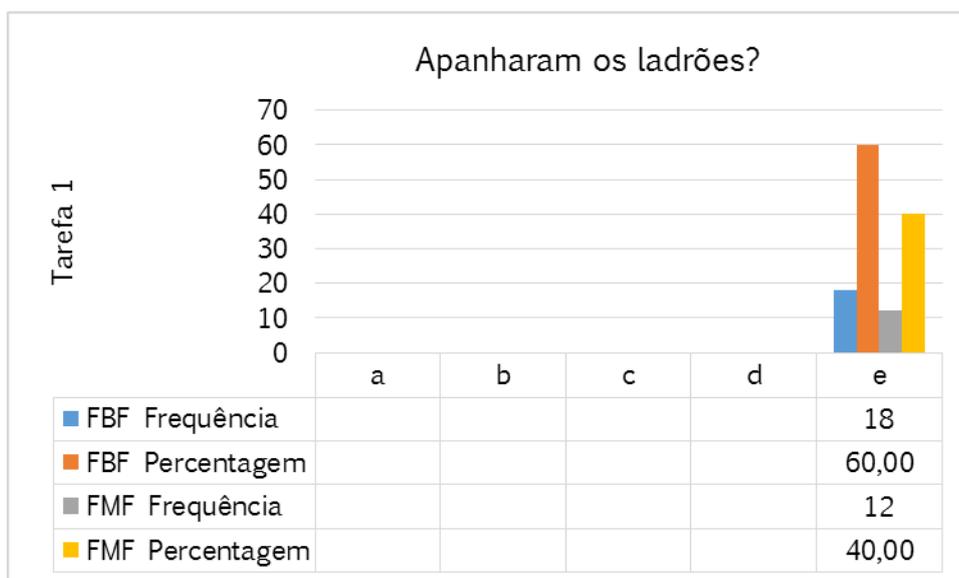


Figura 19 – Apanharam-nos

Legenda:

- a) Apanharam a eles?
- b) Lhes apanharam?
- c) Apanharam-lhes?
- d) Apanharam eles?

e) Apanharam-nos?

Na tarefa 1, entre 4 alternativas ou alíneas (designativas de frases), apenas uma delas é a alínea bem-formada. Trata-se da alínea E, na óptica do PE. Como se pode verificar no gráfico acima, 18 informantes, correspondentes a 60% do total, assinalaram-na na óptica do PE.

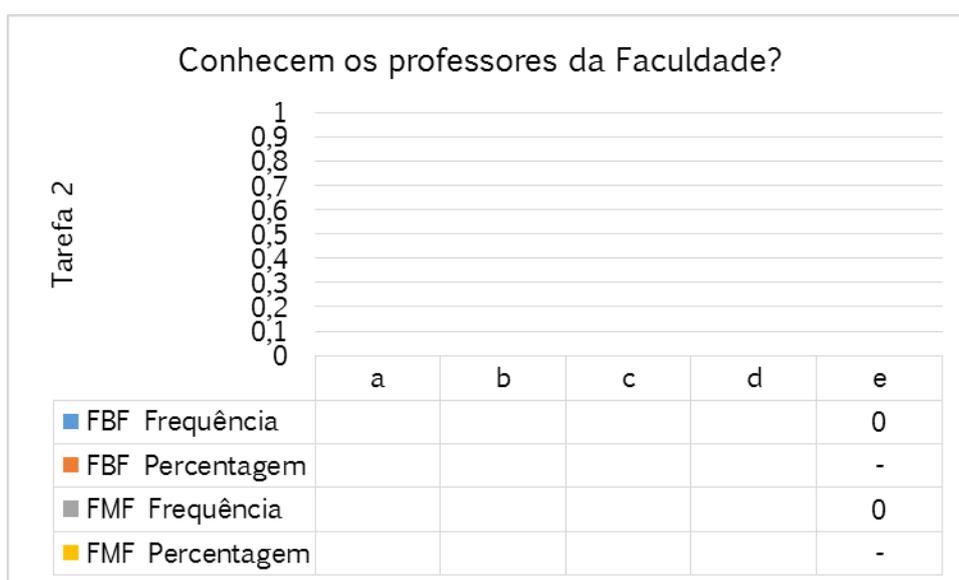


Figura 20 – Alternativa bem-formada inexistente

Legenda:

- a) Conhecem eles?
- b) Conhecem-lhes?
- c) Conhecem a eles?
- d) Lhes conhecem?
- e) Conhecem-no?

Na tarefa 2, não existe qualquer frase bem-formada, na óptica do PE. Como se pode verificar no gráfico acima, não se registou qualquer frequência.

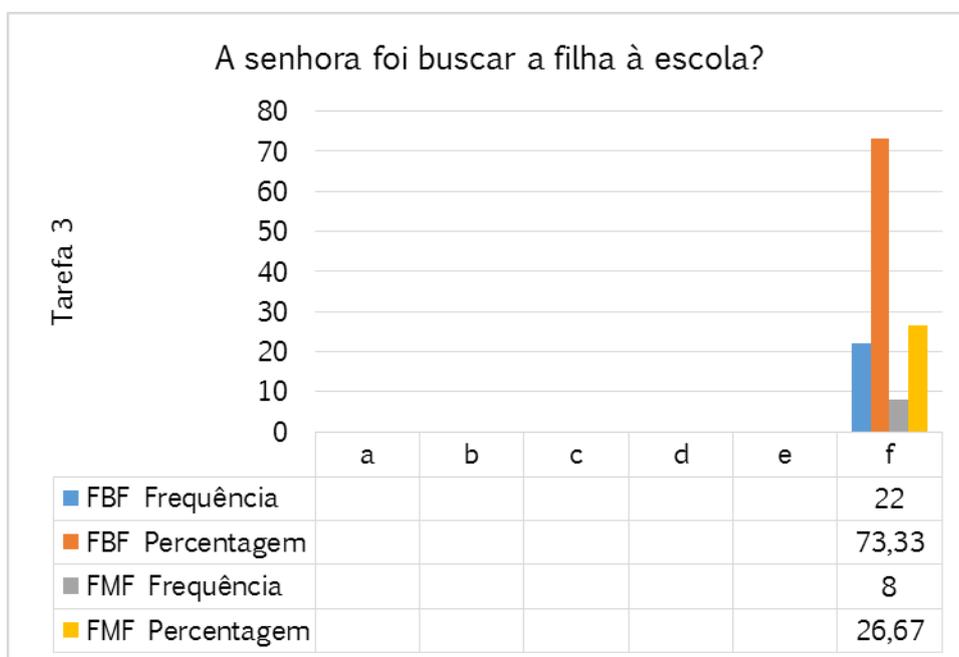


Figura 21 – Foi buscá-la

Legenda:

- a) Foi buscar a ela?
- b) Foi buscar-lhe?
- c) Foi buscar ela?
- d) Lhe foi buscar?
- e) Foi-lhe buscar?
- f) Foi buscá-la?

Na tarefa 3, entre 6 alíneas, apenas uma delas é a alínea bem-formada. Trata-se da alínea F, na óptica do PE. Como se pode verificar no gráfico acima, 22, correspondentes a 73,33% do total, responderam de acordo com o PE.

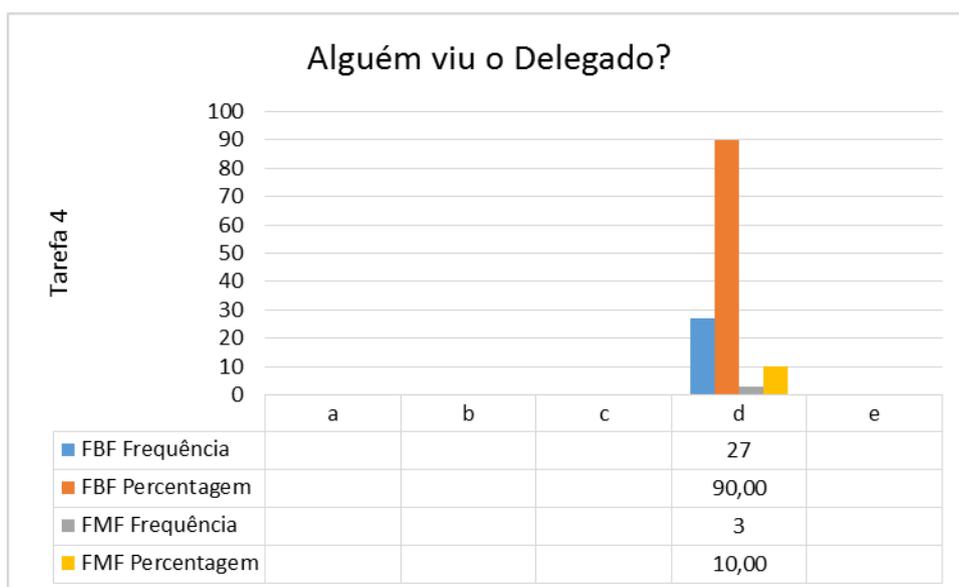


Figura 22 – Alguém o viu?

Legenda:

- a) Alguém viu ele?
- b) Alguém lhe viu?
- c) Alguém viu a ele?
- d) Alguém o viu?
- e) Alguém viu-o?

Na tarefa 4, entre 5 alíneas, apenas uma delas é a alínea bem-formada. Trata-se da alínea D, na óptica do PE. Como se pode verificar no gráfico acima, 27, correspondentes a 90% do total, assinalaram-na de acordo com o PE.

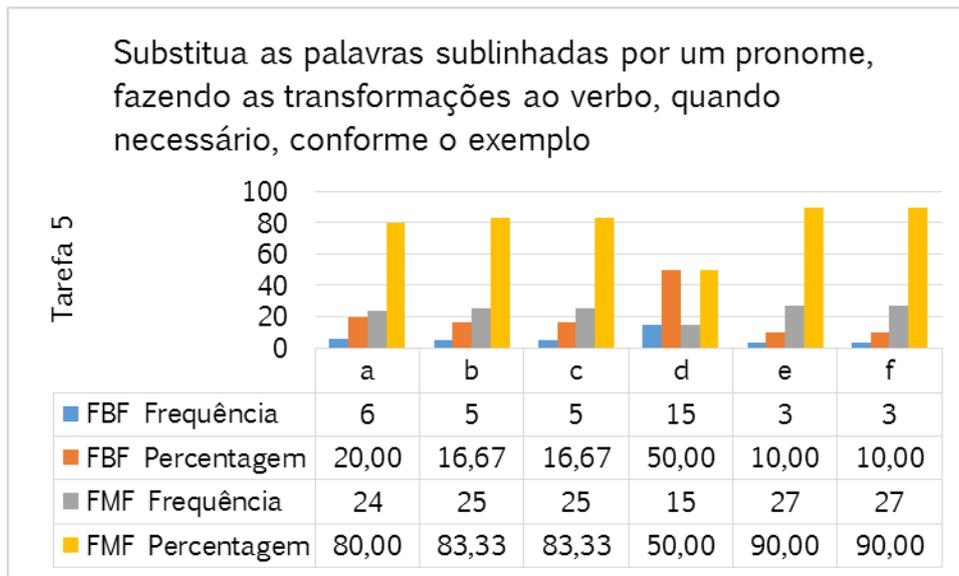


Figura 23 – Pronominalização

Legenda:

Ex. Um cidadão abandonou o seu Bilhete de Identidade na via pública.

Um cidadão abandonou-o na via pública.

a) Traz o carro, faz favor!

b) Põe os teus pés em cima do banco.

c) Não dei nada ao senhor.

d) Alguém trouxe crianças?

e) Oferecerão um computador portátil ao grupo.

f) Oferecerão um computador portátil ao grupo.

Na tarefa 5, as respostas bem-formadas são escassas. Na alínea A, apenas 6 informantes (20%) responderam de acordo com o PE contra 24 (80%). Na alínea B, 5 (16.67%) contra 25 (83.33%). Na alínea C, igualmente 5 (16.67%) contra 25 (83.33%). Na alínea D, 15 (50%) contra 15 (50%). Na alínea E, 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea F, igualmente 3 (10%) contra 27 (90%).

Preencha apenas um dos espaços em branco, à direita ou à esquerda da forma verbal, substituindo as palavras sublinhadas e em itálico por pronomes, conforme o modelo. Faça transformações ao verbo, quando necessário

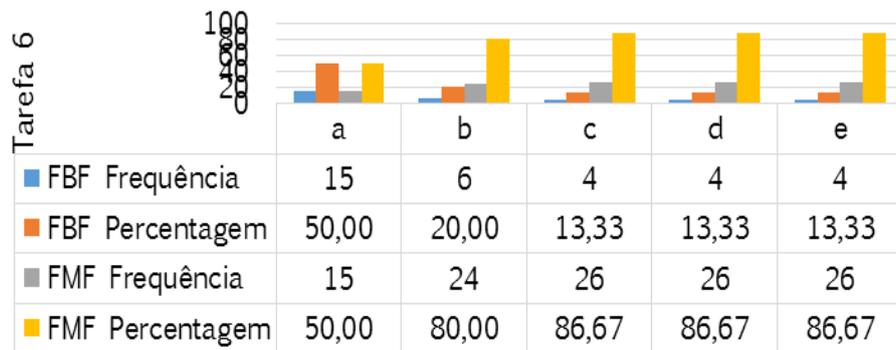


Figura 24 – Pronominalização

Legenda:

O apresentador do programa Hora Quente da TV nacional tem muito trabalho.

Eu auxilio-o nos bastidores.

a) A Sra. Directora entrou no seu gabinete.

O meu colega ____ viu ____

b) Aqueles dois jovens não trabalham.

Este é o motivo que ____ leva ____ a andar de empresa em empresa todos os dias.

c) A vítima foi à polícia.

A polícia não se dignou previamente a ____ chamar ____ para prestar declarações.

d) O hospital tem boas condições.

Os pacientes não se cansam de ____ descrever.

e) Os vendedores não quiseram baixar o preço do produto.

Contudo, eu vou ____ convencer ____ a baixarem ____ até à metade.

Na tarefa 6, as respostas bem-formadas também são escassas, apesar de haver equilíbrio de respostas na linha A. Isto é, 15 informantes (50%) responderam de acordo com o PE contra 15 (50%) igualmente. Na alínea B, 6 (20%) contra 24 (80%). Na alínea C, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea D, igualmente 4 (13,33) contra 26 (86,67%). Na alínea E, igualmente 4 (13,33) contra 26 (86,67%).

4.1.1.1.2.1. Caracterização

No conjunto dos informantes envolvidos neste estudo, regista-se que o nível de domínio da função e uso dos pronomes clíticos é variável. No entanto, olhando principalmente para os dois últimos gráficos, podemos concluir o seguinte:

- (i) Há uma tendência para a aceitação do clítico não-reflexo dativo da 3.^a pessoa em detrimento do clítico não-reflexo acusativo da mesma pessoa. Esta aceitação generalizada significa a extensão da sua função sintáctica como acusativo. Exemplo:

PA: Apanharam-lhes?

PE: Apanharam-nos?

- (ii) Não há observância rigorosa dos atractores proclisadores. Exemplo:

PA: Alguém lhe viu?

Alguém viu-o?

Lhes conhecem?

PE: Alguém o viu?

Alguém o viu?

Conhecem-no?

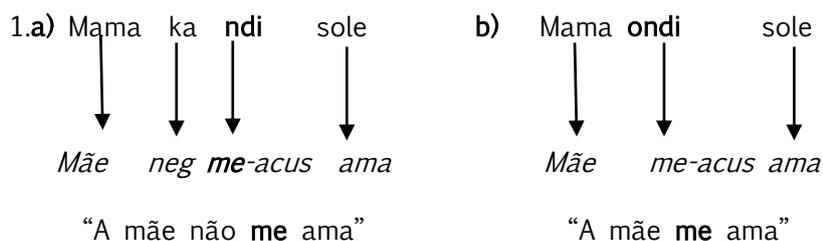
(iii) A colocação alternativa à ênclise nas formas de futuro, denominada mesóclise, tal como no PE (moderno), também não é usual no PA. Trata-se, aqui, de um traço comum às duas variedades, o que nos leva a prognosticar que esta posição do clítico está em perda na LP, embora possa ocorrer no uso cuidado da língua escrita. No entanto, destaque-se que, no PA, em seu lugar, ocorre preferencialmente a próclise. Exemplo:

PA: Lhe oferecerão um computador portátil.

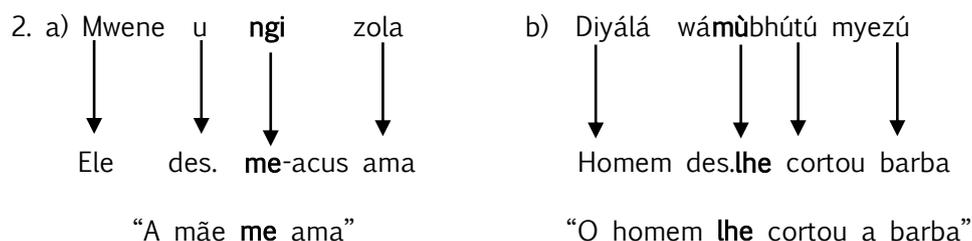
PE: Oferecer-lhe-ão um computador portátil.

Oferecer-lho-ão.

Determinados factores, como o contacto linguístico entre as línguas bantu e a LP, podem justificar a tendência que se observa na generalização, quer do dativo em detrimento do acusativo e a sua extensão sintáctica, quer da predominância da próclise em detrimento da mesóclise. De facto, nas línguas bantu, não existem pronomes clíticos especiais. Na tradução do bantu para o português, muitas vezes confundem-se os morfemas pré-verbais bantu, que podem ter valor de “afixo”, com as formas clíticas pronominais românicas. Na Língua Umbundu, por exemplo, os morfemas *ndi* e *ondi* (pré-verbais), traduzidos para a LP, deverão corresponder ao clítico não-reflexo acusativo «me». Tome-se como exemplo as seguintes frases:



Em Kimbundu, a realidade é a mesma (cf. Miguel, 2003: 55):



Julgamos que a tese formulada por Gonçalves (1990: 151) segundo a qual este fenómeno, registado de modo generalizado no discurso oral e escrito, é mais frequente naqueles casos em que o pronome pessoal tem um referente com o traço [+ humano], poderá justificar, por enquanto, a opção pelo clítico dativo em detrimento do clítico acusativo no processo de tradução do bantu para o português, bem como na sua generalização em PA.

Ainda em relação ao valor prefixal das propriedades gramaticais anteriormente analisadas, segundo Guthrie (1948), uma das características mais evidentes das línguas bantu é a ocorrência excessiva de “prefixos”, o que chamamos aqui classificativos e elementos mórficos pré-verbais. Com efeito, podemos verificar que dificilmente temos uma frase em que não ocorra um daqueles elementos.

Na realidade angolana, tanto os falantes nativos de uma língua bantu, quanto os da LP, se identificam e realizam o tipo de construção anteriormente apresentado nos exemplos 1 e 2. Os fenómenos evidenciados nessas frases resultam da interferência directa da gramática das línguas bantu na LP. A “insegurança linguística” no comportamento de falantes cultos e influentes na sociedade em que se inserem propicia e legitima hábitos ou usos como o *lheísmo* e a

predominância da próclise. Raposo *et al.* (*op. cit.*, pp. 171-172) referem que, embora se registre ainda uma grande instabilidade na colocação dos pronomes átonos, sobretudo na linguagem coloquial, os dados recolhidos sugerem que existe a tendência a adoptar o padrão proclítico mesmo em frases em que não estão presentes atractores da próclise.

No presente trabalho, os nossos dados confirmam esta afirmação, verificando-se que o sistema pronominal clítico do PA se distancia, neste aspecto, do sistema do PE. No entanto, esse distanciamento não chega a criar problemas no processo formal de ensino-aprendizagem do Português, o que pressupõe dizer que a escola angolana, no geral, não vê este fenómeno como um problema. Logo, neste caso concreto, não poderá haver exposição à norma padrão europeia por parte dos indivíduos escolarizados, uma vez que as próprias instâncias normalizadoras parecem ter integrado esta mudança.

4.1.1.2. Modos verbais

Tradicionalmente, os gramáticos, linguistas, designam modo como sendo as diferentes formas que o verbo toma para indicar a atitude do sujeito falante ou da pessoa representada pelo sujeito frásico, em relação ao facto que refere. Essa atitude é chamada modalidade e pode assumir diferentes valores, entre epistémico e deôntico. Raposo *et al.* (*op. cit.*), Mateus *et al.* (*op. cit.*, p. 254), Cunha & Cintra (*op. cit.*) consideram que, em português, há fundamentalmente três modos:

- **Conjuntivo**, que se associa tradicionalmente a situações hipotéticas, ou ao domínio da incerteza, eventualidade ou dúvida.
- **Imperativo**, especializado na expressão da modalidade deôntica, relacionada com a obrigação, permissão, ordem.
- **Indicativo**, que se associa normalmente a uma acção, estado, ou factos considerados na sua realidade ou na sua certeza, com referência ao presente, passado e futuro.

4.1.1.2.1. Conjuntivo

No presente trabalho, explorámos dois tempos do conjuntivo: o presente e o pretérito. Em relação a este último, explorámos o imperfeito. A opção pelo conjuntivo e por esses dois tempos não lhes atribui mais relevância do que os restantes tempos do conjuntivo no estudo do PA, simplesmente são aqueles em que, por enquanto, se verificou maior divergência entre o PA e o PE.

No teste aplicado, o domínio do conjuntivo é explorado em orações subordinadas de frases complexas, maioritariamente. Nos dois gráficos que se seguem, a tarefa 1 assenta num exercício de completamento, devendo o sujeito indicar a opção bem-formada de entre outras que lhe são propostas. A tarefa 2 assenta num exercício de verificação da forma verbal indicada na frase.

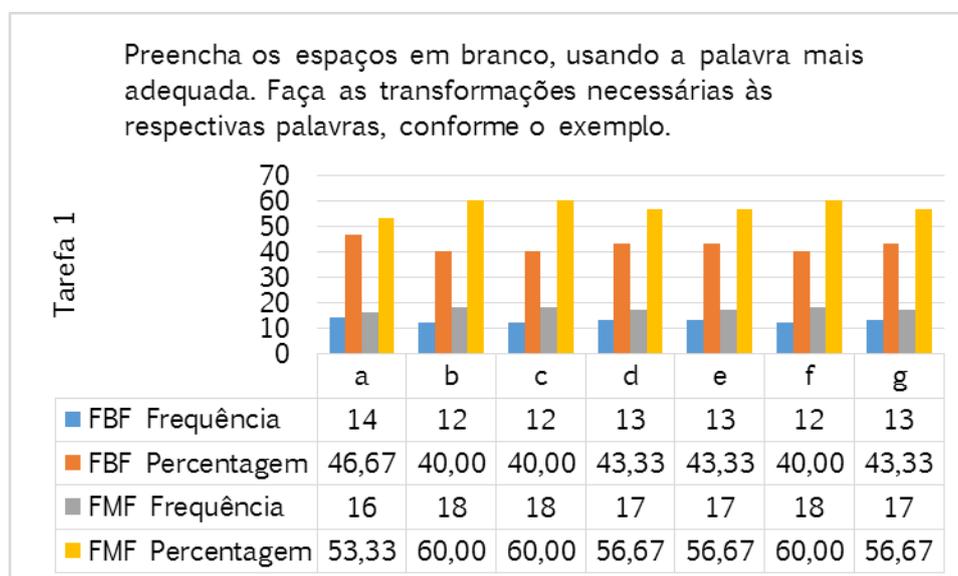


Figura 25 – Tempos do conjuntivo

Legenda:

Ex. É provável que o vencedor deste concurso seja (fazer, ser, ir, ouvir) o Paulo César.

- a) Talvez me _____ (entender, cumprir, sentir) bem para ir à festa do Carlos.
- b) Embora ele não _____ (reunir, contar, ter) os requisitos todos, tudo farei para aprovar a sua candidatura.
- c) Se _____ (comer, seguir, plantar) o caminho penoso, eu teria verdadeiramente orgulho de ti.
- d) Não é que não _____ (querer, amparar, tombar) falar, mas calado, falava melhor.
- e) Desejo muito que _____ (falar, comprar, vender) com o teu colega sobre o meu pedido.
- f) Para que _____ (comer, ser, estar) alguém na vida, tens de te esforçar.
- g) Não havia nada que lhe _____ (garantir, permitir, beber) a sua casa?

Na tarefa 1, alínea A, 14 informantes (46,67) responderam de acordo com o PE contra 16 (53,33). Na alínea B, 12 (40,00%) contra 18 (60,00%). Na alínea C, igualmente 12 (40,00%) contra 18 (60,00%). Na alínea D, 13 (43,33) contra 17 (56,67). Na alínea E, igualmente 13 (43,33) contra 17 (56,67). Na alínea F, 12 (40,00%) contra 18 (60,00%). Na alínea G, 13 (43,33) contra 17 (56,67).

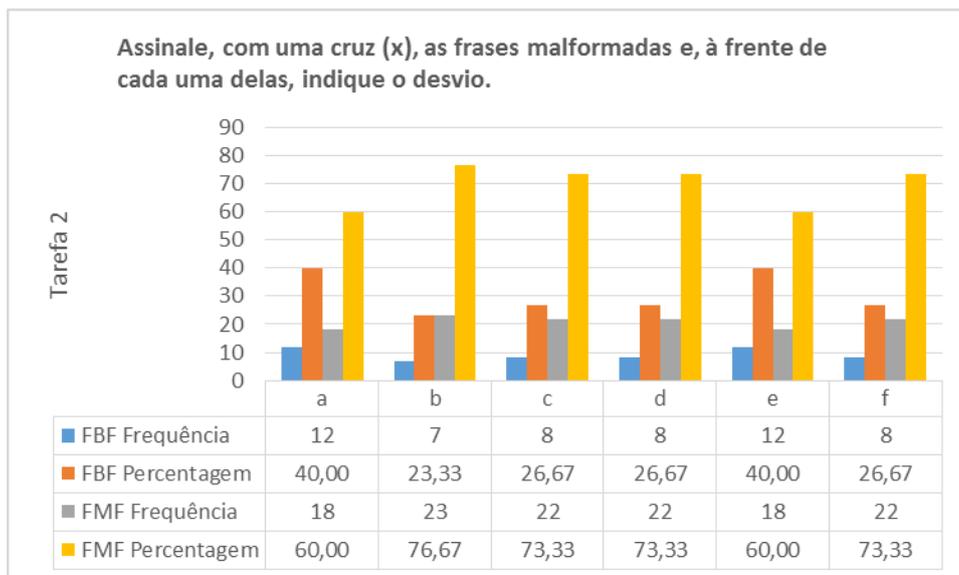


Figura 26 – Tempos do conjuntivo

Legenda:

- a) Que as mulheres não desistem de lutar pela sua dignidade.
- b) Não quero que ele me julga sem pudor.
- c) Talvez eu falo com ele, se mudar de ideia.
- d) Eles bem querem que tu ficas a morar em casa do director.
- e) É possível que tudo vai correr bem.
- f) Se nós pudermos assegurar o pagamento de salários dos professores por mais quatro meses, talvez conseguimos terminar bem o ano lectivo 2013.

Na tarefa 2, alínea A, 12 (40,00%) responderam conforme no PE contra 18 (60,00%). Na alínea B, 7 (23,33) contra 23 (76,67). Na alínea C, 8 (26,67) contra 22 (73,33). Na alínea D, igualmente 8 (26,67) contra 22 (73,33). Na alínea E, 12 (40,00%) contra 18 (60,00%). Na alínea F, 8 (26,67) contra 22 (73,33).

4.1.1.2.1.1. Caracterização

No conjunto dos informantes envolvidos neste estudo, regista-se que o nível de domínio da função e uso dos tempos do conjuntivo é variável. Tal variação é indicadora de instabilidade a este nível no PA. O índice de domínio é muito baixo. Da análise efectuada, verificámos que

- (i) Há uma tendência para a aceitação generalizada do presente do indicativo em detrimento do presente do conjuntivo. Essa aceitação generalizada revela insegurança no domínio do PE por parte dos informantes e, mais do que isto, revela uma nova estrutura lógica da gramática da língua. Supõe-se que o uso do indicativo em lugar do conjuntivo não acarreta problemas de comunicação. O enfraquecimento da categoria verbal morfológica que exprime valores semânticos de modalidade, modo conjuntivo, pode ser entendido também como uma consequência da indefinição das suas próprias formas portadoras de significado, tal como Mateus *et al.* (2003: 257-258) sugerem. Supõe-se que sejam formas semanticamente vazias, surgindo apenas por exigência das construções sintácticas (*ibid.*). Deste modo, a aquisição e/ou aprendizagem dessa propriedade gramatical torna-se demasiado complexa, perante uma realidade social que, neste caso, assenta num novo paradigma lógico sobre a gramática da língua. Vejamos os seguintes exemplos:

PA: Não quero que ele me julga sem pudor.

É possível que tudo vai correr bem.

PE: Não quero que ele me julgue sem pudor.

É possível que tudo vá correr bem.

Estas frases foram extraídas do teste aplicado no presente estudo. Correspondem às alíneas B e E. Nesta última alínea, 40% dos informantes não acharam nenhuma irregularidade na referida frase em PA. Naquela primeira alínea, 76,67% também não acharam nenhuma irregularidade. Na primeira, o verbo da oração principal (*querer*) veicula uma modalidade desiderativa, associada à vontade. A modalidade desiderativa veicula valores de vontade, desejo e esperança por parte do sujeito (cf. Raposo, *ibid.*, p. 634); e, no PE, implicaria alteração de valor semântico-sintáctico do verbo da oração subordinada integrante, redundante, em relação ao conteúdo semântico de “querer”. Na segunda, o verbo da oração principal (*ser*), apesar de seleccionar o modo indicativo, veicula, ainda assim, pelo seu contexto frásico, uma modalidade de eventualidade decorrente do conteúdo semântico expresso pelo adjectivo (*possível*), o que no PE, entraria em conflito com o princípio lógico da não-contradição. Trata-se igualmente de uma situação de redundância idêntica à anterior.

Por enquanto, podemos concluir que verbos como *sentir*, *ter*, *seguir*, *querer*, *falar*, *ser*, *garantir*, *desistir*, *julgar*, *ficar*, *ir* e *conseguir*, analisados por nós, não seleccionam sempre o modo conjuntivo. Consideramos que esta análise reflecte um traço linguístico do PA ainda instável, mas, desde já, generalizado em Angola.

4.1.1.2.2. Imperativo negativo

O modo imperativo, apesar de se ter especializado na expressão da modalidade deôntica, relacionada com a ordem, em contextos particulares, pode, no entanto, assumir conteúdos semânticos aparentados com instruções, conselhos, convites, pedidos, exortações, etc.

Há, em português, como sabemos, duas formas do imperativo: uma afirmativa, outra negativa. No presente trabalho, explorámos apenas a forma negativa do imperativo por considerarmos ser esta uma mudança em via de estabilização no PA, especialmente na oralidade.

Nos três gráficos que se seguem, a tarefa 1 assenta num exercício de completamento, devendo o sujeito indicar a opção bem-formada de entre outras que lhe são propostas e devida adequação ao contexto frásico. A tarefa 2 assenta num exercício de verificação da forma verbal proposta na frase. A tarefa 3 consiste num exercício de construção de frase a partir de uma anteriormente proposta.

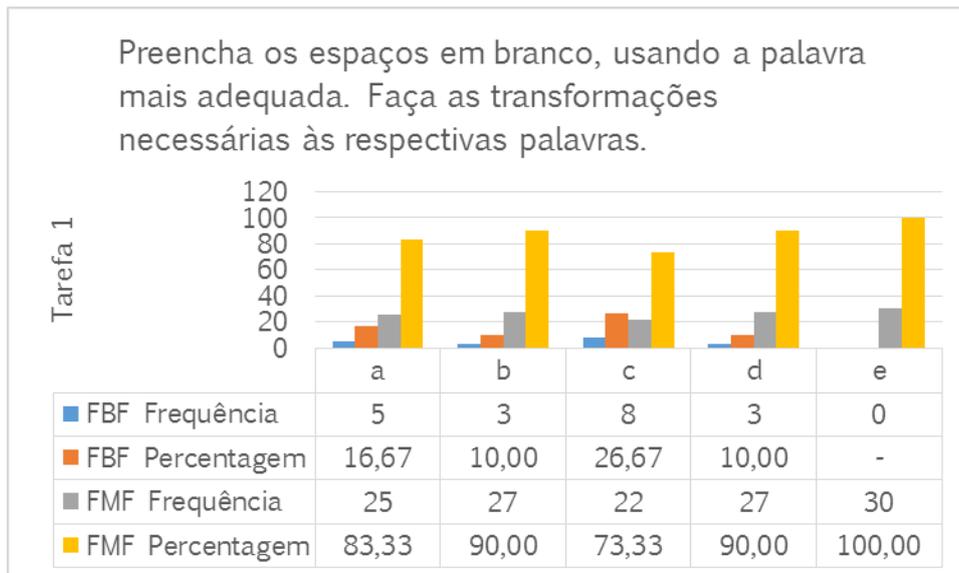


Figura 27 – Imperativo negativo

Legenda:

- Nunca _____ (falar, olhar, aceitar) comer em casa do teu adversário.
- Jamais _____ (andar, correr, saltar) descalço pelas ruas!
- Não _____ (beber, vender, cumprir) água aqui.
- Tu e o João não _____ (partir, engolir, frigir) sapos.
- Nunca te _____ (sentir, andar, valer) culpado pelo que aconteceu.

Na tarefa 1, na alínea A, 5 (16,67%) informantes responderam conforme no PE contra 25 (83,33%). Na alínea B, 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea C, 8 (26,67) contra 22 (73,33). Na alínea D, 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea E, nada se registou.

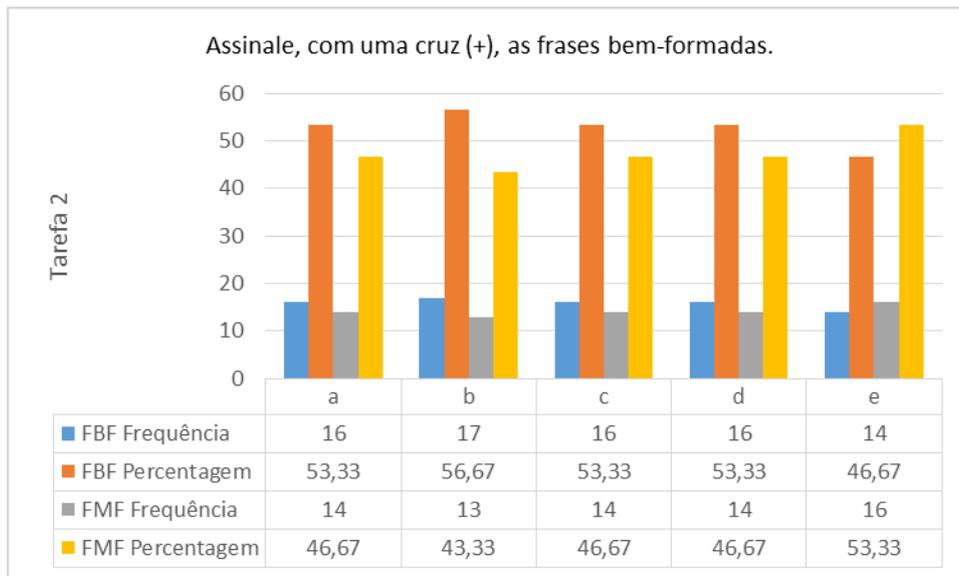


Figura 28 – Imperativo negativo

Legenda:

- a) Não me deixa sozinha, por favor.
- b) Cala-te, não lhe diz nada.
- c) Ninguém me tira daqui.
- d) Nunca mais vem a pé!
- e) Não traz agora.

Na tarefa 2, na alínea A, 16 (53,33%) informantes responderam conforme no PE contra 14 (46,67%). Na alínea B, 17 (56,67%) contra 13 (43,33%). Na alínea C, 16 (53,33%) contra 14 (46,67%). Na alínea D, igualmente 16 (53,33%) contra 14 (46,67%). Na alínea E, 14 (46,67) contra 16 (53,33).

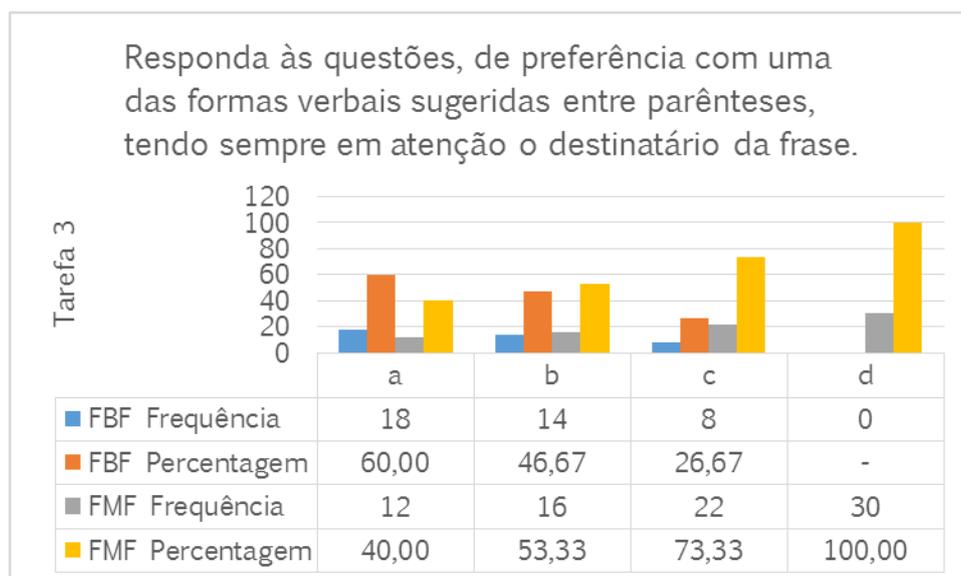


Figura 29 – Imperativo negativo

Legenda:

Ex. Alguém que eu desconheço bate à porta do meu gabinete. Não devo atendê-lo. O que lhe direi? (entrar, esperar, sair)

Não entre.

- a) Um amigo meu precisa falar comigo. Estou muito ocupado. O que lhe direi? (entrar, esperar, sair)
- b) Alguém que eu desconheço espera por um minuto meu de atenção. Não posso atendê-lo. O que lhe direi? (dizer, esperar, desaparecer)
- c) O meu professor grita comigo quando eu não acerto nas respostas. O que lhe direi? (ouvir, gritar, sair)
- d) O meu colega grita comigo quando eu estou indisponível para fazer alguma coisa do seu interesse. O que lhe direi? (ouvir, gritar, sair)

Na tarefa 3, na alínea A, 18 (60%) informantes acertaram contra 12 (40%). Na alínea B, 14 (46,67%) contra 16 (53,33%). Na alínea C, 8 (26,67%) contra 22 (73,33%). Na alínea D, nada se registou.

4.1.1.2.2.1. Caracterização

No universo considerado, regista-se que o nível de domínio da função e uso do imperativo negativo é crítico, dando lugar a um indicador de instabilidade no PA. Da análise efectuada, verificámos:

- (i) desconhecimento dos paradigmas do imperativo negativo do PE (provavelmente esse desconhecimento virá a ser o responsável pela institucionalização do referido traço linguístico, a reter no PA);

- (ii) tendência para a aceitação da construção do imperativo negativo com selecção de formas verbais do modo indicativo, em detrimento das formas verbais do conjuntivo, típicas do PE, a par de recursos discursivos expressivos como a entoação. Esta aceitação generalizada revela uma nova estrutura lógica da gramática da língua, supondo que o uso das formas do indicativo em lugar das formas do conjuntivo não acarreta problemas de comunicação. Exemplo:

PA: Nunca aceita comer em casa do teu adversário.

PE: Nunca aceites comer em casa do teu adversário.

(iii) tendência para a inobservância de certos valores corteses implícitos no uso do imperativo, em função do contexto. Exemplo:

PA: O meu professor grita comigo quando eu não acerto nas respostas.

O que lhe direi? R: [...] não grita comigo.

PE: O meu professor grita comigo quando eu não acerto nas respostas.

O que lhe direi? R: [...] não grite comigo.

O facto de haver verbos muito usuais no discurso que não seleccionam o modo conjuntivo poderá servir de explicação imediata e provisória do enfraquecimento da categoria verbal morfológica que exprime valores semânticos de ordem, de instrução, conselho, convite, pedido, exortação, etc. No entanto, em PE, também são previstos certos tempos do indicativo com valor do imperativo. Este quadro de valores pode ser explicado com o facto de o imperativo não possuir formas verbais próprias. Note-se que, inclusive, formas nominais do verbo, tais como o infinitivo e o particípio, podem exprimir, em contextos particulares, conteúdos semânticos de ordem, instrução, conselho, convite, pedido, exortação, etc.

Normalmente destacam-se, num grupo social, os falantes que usam recorrentemente o imperativo negativo do PE. No PA, identificámos um traço linguístico ao qual chamaremos «imperativo negativo fraco» em oposição ao «imperativo negativo forte», ou simplesmente imperativo negativo (do PE). Neste caso, no PA, para além do imperativo afirmativo, coexistem o imperativo negativo forte e o imperativo negativo fraco. Vejamos os exemplos que se seguem:

Imperativo negativo forte

- característica: uso de um operador de negação com uma forma verbal do presente do conjuntivo;
- exemplo: Um amigo meu precisa falar comigo. Estou muito ocupado. O que lhe direi?

R: *Não esperes.*

Imperativo negativo fraco

- característica: uso de um operador de negação combinado com a forma verbal do presente do indicativo;
- exemplo: Alguém que eu desconheço espera por um minuto meu de atenção. Não posso atendê-lo. O que lhe direi?

R: *Não espera.*

4.1.1.3. Processos de concordância

O PE exige o estabelecimento da concordância de gênero do núcleo do SN com todos os seus determinantes através de uma desinência final. O mesmo se aplica em relação ao número do núcleo do SN com todos os seus determinantes.

Para a concordância de gênero, no PE, existem dois constituintes: o masculino e o feminino. Como no PE, esta noção de gênero não está necessariamente relacionada com a noção de sexo. Para a concordância de número, existem igualmente dois constituintes: o singular e o plural, sendo este último marcado pela desinência

nominal⁶⁸-s. Veja-se a figura abaixo, que ilustra as referidas categorias (ou desinências) de género e de número:

Género		Número	
masculino	feminino	singular	plural
-o	-a	∅	-s

Figura 30 – Operadores de concordância nominal

Para além da concordância de género e de número (no SN), o PE exige também o estabelecimento da concordância de pessoa, número e tempo «expressas nos verbos por desinências especiais, que podemos distribuir por três grupos: desinências do presente do indicativo, do pretérito perfeito do indicativo e do infinitivo pessoal (= futuro do conjuntivo)» (Cunha & Cintra, *ibid.*, p. 79), tal como se pode observar na figura que se segue.

Pessoa	Presente		Pretérito perfeito		Infinitivo pessoal Fut. do Conjuntivo	
	Singular	Plural	Singular	Plural	Singular	Plural
1. ^a	-o	-mos	-i	-mos	∅	-mos
2. ^a	-s	-is (-des)	-ste	-stes	-es	-des
3. ^a	∅	-m	-u	-ram	∅	-em

Figura 31 – Operadores de concordância verbal (Cunha & Cintra, *ibid.*)

⁶⁸ Terminologia adotada de Cunha & Cintra (*ibid.*, p. 79).

Nas outras formas finitas, as desinências são as mesmas do presente do indicativo, salvo na primeira pessoa do singular, que, como a terceira, se caracteriza pela ausência de qualquer desinência (Cunha & Cintra, *ibid.*).

Obs. «Como se sabe, a segunda pessoa do plural apenas se utiliza nos dialectos setentrionais do Português Europeu, não sendo já usada nem nos dialectos centro-meridionais do PE, nem no Português brasileiro, nem em algumas variantes africanas do Português» (Duarte, 2000: 81).

Em observância aos paradigmas de concordância conforme no PE, segundo Peres & Mória (1995: 449),

«Diz-se que existe concordância entre duas expressões linguísticas quando elas possuem determinadas propriedades em comum e essa coincidência de propriedades é uma condição necessária para a gramaticalidade dos discursos».

Conforme ficou evidenciado anteriormente, distinguem-se dois tipos de concordância: uma nominal, entre o adjectivo e o substantivo; outra verbal, entre o verbo e o sujeito (Camara Jr., 2007: 93-94). Ambos os tipos, cada um em conformidade com os seus paradigmas estabelecidos no PE, exercem um constrangimento formal do qual resultam as marcas de pessoa, género, número e tempo. Na óptica do PE, reitera-se a não observância dos paradigmas que constituem cada tipo de concordância desencadeia fenómenos de agramaticalidade.

Nos cinco gráficos que se seguem, as tarefas 1, 3 e 5, assentam num exercício de completamento, devendo o informante indicar a opção bem-formada de entre outras que lhe são propostas e a devida adequação ao contexto frásico. As tarefas 2 e 4 assentam num exercício de verificação da forma verbal proposta na frase.

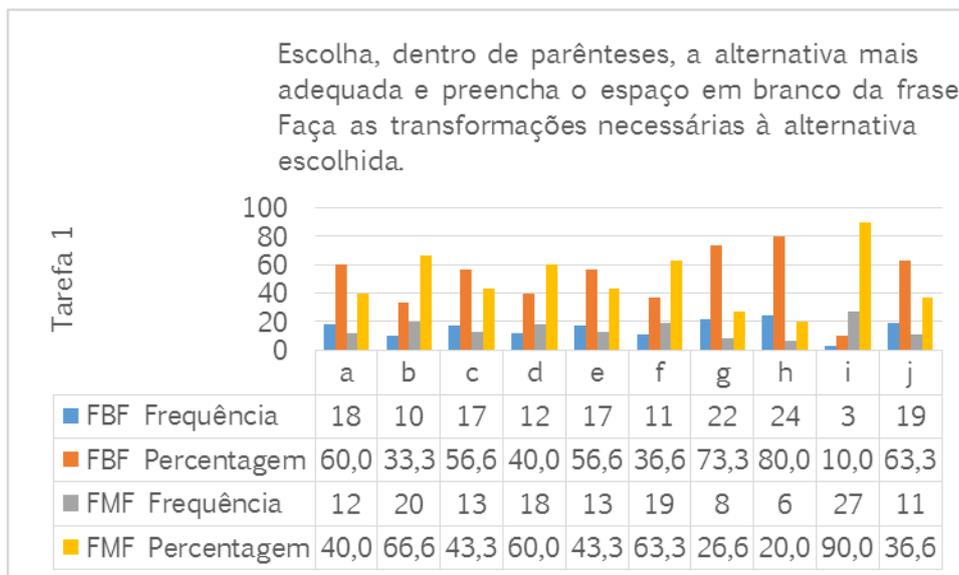


Figura 32 – Processos de concordância

Legenda:

- a) Os _____ (carro, angolano, homem) são um povo da África austral.
- b) Elas recolheram a mercadoria _____ (sozinha, feliz, descontente).
- c) As _____ (casa, pessoa, porta) respeitam a memória dos seus antepassados.
- d) Todos os _____ (falante, dia, dedo) corro pela calçada da vila.
- e) Os alunos são _____ (casa, prédio, empenhado) nos seus estudos.
- f) Eles devem entrar _____ (amarelo, azul, descalço) no templo de Alá.
- g) Aqueles senhores não são _____ (capaz, branco, alegre) de fazer este trabalho.
- h) Nós já estamos habituados a ver os colegas com ____ (aquele, aquela, essa) camisolas.
- i) Com os preços um bocado _____ (baixo, televisor, caneta), podemos viver melhor.
- j) A Paula e o Carlos estiveram _____ (carro, casa, junto) na noite do crime.

Na tarefa 1, na alínea A, 18 (60%) informantes responderam de acordo com o PE contra 12 (40%). Na alínea B, 10 (33,33%) contra 20 (66,67%). Na alínea C, 17 (56,67%) contra 13 (43,33%). Na alínea D, 12 (40%) contra 18 (60%). Na alínea E, 17 (56,67%) contra 13 (43,33%). Na alínea F, 11 (36,67%) contra 19 (63,33%). Na alínea G, 22 (73,33%) contra 8 (26,67%). Na alínea H, 24 (80%) contra 6 (20%). Na alínea I, 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea J, 19 (63,33%) contra 11 (36,67%).

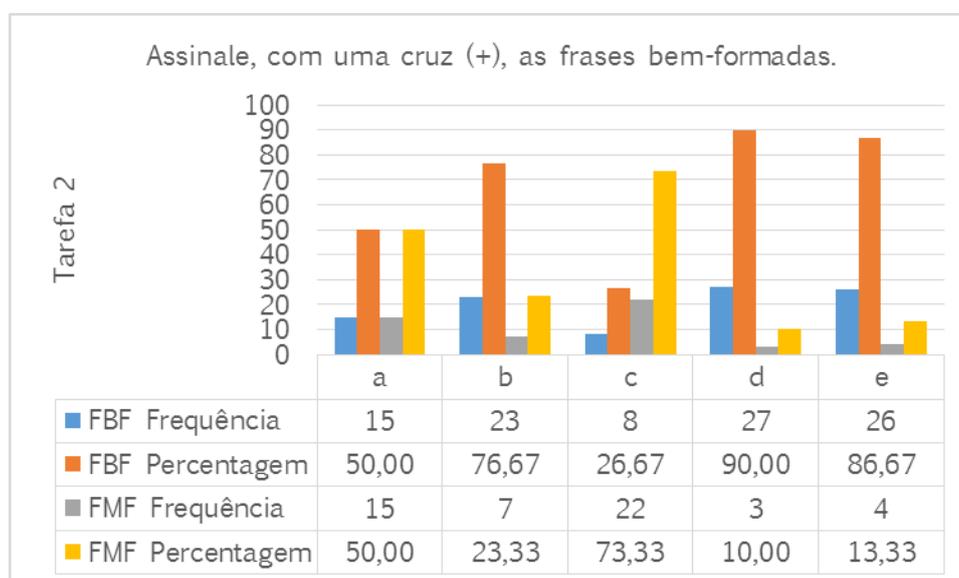


Figura 33 – Processos de concordância

Legenda:

- a) Os aluno e os professor aproveitam qualquer oportunidade para falar de ciência.
- b) Os produto estão acumulados nos armazéns.
- c) As casa dos habitantes do Bairro Camundongo foram engolidas pela intensa chuva de ontem.
- d) Todos os programa da TV nacional são muito interessantes.
- e) Os homem trabalham menos do que as mulheres.

Na tarefa 2, na alínea A, há igualdade do número de informantes: 15 (50%) contra 15 (50%). Na alínea B, 23 (76,67%) contra 7 (23,33%). Na alínea C, 8 (26,67%) contra 22 (73,33%). Na alínea D, 27 (90%) contra 3 (10%). Na alínea E, 26 (86,67%) contra 4 (13,33%).

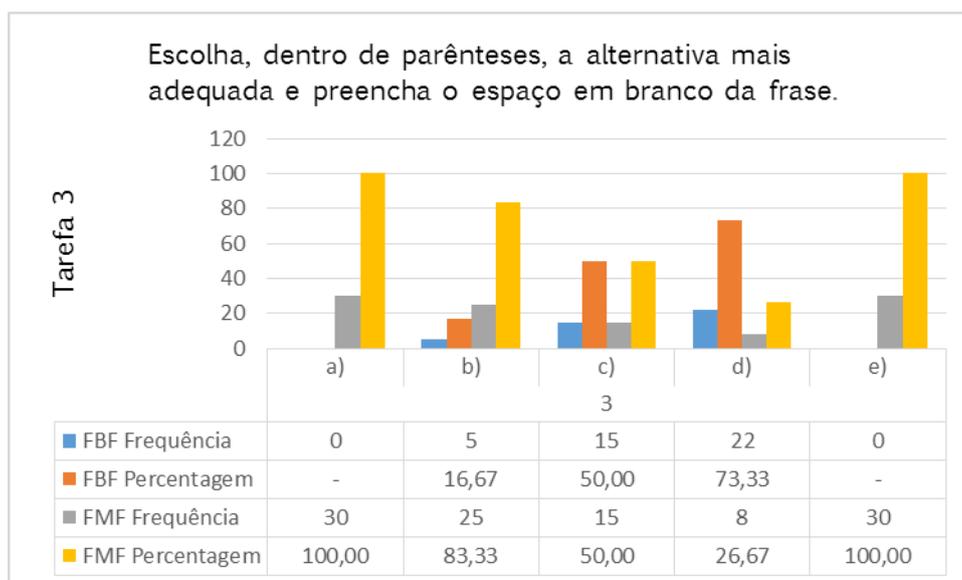


Figura 34 – Processos de concordância

Legenda:

- a) ____ (a, o, os,) guarda-chuva faz falta no Verão.
- b) O _____ (avó, avô, escola) gosta muito de mim.
- c) ____ (a, o, os) guia do grupo é uma senhora.
- d) A senhora não fechou devidamente _____ (as, o, a) porta-bagagem do seu carro.
- e) Tinham _____ (uma, um, o, a) apetite voraz pelo poder.

Na tarefa 3, na alínea A, ninguém (100%) respondeu em conformidade com o PE. Na alínea B, apenas 5 (16,67%) contra 25 (83,33%). Na alínea C, 15 (50%) contra 15 (50%). Na alínea D, 22

(73,33%) contra 8 (26,67%). Na alínea E, ninguém (100%) respondeu de acordo com o PE.

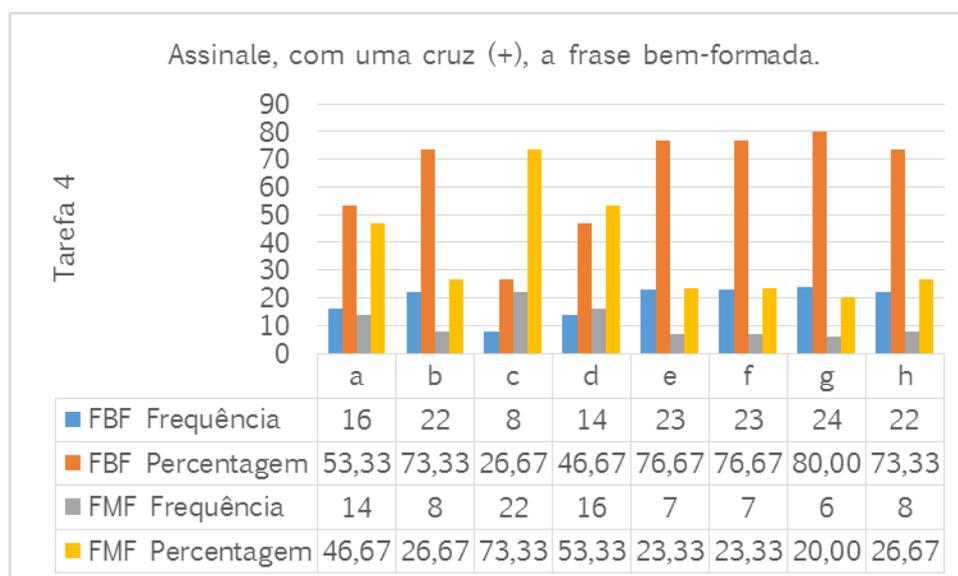


Figura 35 - Processos de concordância

Legenda:

- a) Tu fostes de vez no momento que mais precisei de ti.
- b) Foram eles quem deu o alarme.
- c) Você também achas que para vencer na vida é preciso batalhar?
- d) As crianças que estavam doente perderam o apetite.
- e) Eu sou a pessoa de quem falaste na semana passada.
- f) O salão, cujas as portas precisam de ser pintadas, vai ficar pronto dentro de dias.
- g) Esta é a casa na qual passei toda minha infância.
- h) Vi o homem o qual roubou a tua carteira.

Na tarefa 4, na alínea A, 16 (53,33) informantes responderam em conformidade com o PE contra 14 (46%). Na alínea B, 22 (73,33%) contra 8 (26,67%). Na alínea C, 8 (26,67%) contra 22 (73,33%). Na alínea

D, 14 (46,67%) contra 16 (53,33%). Na alínea E, 23 (76,67%) contra 7 (23,33%). Na alínea F, igualmente 23 (76,67%) contra 7 (23,33%). Na alínea G, 24 (80%) contra 6 (20%). Na alínea H, 22 (73,33) contra 8 (26,67%).

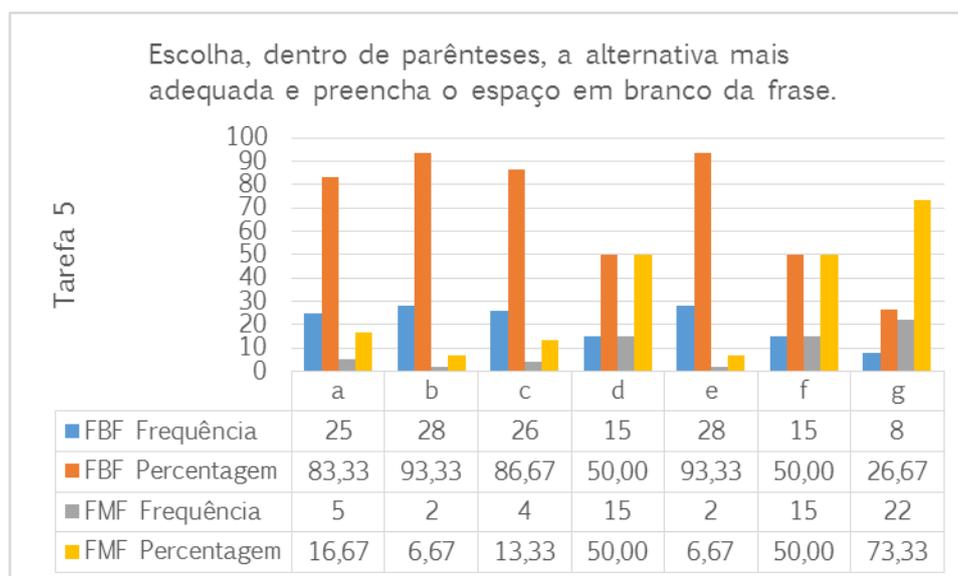


Figura 36 – Processos de concordância

Legenda:

- a) Gostei muito da revista _____ (que, o qual, de que o, cujo) editorial tu escreveste.
- b) Sabe-se o valor da casa _____ (que, onde, cuja) vivemos.
- c) Compraram várias toalhas _____ (que, com as quais, onde) cobriram as mesas.
- d) É uma surpresa _____ (na qual, que, com a qual) o filme tenha ganho o festival.
- e) Eles trouxeram _____ (tudo quanto, que, tudo que) tinham.
- f) Não sei _____ (quem, qual, que) de nós me pode dizer aonde foi o menino.
- g) O homem _____ (o qual, que, a quem) vi é operário.

Na tarefa 5, na alínea A, 25 (83,33) informantes responderam de acordo com o PE contra 5 (16,67%). Na alínea B, 28 (93,33%) contra 2 (6,67%). Na alínea C, 26 (86,67%) contra 4 (13,33%). Na alínea D, 15 (50%) contra 15 (50%). Na alínea E, 28 (93,33%) contra 2 (6,67%). Na alínea F, 15 (50%) contra 15 (50%). Na alínea G, 8 (26,67%) contra 22 (73,33%).

4.1.1.3.1. Caracterização

No conjunto dos informantes, regista-se que o nível de domínio da função e uso de certos processos de concordância indicia alguma instabilidade no PA. Da análise feita, identificámos que

- (i) na aplicação das regras de concordância nominal, os informantes revelam alguma insegurança linguística nos seguintes casos:

- no SN, com a função de sujeito frásico, complemento directo, nem sempre se observa a concordância do determinado com o determinante, nomeadamente quanto ao número.

Exemplo:

PA: As casa dos habitantes do Bairro
Camundongo foram engolidas pela intensa chuva
de ontem.

PE: As casas dos habitantes do Bairro
Camundongo foram engolidas pela intensa chuva
de ontem.

- no SV, nem sempre se observa a concordância dos verbos copulativos com o predicativo do sujeito. Às vezes, a desinência -s do plural está ausente. Exemplo:

PA: Aqueles senhores não são capaz de fazer este trabalho.

PE: Aqueles senhores não são capazes de fazer este trabalho.

- aceitação generalizada do género feminino de certas palavras que, no PE, são masculinas. A alteração do género da forma linguística ocorre no determinante. Exemplo:

PA: A guarda-chuva faz falta no Verão.

A senhora não fechou devidamente a porta-bagagem do seu carro.

Tinham uma appetite voraz pelo poder.

Nota: No entanto, verifica-se que estas formas linguísticas podem ocorrer tanto no masculino, como no feminino, classificando-se, assim, como nomes de género vacilante. Neste caso, geralmente a preferência dos falantes recai sobre o género feminino.

PE: O guarda-chuva faz falta no Verão.

A senhora não fechou devidamente o porta-bagagem do seu carro.

Tinham um appetite voraz pelo poder.

(ii) na aplicação das regras de concordância verbal, os informantes revelam alguma insegurança linguística nos seguintes casos:

- normalmente quando o sujeito frásico é a forma de tratamento *você*. Exemplo:

PA: Você também achas que para vencer na vida é preciso batalhar?

PE: [...] também acha que para vencer na vida é preciso batalhar?

A tendência para a não observância do paradigma da concordância nominal decorre aparentemente da interferência da gramática das línguas bantu. Conforme se pode ver no conjunto das características gerais dessas línguas, regra geral, os nomes organizam-se em classes. A variação de número é determinada por um classificativo, que, mais do que esta função, determina a classe à qual uma determinada palavra pertence. Frases como as que apresentamos abaixo são uma evidência de tal interferência, assumindo-se, pouco a pouco, como uma construção normalizada. As frases abaixo foram extraídas da figura 32 (p. 185) e correspondem às alíneas A e E:

PA: Os angolano[-] são um povo da África austral.
Os alunos são empenhado[-] nos seus estudos.

PE: Os angolanos são um povo da África austral.
Os alunos são empenhados nos seus estudos.

4.1.1.4. Padrões de graduação e comparação

Neste tópic, apresentaremos algumas construções de graduação e comparação que transmitem ideias relacionadas com a expressão do grau, na classe dos adjectivos. No PE, a graduação e comparação podem ser expressas por processos sintácticos ou morfológicos. No PA, verificamos que co-ocorrem novos paradigmas de comparação.

Nos dois gráficos da página seguinte, a tarefa 1 consiste num exercício de verificação. A tarefa 2 assenta num exercício de completamento.

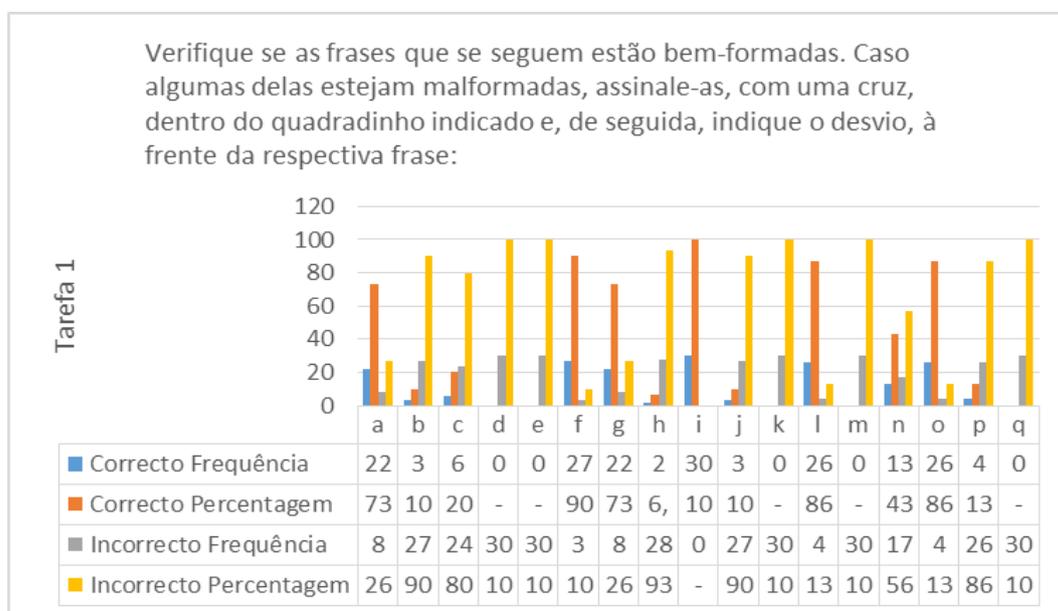


Figura 37 – Processos de graduação/comparação

Legenda:

- a) O Carlos é mais aplicado do que o Sapalo.
- b) O Libongo é tão alto como o pai é gordo.
- c) A Ana é mais velha da Elsa.
- d) Eu sou mais velha dele.
- e) Ela é mais velha do Castilho.

- f) O Mário descansa menos do que trabalha.
- g) A raposa corre tão depressa como o galo.
- h) As pêras são mais boas do que as maçãs.
- i) O Cambinda tem menos filhos que o Soba da aldeia.
- j) Esta sala é mais grande do que aquela.
- k) Eles já comeram pêras mais piores do que estas.
- l) Não tenho tantos livros do que gostaria de ter.
- m) A Rosa acha a Bela mais simpática em relação à Marta.
- n) Os carros andam mais depressa do que os motociclos andam.
- o) O Kisanga comprou um carro menor do que precisava.
- p) O António tem oferecido menos livros à escola do que o Chicalo tem.
- q) A Emília gosta do Pedro e do Sebastião da mesma maneira.

Na tarefa 1, na alínea A, 22 (73,33) informantes responderam em conformidade com o PE contra 8 (26,67%). Na alínea B, 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea C, 6 (20%) contra 24 (80%). Na alínea D, nada se registou. Na alínea E, igualmente. Na alínea F, 27 (90%) contra 3 (10%). Na alínea G, 22 (73,33) contra 8 (26,67%). Na alínea H, 2 (6,67%) contra 28 (93,33%). Na alínea I, todos os informantes responderam de acordo com o PE (100%). Na alínea J, 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea K, nada se registou. Na alínea L, 26 (86,67%) contra 4 (13,33%). Na alínea M, nada se registou. Na alínea N, 13 (43,3%) contra 17 (56,6%). Na alínea O, 26 (86,67%) contra 4 (13,33%). Na alínea P, 4 (13,33) contra 26 (86,67). Na alínea Q, nada se registou (0%).

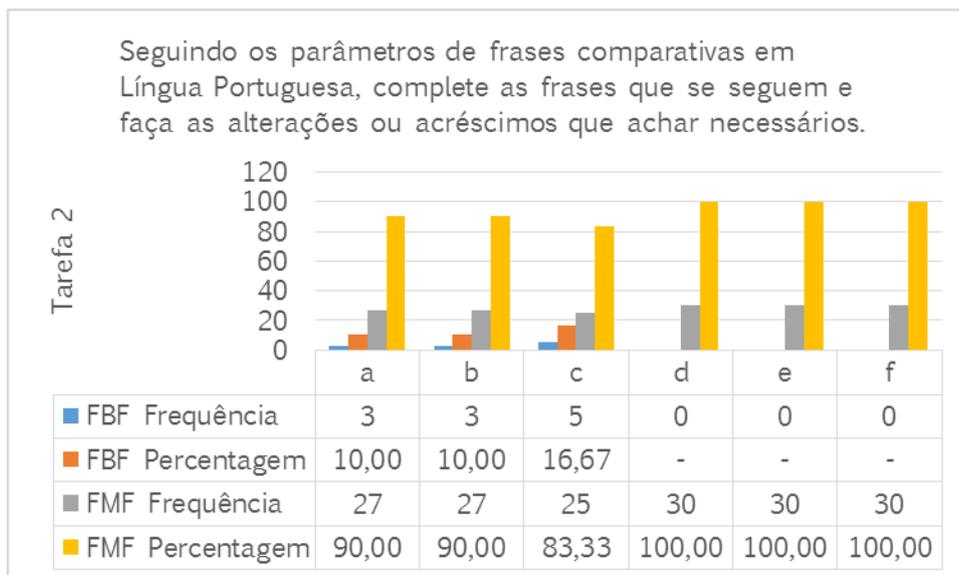


Figura 38 – Processos de graduação/comparação

Legenda:

- O Amaro é _____ inteligente _____ o João _____ trabalhador.
- Ele consultou _____ livros _____ revistas.
- A Ana é _____ alta _____ tu és.
- Frequentei _____ cursos _____ era suposto.
- A Marta come _____ tantos gelados num dia _____ tu consegues comer num mês.
- O Franklin é _____ magra _____ a mãe _____.

Na tarefa 2, na alínea A, 3 (10%) informantes responderam segundo o PE contra 27 (90%). Na alínea B, igualmente 3 (10%) contra 27 (90%). Na alínea C, 5 (16,67%) contra 25 (83,33%). Na alínea D, nada se registou. Na alínea E e na F, igualmente.

4.1.1.4.1. Caracterização

São caracterizadas como comparativas as frases em que, através da presença de um conector [no PE, *como* ou (*do*) *que*]⁶⁹, se estabelece uma comparação entre duas expressões linguísticas, tendo em vista o grau de intensidade das propriedades ou estados de coisas por elas denotados ou as quantidades das entidades nelas referidas (cf. Mateus *et al.*, *op. cit.*, p. 732). Um item lexical designando quantidade ou grau ocorre no primeiro termo de comparação, e o[-s] outro[-s], no segundo. Para Cunha & Cintra (*op. cit.*, p. 583), as frases comparativas também se constroem com os conectores *que*, *qual* (depois de *tal*), quanto (depois de *tanto*), *assim como*, *bem como*, *como se*, *que nem*.

No conjunto dos informantes envolvidos neste estudo, regista-se que, ao nível do domínio da função e uso de certos paradigmas de construções de graduação e comparação, se acrescentam novos paradigmas de construção, para além do enfraquecimento dos paradigmas, tal como se observou na tarefa 2 da figura 37 (p. 193). Da análise feita, pode concluir-se que

- (i) há uma aceitação generalizada de um novo paradigma cujos operadores de comparação assentam na seguinte estrutura sintáctica: [adv. + adj. + prep. (*de*) + termo comparado]. Essa preposição, quando sucedida por um artigo ou pronome pessoal forte, contrai-se. Exemplo:

PA: Eu sou mais velha dele.

Ela é mais velha do Castilho.

⁶⁹ operadores de construções comparativas prototípicas

PE: Eu sou mais velha do que ele.

Ela é mais velha do que o Castilho.

Nota: Provavelmente este tipo de construção realiza-se apenas com o adjectivo *velho* como primeiro termo de comparação.

- (ii) os adjectivos *bom*, *mau* e *grande*, nem sempre seguem as formas lexicais especiais para indicar o grau comparativo de superioridade – respectivamente, *melhor*, *pior* e *maior*, mas sim, normalmente aparecem a seguir ao advérbio *mais*.

Exemplo:

PA: As pêras são mais boas do que as maçãs.

Esta sala é mais grande do que aquela.

PE: As pêras são melhores do que as maçãs.

Esta sala é maior do que aquela.

- (iii) se juntam aos conectores de comparação a expressão *do mesmo modo*, *da mesma maneira*, *da mesma forma* em detrimento da expressão *tanto... quanto...*, ou a expressão *em relação a...* em detrimento da expressão *do que...*

PA: A Rosa acha a Bela mais simpática em relação à Marta.

PE: A Rosa acha a Bela mais simpática do que a Marta.

A ausência ou enfraquecimento de paradigmas prototípicos de graduação e comparação e a ocorrência de novos paradigmas, nomeadamente os referidos no tópico anterior, tornam o PA uma variedade mais simplificada da LP. Este facto serve de evidência para aquilo que Martinet (1992: 164) defende, ao dizer que:

«A evolução linguística pode considerar-se regida pela antinomia permanente entre as necessidades comunicativas do homem e a sua tendência para reduzir ao mínimo a actividade mental e física. Neste domínio, como noutros, obedece o comportamento humano à lei do menor esforço, de acordo com a qual o homem só despende energia na medida em que esta lhe permite atingir os objectivos que pretende».

Madonia (1976: 67-71), seguindo Martinet (*op. cit.*), refere que, em linguística, quanto a este facto, emprega-se o termo economia, que pressupõe uma concepção dinâmica da língua. Se se emprega o conceito de economia, é porque se postula que nas trocas linguísticas existe dispêndio de energia física e mental com o objectivo de satisfazer necessidades, e que o dispêndio de energia tende a ser proporcional à massa de informação transmitida. Assim, o princípio de economia regula o comportamento linguístico, isto é, a energia poupada num ponto será despendida de modo mais eficaz num outro. Em síntese, a necessidade de comunicar, a lei do menor esforço, a conformação e funcionamento dos órgãos, constituem o quadro permanente de toda a economia linguística. No caso do PA, por exemplo, a co-ocorrência de outros paradigmas de graduação e comparação, para além de outras particularidades linguísticas, que tornam a LP mais simplificada, não acarreta qualquer problema de inteligibilidade discursiva. Antes pelo contrário, satisfaz as necessidades comunicativas dos falantes.

Note-se também o efeito de uma influência natural no comportamento linguístico dos informantes: a situação do ensino da LP num contexto social onde o ensino formal do Português, quer como L1, quer como L2, é ainda deficitário. O papel da escola impor-se-ia para fazer face a determinadas construções surgidas no português popular em Angola e controlá-las; não para as inibir, mas sim para as estudar, sistematizar e, com base nessa sistematização, elaborar estratégias de uma pedagogia “desinibidora”, visando o desenvolvimento do desempenho dos falantes.

4.1.1.5. Regência

Em algumas gramáticas tradicionais, a regência tem um âmbito mais vasto, cobrindo qualquer relação de dependência entre palavras como, por exemplo, entre substantivo e adjectivo atributivo: “um escritor exímio”; ou entre substantivo e oração relativa: “o escritor que eu aprecio” (Raposo *et al. ibid.*, pp. 1160-1161). No presente trabalho, seguiremos o sentido que Raposo *et al. (ibid.)* atribuem a este termo: o da relação entre o núcleo de um sintagma e os seus complementos.

No sintagma, a relação estabelecida entre categorias selecciona uma que serve de complemento à outra. Neste caso, o núcleo do sintagma é a categoria regente e os complementos seleccionados por esse núcleo constituem as categorias regidas. Por um lado, apresentaremos casos da relação de dependência que existe entre um verbo pleno e a preposição que introduz um complemento preposicionado, com a função sintáctica de complemento directo, indirecto ou oblíquo. A este tipo de relação de dependência chama-se regência verbal. Por outro, apresentaremos casos da relação de

dependência que existe entre um nome e a preposição que introduz um complemento preposicionado, com a função sintáctica de complemento nominal. A este tipo de relação de dependência chama-se regência nominal.

Nos dois gráficos que se seguem, podemos observar duas tarefas:

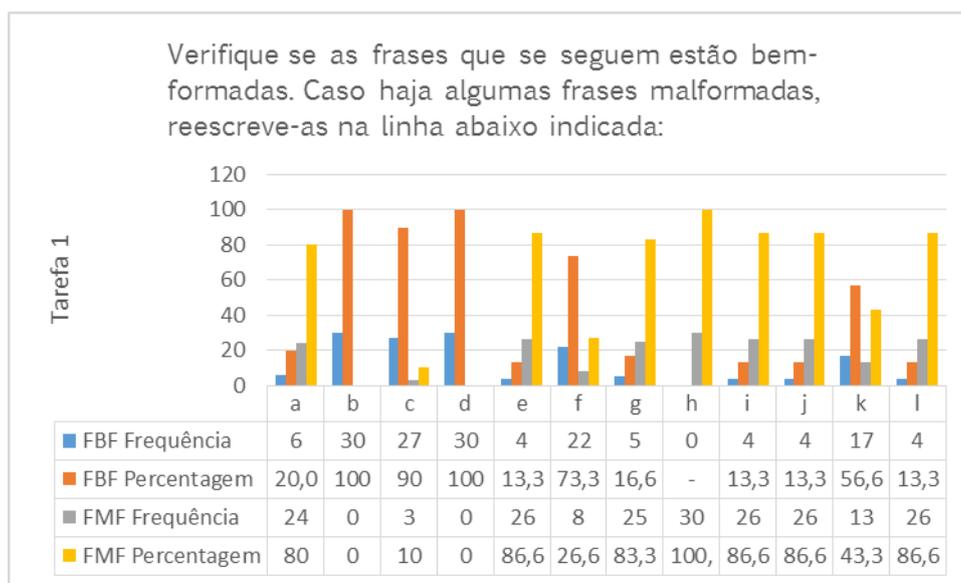


Figura 39 – Regência verbal

Legenda:

- a) Não consigo *acomodar-me* nesta situação. (*adaptação*)
- b) O homem *aconselhou* o seu filho para não sair de casa. (*sugestão*)
- c) O Pedro *acomodou-se* num pequeno hotel. (*alojamento*)
- d) O professor *acusou* a aluna *de* desonesta. (*culpa*)
- e) O Carlos *admira-se* muito *do* saber do seu pai. (*surpresa*)
- f) Todo o mundo *aderiu* o projecto do movimento ecológico. (*associação*)
- g) Não *aguento* o peso dos sacos das compras. (*suportar*)
- h) *Anseio* bons resultados na actividade estudantil da minha filha. (*desejo*)
- i) O médico *ausentou-se* no seu local de trabalho por muito tempo. (*afastamento*)
- j) A Rosa *foi na* escola muito descontente. (*deslocação, movimento*)

- k) *Assistimos* o trágico acidente, desde o seu princípio. (*presenciar*)
- l) Todos os alunos *queixaram* a Prof.^a Rita no Director da Escola porque ela não tem dado aulas. (*denúncia*)

Na tarefa 1, na alínea A, 6 (20%) informantes responderam seguindo o PE contra 24 (80%). Na alínea B, todos os informantes responderam em conformidade com o PE (100%). Na alínea C, 27 (90%) contra 3 (10%). Na alínea D, todos os informantes responderam de acordo com o PE (100%). Na alínea E, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea F, 22 (73,33%) contra 8 (26,67%). Na alínea G, 5 (16,67%) contra 25 (83,33%). Na alínea H, nada se registou. Na alínea I, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea J, igualmente 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea K, 17 (56,6) contra 13 (43,3%). Na alínea L, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%).

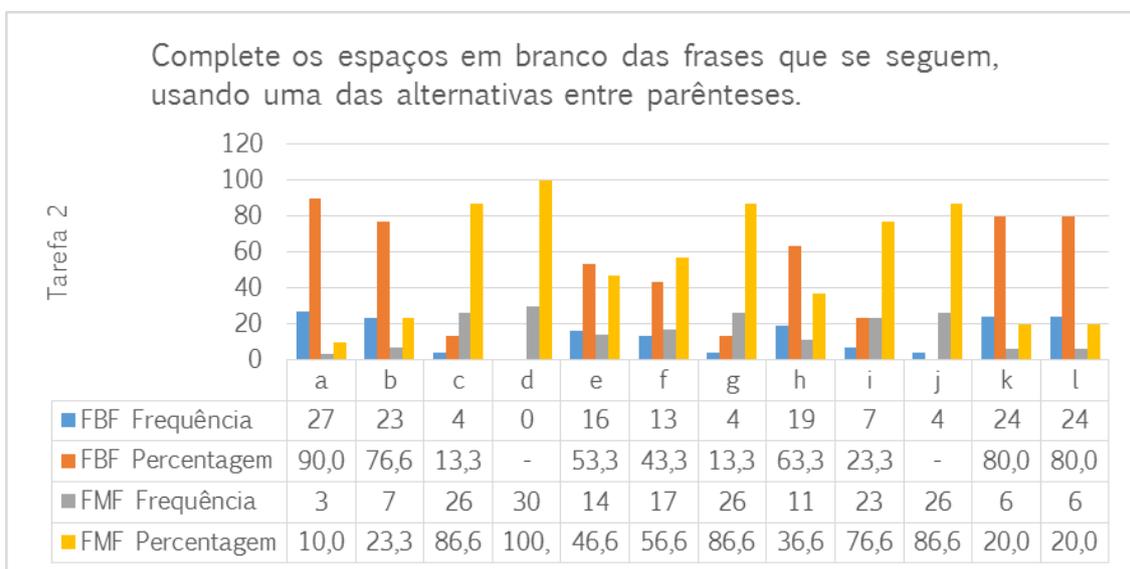


Figura 40 – Regência nominal

Legenda:

- a) Dificulta-me, desta maneira, o *acesso* _____ (à, para, na) cidade.
- b) O Paulo foi *aconselhado* _____ (a, em, para) procurar outro emprego.
- c) Estou *acostumado* _____ (em, a, com) os imprevistos.
- d) Expressou uma *adesão* profunda _____ (em, a, com) objectivos do progresso.
- e) Estou *ansioso* _____ (em, para, por) ouvir as suas palavras.
- f) Estava *decidido* _____ (em, a, por) dar-lhe uma lição.
- g) Tornou-se quase proverbial a sua *dedicação* _____ (a, por, em) pobres.
- h) Era uma carta *escrita* _____ (a, de, com) lápis.
- i) Durante o conflito, eu tinha muito *medo* _____ (de, com, a) as balas.
- j) Eu *prefiro* vinho do Porto _____ (do que, a, de) qualquer outra bebida.
- k) A senhora *gosta* _____ (o, do, pelo) menino como se fosse seu filho.
- l) Vi aproximar-se uma rapariga vestida _____ (à, de, por) europeia.

Na tarefa 2, na alínea A, 27 (90%) informantes responderam de acordo com o PE contra 3 (10%). Na alínea B, 23 (76,67) contra 7 (23,33). Na alínea C, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea D, nada se registou. Na alínea E, 16 (53,33%) contra 14 (46,67%). Na alínea F, 13 (43,3%) contra 17 (56,6%). Na alínea G, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea H, 19 (63,33) contra 11 (36,67). Na alínea I, 7 (23,33) contra 23 (76,67). Na alínea J, 4 (13,33%) contra 26 (86,67%). Na alínea K, 24 (80%) contra 6 (20%). Na alínea L, igualmente 24 (80%) contra 6 (20%).

4.1.1.5.1. Caracterização

Neste tópico, estabelecemos algumas particularidades sintáticas dos processos de regência, dos nomes e dos verbos que divergem entre si quanto aos quadros que permitem. Em geral, no PA, os verbos podem associar-se a um quadro de regência bastante variável, sendo que alguns regem alternadamente mais do que uma preposição. Tal é o caso, por exemplo, do verbo ir, com possibilidade de selecionar as preposições em e de, o que afectaria o conteúdo semântico do verbo. Veja-se o exemplo adiante em (vi).

No conjunto dos informantes envolvidos neste estudo, regista-se uma instabilidade no domínio de alguns paradigmas dos processos sintáticos de regência (nominal e verbal). Da análise feita, verificámos que

- (i) há uma aceitação generalizada de substituição da preposição a pela preposição em, sempre que a categoria regente é o verbo *acomodar* (na acepção de “adaptação”). A preposição e o complemento do verbo formam um SP. Exemplo:

PA: Não consigo *acomodar-me* nesta situação. (*adaptação*)

PE: Não consigo *acomodar-me* a esta situação. (*adaptação*)

- (ii) há uma aceitação de apagamento da preposição a sempre que a categoria regente é o verbo aderir. Neste caso, o verbo não rege nenhuma preposição e o seu complemento não constitui um SP. O mesmo sucede com os verbos aguentar e

assistir, tal como podemos verificar nos pontos (iii)

e (v). Exemplo:

PA: Todo o mundo aderiu o projecto do movimento ecológico. (*associação*)

PE: Todo o mundo aderiu ao projecto do movimento ecológico. (*associação*)

(iii) há uma aceitação generalizada de apagamento da preposição com sempre que a categoria regente é o verbo aguentar. Exemplo:

PA: Não aguento o peso dos sacos das compras. (*suportar*)

PE: Não aguento com o peso dos sacos das compras. (*suportar*)

(iv) há uma aceitação generalizada de substituição da preposição em pela preposição de, sempre que a categoria regente é o verbo ausentar. Exemplo:

PA: O médico ausentou-se no seu local de trabalho por muito tempo. (*afastamento*)

PE: O médico ausentou-se do seu local de trabalho por muito tempo. (*afastamento*)

(v) há uma aceitação de apagamento da preposição a sempre que a categoria regente é o verbo assistir. Exemplo:

PA: Assistimos o trágico acidente, desde o seu princípio. (*presenciar*)

PE: Assistimos ao trágico acidente, desde o seu princípio.
(*presenciar*)

(vi) há uma aceitação generalizada da substituição da preposição a pela preposição em, sempre que a categoria regente é o verbo ir. Exemplo:

PA: A Rosa *foi na* escola muito descontente. (deslocação, movimento)

PE: A Rosa *foi à* escola muito descontente. (deslocação, movimento)

(vii) há não só uma aceitação generalizada de substituição da preposição a pela preposição em, como também uma aceitação generalizada do apagamento da preposição de, sempre que a categoria regente é o verbo queixar(-se). Exemplo:

PA: Todos os alunos queixaram a Prof.^a Rita no Director da Escola porque ela não tem dado aulas. (*denúncia*)

PE: Todos os alunos se queixaram da Prof.^a Rita ao Director da Escola porque ela não tem dado aulas.
(*denúncia*)

(viii) há uma aceitação generalizada de substituição da preposição a pela locução subordinativa de comparação do que, sempre que a categoria regente é o verbo preferir. Exemplo:

PA: Eu prefiro vinho do Porto do que qualquer outra bebida.

PE: Eu prefiro vinho do Porto a qualquer outra bebida.

(ix) há uma aceitação de substituição da preposição a pela preposição para, sempre que a categoria regente é o nome acesso. Exemplo:

PA: Dificulta-me, desta maneira, o acesso para a cidade.

PE: Dificulta-me, desta maneira, o acesso à cidade.

(x) há uma aceitação generalizada de substituição da preposição a pela preposição em, sempre que a categoria regente é o nome adesão. Exemplo:

PA: Expressou uma adesão profunda nos objectivos do progresso.

PE: Expressou uma adesão profunda aos objectivos do progresso.

(xi) há uma aceitação de substituição da preposição a pela preposição por, sempre que a categoria regente é o nome dedicação. Exemplo:

PA: Tornou-se quase proverbial a sua dedicação por pobres.

PE: Tornou-se quase proverbial a sua dedicação aos pobres.

(xii) há uma aceitação generalizada de substituição da preposição de pela preposição com, sempre que a categoria regente é o nome medo.

PA: Durante o conflito, eu tinha muito medo com as balas.

PE: Durante o conflito, eu tinha muito medo das balas.

Obs. Quando a categoria regente é um nome deverbal, numa nominalização, os seus argumentos correspondem aos do verbo relacionado com o nome, ou seja, o nome herda as propriedades de regência do verbo que lhe corresponde (cf. Raposo *et al., ibid.*, pp. 1512-1513), tal como se pôde ver anteriormente nos pontos (ix), (x) e (xi).

Se, no PE, estão entre as preposições mais frequentes *de, a, com, em, para* e *por* (cf. Raposo *et al., ibid.*, p. 1503); no PA, tal como se pode concluir a partir do nosso trabalho, destaca-se a preposição “em”, sendo a preposição “a” a mais sujeita a alterações ou mudanças. Serão necessários muitos estudos para sustentar a hipótese de que, no PA, a função e uso de preposições, no quadro das regências, constituem um domínio simples, ao contrário do que sucede no PE, por se verificar uma tendência para a generalização da preposição *em*, tal como referimos anteriormente.

Designa-se por “substituição de preposições” o processo de permuta nelas registado. Determinada preposição deixa de ocorrer num contexto que lhe é característico no PE, sendo substituída por outra preposição. Por “apagamento de preposições”, designa-se o processo de anulação de preposições, ou seja, a não realização, no PA, da preposição que ocorre num contexto que lhe é característico no PE (Cabral, 2005: 103, 111). Tudo isto pode ser interpretado como indicador da presença de novos valores semânticos das preposições no

português falado em Angola. Por exemplo, no PE, o verbo *ir*, quando selecciona ou a preposição *para* ou a preposição *a*, em conformidade com o contexto frásico, assume o conteúdo semântico de movimento direccional dinâmico, marcando um constituinte com o valor de destino. Neste caso, os informantes não fazem nenhum juízo de agramaticalidade, estando em causa um verbo que rege uma preposição com um conteúdo semântico de localização espacial estática de um ser no lugar que ocupa, como sucederia no PE com o verbo *ficar*, como no exemplo:

A Rosa ficou na escola muito descontente. (v. ficar + prep. em)

Pressupomos que, mesmo assim, na gramática dos informantes, se mantém vivo o conteúdo de movimento direccional dinâmico contido no verbo *ir*, enquanto regente da preposição *em*. Neste caso, a diferença que se estabelece entre o PE e o PA é apenas de forma e não de conteúdo.

4.1.2. Nível fónico

Para qualquer falante, independentemente do seu estatuto social, do seu nível de escolaridade ou outros factores, as diferenças mais evidentes entre as variedades de uma língua são de ordem fonética, até se ir apercebendo das diferenças sintáctico-morfológicas, lexicais, etc. Efectivamente, é nitidamente sensível a diferença entre o PE e o PA em relação às vogais átonas que são muito mais audíveis no PA do que no PE, sendo, nesta variedade, muito reduzidas, o que leva, por vezes, ao ensurdecimento dos sons. Esse ensurdecimento é um dos principais

factores de distinção entre a variedade europeia e a angolana, já que nesta última a redução, quando existe, é muito menor.

No presente tópico, do PA abordaremos os sistemas vocálico e consonântico, além de um caso supra-segmental, a sílaba, e de alguns processos fonológicos. Partimos do pressuposto de que boa parte das diferenças fonéticas assentam numa ordem de configurações articulatórias moldadas pelos hábitos resultantes do contacto⁷⁰ linguístico.

A aceitação generalizada da eliminação sistemática das vogais não acentuadas aproxima o sistema vocálico do PA do das línguas bantu. A partir do nosso trabalho, verificamos que os aspectos fonético-fonológicos do PA estão ainda por ser estudados, apesar de termos encontrado constatações de certos autores, que, a seguir, destacaremos.

Marques (1983: 217-218) partiu de algumas características das línguas Kikongo, Umbundu e Kimbundu, a fim de, e a título de exemplo, demonstrar as interferências das estruturas bantu no PA. De entre os casos apresentados, destaca-se o seguinte, frequente no discurso dos falantes do Umbundu: o ensurdecimento do [z] em [s] intervocálico, como ['kaza, 'mɛza] em ['kasa, 'mɛsa], por não existir no sistema consonântico do Umbundu aquela fricativa sonora.

Carrasco (1987: 91) fez a mesma constatação em relação à fricativa sonora referindo a sua inexistência e, no mesmo processo fonético, refere a inexistência das oclusivas sonoras:

- [b], como em ['pɔla] ao invés de ['bɔla];
- [g], como em ['karfu] ao invés de ['garfu];

⁷⁰ Endruschat (1990: 11) refere igualmente que, no sistema fonético-fonológico do PA existem características particulares não conhecidas no PE que derivam indubitavelmente das línguas bantu.

- [d], como em ['pjataʃ] ao invés de ['pjadaʃ].

O autor constata ainda a alternância não sistemática entre a vibrante alveolar [r] e a vibrante palatal [R], como em [a'Reia], [korɛtu]. Num outro caso, o autor constata a palatalização do [l], como em [fa'miɫa], e a não observância na redução das vogais átonas.

Mingas (1998: 115) indica, sem exemplos e de forma assistemática, alguns traços que, segundo ela, «constituem um conjunto de elementos que permitem ao “angolano” diferenciar-se quer do português padrão, quer das línguas africanas do país», tais como a monotongação dos ditongos portugueses, a substituição da vibrante pela lateral alveolar, e a pré-nasalização de certas consoantes.

Da revisão bibliográfica efectuada, podemos concluir que continuam a não existir estudos fonético-fonológicos sistemáticos, fundamentados, do PA. Até ao momento, boa parte dos autores analisados limitou-se a fazer um levantamento de elementos que podem ser interpretados como traços característicos do PA, mas a falta de um trabalho rigoroso e sistematizado não permite um conhecimento profundo da situação desse subsistema da língua. Para aquilo que são os nossos interesses em relação ao estudo da norma culta do PA, os trabalhos existentes nesse domínio pouco serviram como referência, pelo facto de explorarem sobretudo traços do português popular angolano. Raposo *et al.* (2013) referem que «no conjunto de estudos já disponíveis sobre o PA, quase não figuram pesquisas sobre os aspectos fónicos que o distinguem do PE».

4.1.2.1. Sistema vocálico

A base de análise dos dados que se seguem é contrastiva, demonstrando aquilo que pode distinguir o PA do PE:

(1) [e] – vogal oral central média

Não observámos a *realização* da vogal oral central média, em posição átona junto de consoante. Se no PE esta vogal é neutra, ou seja, reduzida, como, por exemplo, em ['kaze] – casa; no PA, ela não é reduzida, ['kaza]. Tendencialmente os falantes neutralizam a redução, tornando a referida vogal mais audível, à semelhança do que acontece no PB.

(2) [ɛ] – vogal oral palatal aberta

No PA, esta vogal tende a ser mais frequente do que a vogal oral palatal média [e]. Não são raros os casos em que, inclusive, ela a substitui. Quando no PE, por exemplo, temos [bi'lezə]; no PA temos [be'leza].

(3) [e] – vogal oral palatal média

Retomando o que dissemos atrás, esta vogal, quando realizada, aparece geralmente a substituir a vogal oral central fechada [i]. Note-se, por exemplo, os seguintes casos:

PA: [atrope'tar], [ẽpobre'sgr]

PE: [ɐtrupi'tar],[ẽpubri'ser]

(4) [i] – vogal oral central fechada

No entanto, apesar da tendência para a não realização desta vogal no PA, ainda assim, podemos registá-la, quando sim, em posição átona final. Note-se, por exemplo, os seguintes casos:

PA: ['disi], [prezi'dẽti]

PE: ['disi], [prizi'dẽti]

(5) [ɔ] – vogal oral velar aberta

No PA, esta vogal é mais frequente do que a vogal velar média [o]. Verificamos uma tendência maior para a abertura das vogais do que o contrário. Tome-se como exemplo os seguintes casos:

PA: [deʒ'gɔftu]

PE: [diʒ'goftu]

PA: [a'vɔ], *substantivo masculino*

PE: [ɐ'vo], *substantivo masculino*

(6) [o] – vogal oral velar média

Esta vogal, quando pronunciada, em alguns casos, ocorre em substituição da vogal velar fechada [u]. Ou melhor, se no PE é uma velar fechada que se ouve, já no PA é frequentemente uma velar média:

PA: [mo'rar], [namo'rar]

PE: [mu'rar],[nemu'rar]

Observe-se, porém, o seguinte contraste:

PA: ['kumu]

PE: ['komu]

Observação: Sempre que se tratar de um articulador de discurso, aparentemente ocorre por oposição à forma verbal de *comer*.

(7) [ã] – vogal nasal central média

Na nossa recolha, não registamos esta vogal. Verificamos que o que existe é uma vogal central aberta, também nasal [ã]. Deste modo, é uma exclusividade do PA, por oposição ao PE. Vejam-se os seguintes casos:

PA: [re'kãtu], ['ãsja]

PE: [ri'kotu], ['osjə]

Constatamos que é nas posições átonas que o número de fonemas vocálicos é, geralmente, reduzido. Das treze vogais do PA – contra as catorze (14) do PE – oito são orais, e cinco são nasais. Note-se que uma destas vogais nasais – a vogal central aberta – é uma exclusividade do PA, por oposição ao sistema vocálico do PE. Enquanto

no PE temos a vogal nasal central média [ã], no PA temos uma diferente: a vogal nasal central aberta [ã̃].

Assim, o número de fonemas não varia apenas de língua para língua. Dentro de uma mesma língua, por vários factores, o número de fonemas pode variar de variedade linguística para variedade linguística (isto é, de país para país), ou ainda, de dialecto para dialecto (isto é, de região para região, dentro de um mesmo país).

Em relação às vogais oral central fechada [i] e às orais palatais aberta [ɛ] e média [e], de um modo geral e de forma muito natural, a ocorrência indicia a existência de uma regra: A palatal média é predominante no PA quando, por oposição ao PE, substitui a central fechada. De outro modo, a predominância é da palatal aberta. Quanto às vogais velares, registamos que a velar fechada [u] é, geralmente, substituída pela velar média [o]. Contudo, o contrário também se pode dar.

Em geral, é importante destacar que já é uma marca do PA a tendência para a maior abertura das vogais. Esta constatação leva-nos a concluir que, ao contrário do que acontece no PE, regra geral, no PA há uma tendência para o abaixamento das vogais de um grau.

A figura que se segue reúne as vogais do PA nas suas diferentes realizações alofónicas contextuais, sendo oito (8) orais e cinco (5) nasais, o que totaliza treze (13), em contraste com as 14 do PE.

Vogais orais					Vogais nasais			
classificação	tónicas	exemplos	átonas	exemplos	classificação	tonicas	exemplos	átonas
central aberta	[a]	ma <u>l</u> a	[a]	ma <u>l</u> a	central aberta	[ã]	ca <u>n</u> to	∅
central fechada	∅	∅	[i]	fi <u>l</u> me	palatal média	[ẽ]	pe <u>n</u> te	∅
palatal aberta	[ɛ]	me <u>d</u> o	∅	∅	palatal fechada	[ĩ]	pi <u>n</u> to	∅
palatal média	[e]	me <u>r</u> ecer	∅	∅	velar média	[õ]	co <u>n</u> to	∅
palatal fechada	[i]	ni <u>n</u> ho	∅	∅	velar fechada	[ũ]	fu <u>n</u> do	∅
velar aberta	[ɔ]	po <u>r</u> ta	∅	∅				
velar média	∅	∅	[o]	mo <u>r</u> ar				
velar fechada	[u]	c <u>u</u> me	[u]	bo <u>l</u> o				

Figura 41 - Vogais do PA

As semivogais, [aj] = pai; [we] = língua, mantêm-se no PA, apesar de se registar, em certos casos, uma tendência para o seu apagamento e conseqüente destruição dos ditongos:

PA: [di'ɲɛru]

PE: [di'ɲɛjru]

É importante referir que o presente quadro das vogais do PA está ainda em construção, pelo que deixa em aberto um campo vasto de estudos relativos ao sistema vocálico do PA, para futuras investigações.

4.1.2.2. Sistema consonântico

Quanto ao sistema consonântico, tal como no vocálico, a partir da oralidade de indivíduos nacionais residentes em Angola, que integram a franja escolarizada da sociedade, com médio-alto nível de instrução, efectuámos um levantamento de elementos que se mostra serem característicos desse domínio, opondo-se à norma europeia. Assim, da análise feita, apresentaremos dois casos, sendo o primeiro, subdividido em dois aspectos:

1.º Caso:

[ʃ] – consoante oral fricativa palatal surda

1. Em certos vocábulos em que este fonema ocorre, particularmente em posição final da sílaba, quando é a primeira de um vocábulo, dissilábico ou polissilábico, geralmente é suprimido, dando lugar à realização de um ditongo. Exemplo:

PA: [krej'sɛr], [dekrej'sɛr]

PE: [kriʃ'sɛr], [dikriʃ'sɛr]

A regra que daí decorre é que quando a fricativa palatal é precedida da fricativa linguodental, tal como sucede no PE; no PA, realiza-se a semivogal [j] com a qual a vogal anterior forma um ditongo decrescente.

2. Quando não, realiza-se a palatal, mas, em contrapartida, ela abafa o som seguinte – o da linguodental, observando-se uma palatalização desta última consoante. Esta característica coabita com a do ponto anterior. Para este caso, a regra que daí decorre é que a consoante fricativa

palatal suprime a consoante seguinte sempre que esta for uma fricativa linguodental. Exemplo:

PA: [kref'ɛr], [dekref'ɛr]

PE: [kriʃ'ser], [dikriʃ'ser]

2.º Caso:

Para além deste fenómeno, encontramos um conjunto de consoantes nasais específicas do PA a par das já existentes no PE. Isto decorre do facto de o PA incorporar certos vocábulos das línguas bantu designando realidades, ideologias, crenças, localidades, património, etc., próprias da angolanidade. Trata-se de cinco consoantes nasais. Para a representação fonológica destas consoantes seguimos os trabalhos de Silva & Sakanene (s.d., 563) e de Silva *et al.* (2011: 294).

[^mb] – consoante nasal oclusiva surda bilabial.

Ex. [^mbãza] <mbanza>

[ⁿd] – consoante nasal oclusiva surda linguodental.

Ex. [ⁿdala] <ndala>

[ⁿdõbɛ] <ndombe>

[^ŋz] – consoante nasal constritiva fricativa surda linguodental.

Ex. [^ŋzaw] <nzau>

[ŋʒ] – consoante nasal constritiva fricativa surda palatal.

Ex. [ŋʒĩga] <nginga>

[ŋg] – consoante nasal oclusiva surda velar.

Ex. [ŋgɔma] <ngoma>,

[ŋgɛve] <ngueve>.

Este quadro de consoantes nasais do PA deriva de um processo de nasalização próprio dos sistemas fonológicos das línguas bantu. A sua aceitação no PA resulta fundamentalmente da necessidade de designar realidades autóctones, para as quais não existe designações no PE.

A figura que se segue reúne as consoantes do PA, sendo dezasseis (16) orais e oito (8) nasais, o que totaliza vinte e quatro (24) consoantes. Para a representação das consoantes em figura, adoptámos o modelo de Cunha & Cintra (*ibid.*, p. 45).

Papel das cavidades bucal e nasal		Orais [-nasais]					Nasais [+nasais]			
Modo de articulação		Oclusivas [-contínuas]		Constritivas [+contínuas]			Oclusivas [-contínuas]		Constritivas [-contínuas]	
				Fricativas [-soantes] [-laterais]	Laterais [+soantes] [+laterais]	Vibrantes [+soantes] [-laterais]				Fricativas [-soantes] [-laterais]
Papel das cordas vocais		Surdas [-sonoras]	Sonoras [+sonoras]	Surdas [-sonoras]	Sonoras [+sonoras]	Surdas [-sonoras]	Sonoras [+sonoras]	Sonoras [+sonoras]	Surdas [-sonoras]	Surdas [-sonoras]
Ponto ou zona de articulação	Bilabiais [+anteriores] [-coronais]	[p]	[b]					[m]	[mb]	
	Labiodentais [+anteriores] [-coronais]			[f]	[v]					
	Linguodentais [+anteriores] [+coronais]	[t]	[d]	[s]	[z]				[nd]	[nz]
	Alveolares [+anteriores] [+coronais]					[l]	[r]	[n]		
	Palatais [-anteriores] [+coronais]			[ʃ]	[ʒ]	[λ]	[R]	[ɲ]		[ɲʒ]
	Velares [-anteriores] [-coronais]	[k]	[g]						[ŋ]	

Figura 42 – Consoantes do PA

4.1.2.3. Processos fonológicos

Encontramos no *corpus* lexical analisado um grupo de vocábulos que apresentam transformações sofridas ao nível da pronúncia, quase sempre determinadas pela tendência natural dos falantes para reduzir o esforço em realizar alguns sons, mesmo na classe culta. É o caso dos seguintes vocábulos: caboco, concidência, concidir, cubico, diminutivo.

Estes vocábulos são uma demonstração de casos específicos do PA. Atente-se na seguinte figura:

Processos fonológicos		Exemplos
Acréscimo	epêntese	diminutivo > diminutivo
	síncope	cabouco > caboco coincidência > concidência coincidir > concidir
	apócope	cupículo > cubico

Figura 43 – Processos fonológicos no PA

4.1.2.4. Estrutura silábica

Quanto à estrutura básica do PA, verificamos que há uma tendência generalizada para a simplificação da estrutura silábica, apagando os grupos consonantais. Regista-se a inserção das vogais [e] e [i] num ou noutro caso, entre duas consoantes dos grupos em questão, ao contrário do que se verifica no PE:

[pn] e [ps]

PE: [pnewmu'nɨə] <pneumonia>, [pnewmɔpə'tiə] <pneumopatia>

[psikulu'giə] <psicologia>, [psicə'nalizi] <psicanálise>

PA: [penewmo'nɨə] <pneumonia>, [penewmɔpə'tiə]

<pneumopatia>, [pisikolo'giə] <psicologia>, [pisica'nalizi]

<psicanálise>

[bl], [bs], [bt]

PE: [blɨ'dadu] <blindado>, ['bluzə] <blusa>

[ɔbʃtru'ir] <obstruir>, [ɔb'ter] <obter>

PA: [bilɨ'dadu] <bilindado>, [bu'luzə] <bulusa>,

[ɔbɨʃtru'ir] <obistruir>; [ɔbi'ter] <obiter>

[tm], [tn]

PE: ['Ritmu] <ritmo>, [ɛtnugrɐ'fiɐ] <etnografia>

PA: ['Ritimu] <ritimo>, [ɛtinugrɐ'fiɐ] <etinografia>

[dv], [dm], [dk]

PE: [ɐdvir'tɛsja] <advertência>, [ɐdvu'gadu] <advogado>

[ɐdmirar] <admirar>, [ɐdki'rɪr] <adquirir>

PA: [adiver'tɛsja] <adivertência>, [adivo'gadu] <adivogado>

[adimirar] <adimirar>, [adiki'rɪr] <adquirir>

[gn]

PE: ['dignu] <digno>, [dignifi'kar] <dignificar>

PA: ['diginu] <diguino>, [diginifi'kar] <diginificar>

Em todos os casos, verifica-se que a vogal [i] é a mais frequente como vogal epentética. A partir dos nossos dados, podemos inferir que a regra geral que se estabelece é que a intercalação vocálica ocorre com os seguintes grupos consonantais:

- [pn] – a oclusiva oral bilabial surda com a oclusiva nasal alveolar sonora;
- [ps] – a oclusiva oral bilabial surda com a fricativa oral linguodental surda;

- [bl] – a oclusiva oral bilabial sonora com a lateral alveolar surda;
- [bs] – a oclusiva oral bilabial sonora com a fricativa oral linguodental surda;
- [bt] – a oclusiva oral bilabial sonora com a oclusiva oral linguodental surda;
- [tm] – a oclusiva oral linguodental surda com a oclusiva nasal bilabial sonora;
- [tn] – a oclusiva oral linguodental surda com a oclusiva nasal alveolar sonora;
- [dv] – a oclusiva oral linguodental sonora com a fricativa oral labiodental sonora;
- [dm] – a oclusiva oral linguodental sonora com a oclusiva nasal bilabial sonora;
- [dk] – a oclusiva oral linguodental sonora com a oclusiva oral velar surda;
- [gn] a oclusiva oral velar sonora com a oclusiva nasal alveolar sonora.

4.1.3. Nível Lexical

4.1.3.1. Trabalho lexicográfico

Em Angola, o trabalho lexicográfico relativo à LP local ainda está por fazer. No entanto, não podemos deixar de considerar algumas recolhas, nomeadamente de Marques (1983), Carrasco (1988), Mingas (2000), Figueiredo (2003), Gregório (2006), Bento (2010). Apesar de serem trabalhos que apresentam insuficiências metodológicas na sistematização e fundamentação dos dados lexicográficos, é de notar o facto de representarem já um marco da pré-lexicografia do PA.

Os autores atrás referenciados despertaram para a necessidade da descrição e compilação do léxico específico do PA. Esta atitude revela uma consciência linguística demarcadora de uma realidade linguística própria.

Por outro lado, os lexicógrafos portugueses têm dedicado atenção especial a realidades lexicais específicas do PA, ou certos angolanismos, que vão sendo impressos nos seus dicionários. A título de exemplo, veja-se o “Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea” da Academia das Ciências de Lisboa (2001).

4.1.3.1.1. Lista de entradas

Da recolha feita, seleccionámos cento e vinte e seis (126) vocábulos que, para o presente trabalho, servirão apenas de amostra do vocabulário comum específico ao PA. A metodologia que subjaz é, sobretudo, um ponto de partida para continuidade da obra em próximos desafios de investigação neste domínio. Os vocábulos que se seguem foram extraídos de um *corpus* limitado. No entanto, a recolha feita, ainda que simbólica, é considerada representativa daquilo que é o vocabulário comum específico do PA:

N.º Ordem	Entradas Lexicográficas
1	abusado
2	abusar
3	abuso
4	adoencer
5	aderência
6	alambamento
7	anexo
8	angolanidade
9	angolanização
10	angolanizar
11	apetite
12	atador
13	azarado
14	bacia
15	bancar
16	banto
17	batotar

18	batuqueiro
19	cabetula
20	caboco
21	cabuleiro
22	cachimbo
23	cacimbo
24	cacimba
25	caçule
26	calça
27	calçado
28	calção
29	calema
30	calulu
31	calunga
32	cangulo
33	canivete
34	cartão multicaixa
35	cartar
36	caporroto
37	caterça
38	caular
39	caxinde
40	cobrador
41	cochilar
42	conscidência
43	concidir
44	contar
45	cota

46	cuanhama
47	cubico
48	dendém
49	desconseguir
50	deslocado de guerra
51	desafastar
52	diminutivo
53	dipanda
54	estreito
55	fofocar
56	fuba
57	fuba-limpa
58	fuba-palapala
59	funge
60	garimpar
61	garimpeiro
62	gasosa
63	gipepe
64	girabola
65	guarda-chuva
66	incomodado
67	infeliz
68	infelicidade
69	gindungo
70	janela-aberta
71	jingongo
72	jinguba
73	jinguinga

74	kudurista
75	kuduro
76	kupapata
77	kwanza
78	meditar
79	mbututu
80	maca
81	maculo
82	mais-velho
83	muamba
84	muambeiro
95	mufete
86	multicaixa
87	mutilado de guerra
88	ngandiadia
89	óbito
90	palanca-negra
91	palanca-negra-gigante
92	palanquina
93	pau-de-cabinda
94	penhanha
95	proveniente
96	quimbanda
97	quimbandeiro
98	quissângwa
99	quizomba
100	quizombada
101	quizombar

102	quixiquila
103	quilape
104	quingla
105	rebita
106	refugiado de guerra
107	retunda
108	rotar
109	ruar
110	saldo
111	seculo
112	sembar
113	sembista
114	só
115	soba
116	sobra-grande
117	sobeta
118	sozinho
119	tio
120	trazer
121	triste
122	vir
123	xandala
124	xingar
125	zunga
126	zungueiro

Figura 44 – Lista de entradas lexicográficas

4.1.3.1.2. Análise lexical

Como é sabido, qualquer língua em uso se modifica constantemente. Em relação ao léxico, cada sociedade consome, transforma e cria palavras, pelo que o léxico de cada língua, longe de constituir um fundo estático, pode antes ser concebido como uma base de dados em actualização permanente (Duarte, 2008: 83). Para Vilela (1995: 16), o léxico de uma língua, sem ser uma manta de retalhos, não é um todo homogéneo; constitui o que costumamos designar por diassistema: as palavras de todos os dias convivem com as palavras dos especialistas, as palavras da língua falada vivem lado a lado com as palavras da língua escrita, as palavras velhas, coabitam com arcaísmos e neologismos.

A neologia é, pois, um dos domínios da lexicologia que se ocupa da [re-]criatividade lexical. O núcleo da amostra lexical da figura anterior é constituído por unidades que provêm do bantu, maioritariamente da Língua Kimbundu, umas mais adaptadas do que outras lexical e foneticamente. São os chamados bantuísmos. Boa parte das restantes provêm do PE, porém, assumem hoje novas formas fónicas, ou conteúdos semânticos próprios no PA. O conjunto dos bantuísmos e dos casos de mudança fónica e/ou semântica em palavras da LP passarão a ser designados por angolanismos. Fora desse quadro, estão aqueles vocábulos cuja origem é, ainda, obscura; provavelmente provenientes de outras línguas africanas não bantu, asiáticas, e não só, que entraram no PA por via de relações comerciais, políticas e sociais ou religiosas. No seu conjunto, consideram-se estas situações representativas do processo de enriquecimento lexical do PA.

Vimos verificando que não há concordância entre os estudiosos sobre os conceitos de neologismo, empréstimo e estrangeirismo, motivo pelo qual faremos uma abordagem definitiva do conceito de neologismo, adoptando como modelo o trabalho de Chicuna (2009). Como é sabido, o termo neologia refere todos os fenómenos novos que afectam uma língua. Para Guilbert (1975), as unidades neológicas não são apenas as unidades lexicais que resultam de mecanismos internos de que uma língua se serve, mas igualmente as inovações lexicais vindas de outras línguas. É a esse resultado que Boulanger (1979) designa por neologismo. Seguindo Chicuna (2009: 47-48),

«O neologismo é a nova unidade lexical criada numa determinada língua, ou a aceção nova de uma unidade lexical já existente na língua. Por neologismo entende-se ainda a unidade lexical que, proveniente de uma língua estrangeira, é adoptada por outra língua (Xavier e Mateus, 1992: 261-262).

Existem dois grandes tipos de neologismos que englobam outros subtipos: neologismo de forma e neologismo de sentido (ou neologismo semântico).

O neologismo de forma é a nova unidade lexical criada ou importada de uma outra língua. O neologismo semântico (ou neologismo de sentido) é a [...] unidade lexical [re-]criada [...] com nova aceção.

Os neologismos formais classificam-se em dois grupos: neologismos formais internos (criações lexicais dentro da própria língua) e neologismos formais externos ou empréstimos externos (criados através de importação de outra língua)».

Os neologismos formais internos recorrem a processos como a derivação, a composição, etc., ao passo que os neologismos formais externos recorrem à importação lexical. Refere-se, ainda, que os neologismos semânticos envolvem a recriação, extensão ou restrição das aceções de um vocábulo, recorrendo a processos como a metáfora e a metonímia. Clare (2004) ressalta que a metáfora é também um dos processos de ampliação lexical. Todavia, adverte que

nem todas as metáforas que surgem como inovação lexical são adoptadas e passam a fazer parte do sistema lexical. É o que acontece, por exemplo, com a gíria, que tem vida efémera. Por outro lado, quando são adoptadas, passam por um processo de “desmetaforização”. A sinonímia e a polissemia são, provavelmente, as relações mais produtivas de qualquer língua e resultam em certa medida de uma das propriedades de todas as línguas naturais: a sua criatividade. Vejam-se alguns exemplos no PA:

1.

PA: *desconseguir* – desistir, abandonar, ser incapaz de continuar algo

PE: - Ø

2.

PA: *anexo* – residência, habitação, casa, dependência de um edifício principal, ficheiro

PE: *anexo* – dependência de um edifício principal, ficheiro

3.

PA: *janela-aberta* – estabelecimento comercial precário e caseiro que está ligado a uma residência como seu compartimento

PE: - Ø

No primeiro exemplo, temos um caso de neologismo formal interno, na medida em que o vocábulo em análise é formado com o acréscimo do prefixo de negação “des-“ a uma base “conseguir”, o que resulta num novo vocábulo, antónimo do vocábulo primitivo. Pelo menos, esse é, de entre vários vocábulos, uma realidade exclusiva do PA, tendo-se formado através da derivação prefixal.

No segundo exemplo, o vocábulo expandiu-se semanticamente, tendo adquirido outros significados, além dos usuais no PE. Está-se perante um caso de polissemia, na medida em que a variação do contexto é responsável pela variação do significado do vocábulo.

No terceiro exemplo, o vocábulo resulta da relação de semelhança entre o objecto referente à “abertura que se observa na parede de um edifício ou residência para fins de ventilação” e o objecto referente à “abertura que se observa na parede de um edifício ou residência para fins comerciais”. Neste caso, está-se perante um fenómeno designado por metáfora.

Em relação ao empréstimo, Chicuna (*ibid.*, p. 51) lembra que este resulta necessariamente do contacto entre línguas. À semelhança do termo neologia, também a delimitação deste conceito não é consensual:

«para J. Marouzeau (1963: 85) o empréstimo designa ao mesmo tempo o acto pelo qual uma língua acolhe um elemento duma língua e o elemento emprestado.

Segundo Deroy (1965: 18), o termo empréstimo leva à confusão porquanto se usa com dois sentidos distintos, nomeadamente “acção de pedir emprestado” e “coisa emprestada”. Em H. Bonnard (1972: 1579-1590), o empréstimo é considerado um processo pelo qual uma língua integra um elemento significativo duma outra língua.

[...]

Sobre o surgimento do empréstimo, Dubois afirma que «Há empréstimo linguístico quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar B e que A não possuía; a unidade ou o traço emprestado são, por sua vez, chamados de empréstimos» (Dubois, 1973-1988: 209).

Veja-se, abaixo, um caso de neologismo formal externo ou empréstimo, que designa o vocábulo oriundo de outra língua, fruto do contacto linguístico e a que chamaremos empréstimo, de acordo com Dubois (*op. cit.*):

PA: *alambamento* – ritual que celebra a união entre dois indivíduos adultos de sexo oposto para a formação de uma família, casamento baseado em pressupostos tradicionais rurais

Do Kimbundu

PE: - Ø

Para o tratamento das entradas lexicográficas seleccionadas, quanto aos processos de formação e enriquecimento lexical, optámos por empregar apenas os termos neologismo formal interno, neologismo semântico e empréstimo.

Partindo destas considerações introdutórias, passamos à apresentação dos resultados da análise, que evidenciam uma especificidade nítida do vocabulário comum dos angolanos e falantes do PA. Cada entrada lexicográfica apresentar-se-á em figura:

entrada	<i>abusado</i> [abu'zadu] <i>adj.</i> neol.
artigo/definição	1. confusionista 2. atrevido 3. alguém que tem mau-carácter
contexto	Aqueles senhores são uns abusados. Brincam com a nossa paciência.

entrada	<i>abusar</i> [abu'zar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. dirigir-se a alguém com insultos 2. ofender moralmente alguém 3. causar irritação a alguém 4. aborrecer alguém
contexto	Não <i>abusa</i> os outros, comporta-te como gente.

entrada	<i>abuso</i> [a'buzu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. insulto 2. provocação 3. aborrecimento
contexto	Não admito esses <i>abusos</i> .

entrada	<i>adoencer</i> [aduẽ'ser] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. ficar doente 2. apanhar uma doença
contexto	Em Angola, as crianças adoencem muito de paludismo.
nota	A segunda vogal é nasal por analogia do seu vocábulo primitivo: “doente”.

entrada	<i>aderência</i> [ade'rêsja] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. ligação a uma ideia, ideologia, princípio de alguém, organismo, grupo social
contexto	Ultimamente a <i>aderência</i> das populações ao nosso partido tem sido satisfatória.
nota	Contextualmente, em PE, seria “adesão” ao invés de “aderência”.

entrada	<i>alambamento</i> [alãba'mêtu] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. ritual que celebra a união entre dois indivíduos adultos do sexo oposto para a formação de uma família. 2. casamento tradicional. 3. ritual
contexto	Hoje à noite, irei no <i>alambamento</i> da Jambelwa.
nota	Actualmente este vocábulo tende a ser empregue como sinónimo de <i>noivado</i> .

entrada	<i>anexo</i> [a'nɛxu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. residência. 2. habitação 3. casa
contexto	O sr. João mudou de casa. Foi morar no Benfica, onde construiu um <i>anexo</i> . E vive lá com a mulher, os filhos e a sogra.

entrada	<i>angolanidade</i> [ãgolani'dadi] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. próprio de angolano 2. qualidade do que é angolano 3. carácter específico da sociedade e da história angolanas
contexto	A literatura de Luandino Vieira demonstra bem a nossa <i>angolanidade</i> .

entrada	<i>angolanização</i> [ãgolaniza'sãw] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. processo pelo qual um ser ou coisa adquire progressivamente traços da angolanidade 2. configuração de um ser ou corpo com base em padrões angolanos 3. propagação da cultura angolana através da aculturação e assimilação cultural dos seus atributos, por parte de seres ou coisas estrangeiras
contexto	A <i>angolanização</i> é um conceito por debater.

entrada	<i>angolanizar</i> [ãgolani'zar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. tornar angolano 2. assimilar hábitos e costumes angolanos 3. propagar a cultura angolana através da aculturação e assimilação cultural dos seus atributos, por parte de seres ou coisas estrangeiras
contexto	A língua portuguesa deixou-se <i>angolanizar</i> .

entrada	<i>apetite</i> [api'titi] <i>s.m. e f.</i> neol.
artigo/definição	1. desejo de comer 2. vontade ardente de satisfazer uma necessidade
contexto	Boa <i>apetite</i> para todos!
nota	O género feminino é predominante.

entrada	<i>atador</i> [ata'dɔr] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. cordão ou fita que aperta uma peça de calçado ou de vestuário, passando geralmente por pequenos orifícios de cada lado de uma abertura
contexto	Amarra os <i>atadores</i> das tuas sandálias!
nota	Definição extraída do Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa (2001: 399).

entrada	<i>azarado</i> [aza'radu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. nome próprio 2. antropónimo
contexto	O <i>Azarado</i> faz tudo por conta própria.
nota	Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>bacia</i> [ba'sia] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. nome próprio 2. antropónimo
contexto	Para esta sociedade, o <i>Bacia</i> já deu tudo que tinha para dar até antes da sua morte.
nota	Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>bancar</i> [bã'kar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. patrocinar com fundos para determinado evento, actividade, plano ou projecto
contexto	A UNITEL está a <i>bancar</i> os meus estudos.

entrada	<i>banto</i> ['bãtu] <i>adj.</i> emprést.
artigo/definição	1. que pertence ou diz respeito às comunidades bantas 2. que diz respeito aos indivíduos pertencentes às comunidades bantas
contexto	As línguas bantas constituem o maior grupo linguístico em Angola.
nota	Também é usual a forma vernácula “bantu” [bã'tu]. Neste caso, a mesma forma tanto serve para o singular, quanto para o plural. Ex. língua bantu; línguas bantu.

entrada	<i>batotar</i> [bato'tar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. enganar 2. mentir 3. desrespeitar as regras do jogo com intenção de enganar
contexto	No jogo do 1.º d'Agosto contra o Cabuscorpo, o que o árbitro mais soube fazer foi batotar a favor do Cabuscorpo.
nota	De “batota”.

entrada	<i>batuqueiro</i> [batu'kejru] <i>s.m. e f.</i> neol.
artigo/definição	1. assaltante de automóveis 2. delinquente
contexto	A Polícia Nacional está a desenvolver estratégias para acabar com os <i>batuqueiros</i> .
nota	Datável da segunda metade da década de 90

entrada	<i>cabetula</i> [kabe'tula] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. dança típica do carnaval, que movimenta muito os membros, acompanhada de caricaturas e comédia expressa nos movimentos da cara
contexto	As novas gerações não dançam a <i>cabetula</i> tal como se dançou nos 80.
nota	Dança originária do Bengo.

entrada	<i>caboco</i> [ka'boku] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. escavação mais ou menos profunda que se faz na terra para fins de construção civil
contexto	O <i>caboco</i> desta casa gastou muito cimento e pedra
nota	usual no domínio da construção civil.

entrada	<i>cabuleiro</i> [kabu'lejru] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. que utiliza a cábula 2. estudante pouco aplicado e desonesto
contexto	Os <i>cabuleiros</i> realizam-se de má-fé com intenção de enganar os professores. Na verdade, enganam-se a si mesmos.

entrada *cachimbo* [ka'ʃĩbu] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. peça artesanal em que se mete o tabaco para fumar 2. cigarro tradicional
contexto Os idosos da baixa de Luanda apreciam um bom *cachimbo*.

entrada *cacimbo* [ka'sĩbu] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. estação seca do ano, que vai de Maio a Agosto
2. ausência de chuva
contexto No *cacimbo* não se faz praia.
nota Termo técnico empregue normalmente na geografia de Angola.

entrada *cacimba* [ka'sĩba] *s.f.* emprést.
artigo/definição 1. abertura profunda feita no solo de forma a atingir o lençol de água 2. fonte de água
contexto As populações da periferia consomem a água das *cacimbas*.

entrada *caçule* [ka'sule] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. o último filho de um casal 2. o mais novo de entre as pessoas de um grupo social ou familiar
contexto O Ribeiro é o nosso *caçule*.
nota Do Kimbundu

entrada	<i>calça</i> ['kaʎsa] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. peça de vestuário exterior que vai da cintura ao tornozelo ou calcanhar, cobrindo cada perna
contexto	O professor está vestido de uma <i>calça</i> preta.

entrada	<i>calçado</i> [kaʎ'sadu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. vestuário que cobre os pés
contexto	Os teus <i>calçados</i> já estão gastos.
nota	Este nome designa, no singular, apenas um tipo de calçado, podendo ser: sapatos fechados ou abertos, ténis ou sapatilhas, sandálias ou chinelos.

entrada	<i>calção</i> [kaʎ'sãw] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. peça de vestuário exterior que vai da cintura aos joelhos ou um pouco antes, cobrindo cada perna
contexto	Veste o <i>calção</i> !
nota	Este nome é, normalmente, usual no singular.

entrada	<i>calema</i> [ka'ɫɛma] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. fenómeno natural que designa ondas fortes e largas do mar, frequentes nos meses de Fevereiro a Abril de cada ano 2. tempestade do mar 3. bravura do mar 4. sinistro 5. azar
contexto	No país, como salientou o director nacional do Ambiente, Vladimir Russo, as <i>calemas</i> acontecem entre Fevereiro e Abril.

entrada *calulu* [kalu'lu] *s.m.* emprést.

artigo/definição 1. prato típico constituído por um guisado de peixe e muitas hortaliças

contexto Nos sábados, os benguelenses têm por hábito almoçar *calulu* com um bom funge (cf. p. 246).

entrada *calunga* [ka'lūga] *s.m.* emprést.

artigo/definição 1. herdeiro de feiticeiro 2. aprendiz de práticas de feitiçaria

contexto Alguns *calungas* são formados desde tenra idade.

entrada *cangulo* [kã'gulu] *s.m.* emprést.

artigo/definição 1. carrinho de mão 2. veículo de cargas de pequeno porte 3. instrumento de trabalho

contexto O *cangulo* é para algumas pessoas o seu ganha-pão.

nota Meio muito usual na construção civil e na actividade profissional de cargueiros.

entrada *canivete* [kani'vetɨ] *s.m.* neol.

artigo/definição 1. nome próprio 2. antropónimo

contexto O *Canivete* formou-se em medicina veterinária.

nota Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>cartão multicaixa</i> [kar'tãwmulti'kajʃa] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. serviço bancário personalizado ou não, emitido por bancos, que permite ao utente fazer levantamentos ou pagamentos automáticos via multicaixa (cf. p. 254)
contexto	O meu <i>cartão multicaixa</i> já perdeu a validade.
nota	Em Angola, este serviço bancário é datável da segunda metade da primeira década do ano 2000. Equivale ao cartão multibanco, no PE.

entrada	<i>cartar</i> [kar'tar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. transportar água à cabeça
contexto	Aqui na Samba, os moradores dos prédios têm que <i>cartar</i> água todos os dias.

entrada	<i>caporroto</i> [kapɔ'Rɔtɔ] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. bebida tradicional de fabrico caseiro, com destilação incompleta 2. aguardente caseiro
contexto	O <i>caporroto</i> já matou muita gente.

entrada	<i>caterça</i> [ka'tɛrsa] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. nome próprio 2. antropónimo
contexto	O <i>Caterça</i> não é um trabalhador exemplar.
nota	Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>caular</i> [kaw'lar] <i>v.</i> emprést.
artigo/definição	1. comprar um certo produto a um preço muito mais baixo do que aquele pelo qual será revendido 2. pegar ou comprar negócio
contexto	As peixeiras <i>caúlam</i> o peixe nos pescadores e vão zungar (cf. p. 271) na cidade.

entrada	<i>caxinde</i> [ka'ʃidi] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais ou alimentares, da família “poaceae” 2. medicamento 3. chá de caxinde
contexto	O chá de <i>caxinde</i> faz bem à saúde humana.
nota	Muito usual na medicina tradicional.

entrada	<i>cobrador</i> [kobra'dɔr] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. profissional ou agente que cobra por um serviço prestado 2. ajudante do taxista
contexto	Há <i>cobradores</i> que, com o andar do tempo evoluem para motorista.
nota	Este profissional ou agente vulgarizou-se na segunda metade da década de 90.

entrada	<i>cochilar</i> [kuʃi'lar] <i>v.</i> emprést.
artigo/definição	1. dormir levemente 2. sonegar 3. descansar deitado ou sentado em estado de sonolência
contexto	<i>Cochilar</i> um pouco depois do almoço é bastante saudável.

entrada	<i>conscidência</i> [kõʃi'dēsja] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. duas coisas ou casos que acontecem acidentalmente em simultâneo 2. obra do acaso
contexto	Estarmos aqui nesta festa é uma pura <i>conscidência</i> .
nota	Também é usual a forma <i>concidência</i> .

entrada	<i>concidir</i> [kõʃi'dir] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. acontecer em simultâneo e casualmente 2. ser idêntico em forma
contexto	O casamento dele <i>concidu</i> com o meu.
nota	Também é usual a forma <i>concidir</i> [kõʃi'dir].

entrada *contar* [kõ'tar] *v.* neol.
artigo/definição 1. pensar 2. supor 3. imaginar
contexto Não *contava* que a relação dos dois fosse terminar desta forma.

entrada *cota* ['kɔta] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. pessoa idónea, não sendo necessariamente idosa de entre os membros do seu grupo social ou outro
2. ancião
contexto O Camongwa já é um *cota*.

entrada *cuanhama* [kwa'ɲama] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. pessoa pertencente à comunidade étnica dos cuanhamas, habitantes do sul de Angola
2. que pertence aos cuanhamas
contexto Os *cuanhamas* são um povo pastor.

entrada *cubico* [ku'biku] *s.m.* neol.
artigo/definição 1. moradia muito pequena 2. casa muito pequena e precária 3. quartinho que se toma de arrendamento
contexto Vou almoçar no meu *cubico*.

entrada *dendém* [dẽ'dẽ] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. fruto da palmeira de dendém
contexto Com o *dendém* faz-se óleo de palma, ingrediente para fazer o calulu (cf. p. 239).

entrada	<i>desconseguir</i> [deʃcõse'gir] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. desistir. 2. abandonar 3. ser incapaz de continuar
contexto	No meu tempo de estudante, eu <i>desconseguia</i> a matemática. <i>Desconsegui</i> de falar com ela.
nota	Com este verbo, o uso da preposição é facultativo.

entrada	<i>deslocado de guerra</i> [deʃlo'kadudi'gɛRa] <i>s.m. e f.</i> neol.
artigo/definição	1. pessoa que teve de abandonar a sua província para fugir à guerra 2. desamparado
contexto	Milhares e milhares de pessoas foram abrigadas no campo de <i>deslocados de guerra</i> Comandante Gika
nota	Com o fim do conflito armado, este vocábulo tende a entrar em desuso.

entrada	<i>desafastar</i> [dezafaʃ'tar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. fazer com que duas ou mais pessoas fiquem menos próximas uma da outra 2. desviar ou fazer desviar 3. distanciar 3. apartar
contexto	<i>Desafasta</i> daqui!

entrada	<i>diminutivo</i> [diminuj'tivu] <i>adj.</i> Neol.
artigo/definição	1. que diminui ou torna menor 2. elemento da palavra que transmite a ideia de pequenez, qualidade ou afecto
contexto	Chamar-te de homemzinho não te reduz à criança. A forma “inho” é um <i>diminutivo</i> que, aqui, expressa carinho.

entrada	<i>dipanda</i> [di'pãda] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. independência nacional 2. liberdade do jugo colonial 3. dia de Angola
contexto	Hoje é o dia da nossa <i>dipanda</i> .

entrada	<i>estrito</i> [ʃ'trejtɨ] <i>adj.</i> neol.
artigo/definição	1. que diz respeito a uma pessoa magra 2. indivíduo que tem pouca massa muscular e pouco peso
contexto	A Keza é mais <i>estrita</i> do que a Betriz.

entrada	<i>fofocar</i> [fofo'kar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. caluniar 2. falsear informações sobre alguém 3. injuriar 4. desonrar
contexto	A Beatriz ficou a noite toda a fofocar.
nota	De “fofoca”.

entrada	<i>fuba</i> ['fuba] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. farinha de milho ou de mandioca
contexto	Não gosto da <i>fuba</i> amarela.

entrada	<i>fuba-limpa</i> ['fuba'lĩpa] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. farinha cujo milho é posto de molho durante dias antes de ser moído ou triturado
contexto	Um bom feijão de óleo de palma é com funge de <i>fuba limpa</i> .
nota	Durante o conflito armado, a <i>fuba limpa</i> já foi um produto muito caro na cesta básica dos angolanos.

entrada	<i>fuba palapala</i> ['fubapala'pala] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. farinha cujo milho é triturado ou moído sem ser posto de molho
contexto	Peixe seco é bom com funge de <i>fuba palapala</i> .
nota	Durante o conflito armado, a <i>fuba palapala</i> foi um produto muito barato na cesta básica dos angolanos.

entrada	<i>funge</i> ['fũzĩ] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. pasta cozida de farinha de milho ou de mandioca acompanhada de vários outros alimentos
contexto	Estando em Portugal ou noutro país qualquer, o <i>funge</i> é um prato que nunca falta na mesa de um angolano de gema.
nota	Da dieta básica do angolano.

entrada	<i>garimpar</i> [garĩpar] v. neol.
artigo/definição	1. exercer vários ofícios em simultâneo 2. colaborar em vários postos de serviço
contexto	Pelo facto de o custo de vida ser muito alto, o trabalhador que não <i>garimpa</i> vive mal.
nota	Datável da década de 90.

entrada	<i>garimpeiro</i> [garĩpejru] s.m. neol.
artigo/definição	1. trabalhador que está comprometido com diferentes entidades patronais para além daquela com a qual estabeleceu o contracto de efectividade
contexto	Uma boa parte dos professores da “Escola N.º 58” são <i>garimpeiros</i>
nota	Datável da década de 90.

entrada	<i>gasosa</i> [ga'zɔza] s.f. neol.
artigo/definição	1. suborno 2. corrupção 3. prática ilegal de pagar a uma autoridade, funcionário público ou outrem, qualquer quantia de dinheiro ou quaisquer outros favores em troca de deveres
contexto	Aqueles alunos vão passar de ano porque deram <i>gasosa</i> .

entrada	<i>gipepe</i> [ʒi'pɛpɛ] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais 2. medicamento
contexto	Gengibre, cola, <i>gipepe</i> e outros, são os medicamentos conhecidos pela grande maioria dos compradores que, por isso, dificilmente são enganados quando os compram.
nota	Muito usual na medicina tradicional.

entrada	<i>girabola</i> [ʒira'bɔla] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. campeonato angolano de futebol, organizado pela federação angolana de futebol 2. competição de futebol
contexto	Nos últimos dez anos, o <i>girabola</i> tem sido mais competitivo.

entrada	<i>guarda-chuva</i> [gwarda'ʃuva] <i>s.f.</i> ou <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. objecto portátil, coberto de tecido, que serve para proteger da chuva, formado por uma armação de varetas móveis e uma haste central que segura o objecto e serve de pega
contexto	A minha <i>guarda-chuva</i> é muito frágil.

entrada	<i>incomodado</i> [ĩkɔmo'dadu] <i>adj.</i> neol.
artigo/definição	1. diz respeito à pessoa que está doente
contexto	Hoje o dr. Sapalo não aparecerá na empresa porque está <i>incomodado</i> .

entrada	<i>infeliz</i> [ĩfe'liʒ] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. nome próprio 2. antropónimo
contexto	O <i>Infeliz</i> é primo do D. Constantino Livulu.
nota	Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>infelicidade</i> [ĩfelisi'dadi] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. óbito 2. falecimento de alguém
contexto	A família Mphana tem <i>infelicidade</i> .

entrada	<i>gindungo</i> [ʒĩ'dũgu] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. fruto da planta da família das “solanáceas”, muito picante e usual como condimento na culinária
contexto	Churrasco sem <i>gindungo</i> não é bom.

entrada	<i>janela-aberta</i> [ʒa'nɛla'bɛɾta] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. estabelecimento comercial precário e caseiro que está ligado a uma residência como seu compartimento 2. negócio de subsistência das famílias
contexto	Comprei as pilhas na <i>janela-aberta</i> da esquina.
nota	Vocábulo surgido nos anos 2000-2004, tendo começado nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos.

entrada	<i>jingongo</i> [ʒĩ'gõgo] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. gémeos 2. dois seres muito parecidos um com o outro
contexto	A mãe dos <i>jingongos</i> é dona de um supermercado.

entrada	<i>jinguba</i> [ʒĩ'guba] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. fruto comestível da planta herbácea da família das leguminosas
contexto	Com <i>jinguba</i> costuma-se fazer manteiga ou óleo com que se prepara uma boa muamba (cf. p. 253) de galinha.

entrada	<i>jinguinga</i> [ʒĩ'gĩga] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. prato feito com miudezas de cabrito
contexto	Depois de uma boa bebedeira; no dia seguinte, a <i>jinguinga</i> é um santo remédio para curar a ressaca.

entrada	<i>kudurista</i> [kudu'riʃta] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. cantor do género musical kuduro
contexto	Os <i>kuduristas</i> identificam-se pela sua linguagem marginal e aparência física pitoresca.
nota	Datável da década de 90 com os cantores Tony Amado e Sebém. Na escrita, este vocábulo, às vezes, é também grafado com a letra “c” inicial.

entrada	<i>kuduro</i> [ku'duru] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. género musical muito ritmado e dançante 2. Género de dança que movimentava muito o quadril, todos os membros do corpo e a cabeça
contexto	O <i>kuduro</i> é património incontestável da cultura nacional.
nota	Datável da década de 90, com os cantores Tony Amado e Sebém. Na escrita, às vezes, este vocábulo é também grafado, com a letra “c” inicial.

entrada	<i>kupapata</i> [kupa'pata] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. profissional que exerce a actividade de moto-táxi
contexto	Os <i>kupapatas</i> exercem a sua actividade sem licença.
nota	Datável da década de 90 e generalizado no primeiro decénio de 2000. Na escrita, às vezes, este vocábulo é também grafado, com a letra “c” inicial.

entrada	<i>kwanza</i> ['kwãza] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. unidade monetária nacional 2. nome do maior rio de Angola
contexto	Necessito de 1.000.000,00 de <i>kwanzas</i> para comprar um automóvel da marca renault, modelo sandero. O rio <i>kwanza</i> é um dos rios mais importantes de África e o maior rio de Angola. Na escrita, às vezes, este vocábulo é também grafado, com a letra “c” inicial.

entrada	<i>meditar</i> [medi'tar] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. estudar a bíblia sagrada 2. conversar com Deus 3. orar
contexto	Nós <i>meditamos</i> todos os dias às manhãs.
nota	Do discurso religioso.

entrada	<i>mbututu</i> ['bututu] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais 2. medicamento
contexto	Os angolanos usam o <i>mbututu</i> para combater ou prevenir várias enfermidades.
nota	Planta muito usual na medicina tradicional.

entrada	<i>maca</i> ['maka] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. barafunda 2. confusão 3. problema
contexto	Qual é a <i>maca</i> ?

entrada	<i>maculo</i> [ma'kulu] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. doença comum na infância que causa enterobíase 2. oxiúros
contexto	Os maus hábitos alimentares, e a falta de higiene, podem causar <i>maculo</i> . Os mais-velhos tratam o <i>maculo</i> com um pau próprio.
nota	Doença muito comum durante o período de guerra civil em Angola.

entrada	<i>mais-velho</i> [maj'vɛlu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. pessoa mais adulta de entre os membros do seu grupo social, não sendo necessariamente alguém de idade avançada 2. pessoa muito ajuizada e de elevado estima 3. pessoa a quem se atribui uma responsabilidade social ou familiar 4. cota
contexto	Sobre este assunto, vamos ouvir um <i>mais-velho</i> .

entrada	<i>muâmba</i> [mu'ãba] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. carne de galinha ou peixe preparado com manteiga de jinguba
contexto	Hoje o prato do dia é <i>muâmba</i> .

entrada *muambeiro* [mu'ãbejru] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. pessoa que pratica o contrabando de viaturas
2. delinquente
contexto Na Santa Clara, os muambeiros já fizeram muito dinheiro.

entrada *mufete* [mu'feti] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. peixe cozido à brasa sem ser limpo, acompanhado de bananas cozidas, salada de alface, feijão de óleo de palma e farinha musseque
contexto O bom *mufete* é feito na ilha de Luanda.

entrada *multicaixa* [multi'kajfa] *s.f.* neol.
artigo/definição 1. serviço da rede universal de partilha interbancária de caixas electrónicas e terminais de pagamento automático em lojas e outros pontos de venda
contexto Não é muito seguro fazer movimentos em *multicaixas* dos bairros afastados do casco urbano.
nota Equivale a multibanco, no PE.

entrada	<i>mutilado de guerra</i> [muti'ladudi'gɛRa] <i>s.m. e f. neol.</i>
artigo/definição	1. pessoa privada de um ou vários membros do seu corpo por consequência da guerra 2. vítima de guerra 3. antigo combatente
contexto	Os <i>mutilados de guerra</i> recebem uma pensão muito baixa.
nota	Com o fim do conflito armado, em 2002, este vocábulo vai estando em perda.

entrada	<i>ngandiadia</i> [ŋãdyadya] <i>s.f. emprést.</i>
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais 2. medicamento
contexto	Os angolanos usam <i>ngandiadia</i> para combater ou prevenir várias enfermidades.
nota	Planta muito usual na medicina tradicional.

entrada	<i>óbito</i> ['ɔbitu] <i>s.m. neol.</i>
artigo/definição	1. reunião de pessoas pelo falecimento de alguém 2. infelicidade 3. choro em voz muito alta, feito em coro, ritmado e melódico
contexto	Naquela casa há óbito.

entrada	<i>palanca-negra</i> [pa'lãka'nɛgra] <i>s.m. neol.</i>
artigo/definição	1. jogador sénior de futebol da selecção nacional 2. símbolo dos profissionais seniores de futebol da selecção nacional 3. marca da companhia área nacional TAAG
contexto	No próximo fim-de-semana, os <i>palancas-negras</i> terão um jogo amistoso com a selecção nacional portuguesa.

entrada	<i>palanca-negra-gigante</i> [pa'lãka'nɛgrazi'gãti] <i>s.f. neol.</i>
artigo/definição	1. espécie rara de antílope, originária da província de Malanje
contexto	Já se chegou a pensar que a <i>palanca-negra-gigante</i> tivesse sido extinta com o conflito armado.

entrada	<i>palanquinha</i> [palã'kiɲa] <i>s.m. neol.</i>
artigo/definição	1. jogador júnior de futebol da selecção nacional 2. símbolo dos profissionais juniores de futebol da selecção nacional
contexto	Os <i>palanquinhas</i> ainda não conquistaram nenhuma taça.

entrada	<i>pau-de-cabinda</i> [pawd̥ka'bĩda] <i>s.m. neol.</i>
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais, da família das “rubiaceae” 2. medicamento 3. afrodisíaco
contexto	Para os que sofrem de impotência sexual, o <i>pau-de-cabinda</i> é um santo remédio.

entrada	<i>penhanha</i> [pi'ɲaɲa] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. pequeno pedestal, colocado no centro de um cruzamento de quatro ruas a partir de onde o agente regulador de trânsito orienta os automobilistas
contexto	Aquele automobilista foi multado por não ter contornado a <i>penhanha</i> .

entrada	<i>proveniente</i> [proveni'ẽti] <i>s.m.</i> e <i>f.</i> neol.
artigo/definição	1. pessoa que proveio do território controlado militarmente pela UNITA no período de guerra civil 2. ex-militante da UNITA 3. deslocado de guerra 4. refugiado de guerra
contexto	Os cidadãos <i>provenientes</i> foram integrados socialmente. Aquela senhora é <i>proveniente</i> .
nota	No PA, no contexto político em concreto, este vocábulo dispensa o complemento, sendo já conhecido pelos interlocutores. E, quando usado, em contexto político, tem sempre um sentido depreciativo.

entrada	<i>quimbanda</i> [kĩ'bãda] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. adivinho curandeiro 2. feiticeiro 3. indivíduo que se serve de mecanismos mágicos para a cura de uma determinada doença
contexto	Para resolver o problema de saúde da Lolita, basta irmos ao <i>quimbanda</i> .

entrada *quimbandeiro* [kĩ'bãdejru] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. quimbanda 2. curandeiro
contexto No bairro do Sofrio conheço um *quimbandeiro*.

entrada *quimbo* ['kĩbu] *s.f.* emprést.
artigo/definição 1. aldeia 2. povoado
contexto Os recenseadores, preparados para o senso 2014, estão dispostos a trabalharem inclusivamente nos *quimbos*.

entrada *quissângwa* [ki'sãgwa] *s.m.* emprést.
artigo/definição 1. bebida caseira não alcoólica feita de fuba ou massango 2. garopa 3. bebida com a qual, tradicionalmente, se recebe um visitante
contexto Uma boa dona-de-casa deve saber preparar uma boa *quissângwa*.
nota Do Umbundu *cisangwa* [tʃi'sãgwa].

entrada *quizomba* [ki'zõba] *s.f.* emprést.
artigo/definição 1. género de música e de dança
contexto Não há festa de angolanos sem *quizomba*.
nota Datável da década de 80, em Luanda, após as grandes influências do estilo *zouk*.

entrada	<i>quizombada</i> [kizõ'bada] <i>adj.</i> neol.
artigo/definição	1. que diz respeito ao efeito da quizomba 2. relativo à passada dançante ao ritmo da kizomba
contexto	Estarei na festa da cidade. Prepara-te para uma boa <i>kizombada</i> .
nota	A dança desenrola-se aos pares.

entrada	<i>quizombar</i> [kizõ'bar] <i>s.f.</i> neol.
artigo/definição	1. dançar ao ritmo da kizomba
contexto	Aqui quem sabe <i>quizombar</i> ?

entrada	<i>quixiquila</i> [kiʃi'kila] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. trato baseado num acordo entre duas ou mais pessoas trabalhadoras que, no fim de cada mês, juntam os salários para usufruto de uma só pessoa, sendo que cada pessoa espera pelo seu mês 2. negócio 3. meio de sobrevivência
contexto	Sempre resolvi os meus problemas com as contas de casa através do <i>quixiquila</i> .
nota	Este vocábulo entrou no português angolano em princípios da década de 90.

entrada	<i>quilape</i> [ki'lapɨ] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. empréstimo com juros que uma pessoa ou entidade faz a outrem para receber de volta num período acordado por ambas as partes 2. negócio 3. meio de sobrevivência
contexto	No fim de cada mês, as minhas contas são sempre muito apertadas por causa dos meus <i>quilapes</i> .
nota	Este vocábulo entrou no português angolano em princípios da década de 90.

entrada	<i>quingla</i> ['kĩgla] <i>s.m. e f.</i> emprést.
artigo/definição	1. cambista ambulante, ilegal
contexto	Alguns <i>quinglas</i> trabalham com bancários.
nota	Datável da década de 90, com a economia de mercado instaurada no país.

entrada	<i>rebita</i> [Re'bita] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. género de dança de salão que exhibe o charme dos cavalheiros e das damas, em pares, desenrolando-se em coreografia coordenada pelo chefe da roda 2. género de música em dois tempos
contexto	A <i>rebita</i> é uma dança clássica angolana.
nota	Datável da década de 70 [?].

entrada *refugiado de guerra* [Refuzj'adudi'gɛRa] *s.m. e f. neol.*
artigo/definição 1. pessoa que teve de abandonar o seu país para fugir à guerra 2. desamparado
contexto No Botswana, os angolanos, refugiados de guerra, manifestam ao Governo angolano o seu desejo de regresso às origens.

entrada *retunda* [Re'tũda] *s.f. neol.*
artigo/definição 1. edifício em formato de uma roda, erguido normalmente no centro do cruzamento de quatro ruas 2. espécie de via circular
contexto O automobilista que faz a *retunda* tem sempre prioridade.

entrada *rotar* [Ro'tar] *s.f. neol.*
artigo/definição 1. expelir gases do estômago pela boca
contexto *Rotar* é saudável.

entrada *ruar* [Rw'ar] *v. neol.*
artigo/definição 1. correr com alguém de dentro de um edifício para fora 2. pôr na rua
contexto *Ruem* daqui!

entrada	<i>saldo</i> ['saɫdu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. cartão de recarga telefónica da rede móvel 2. unidade de impulsos para estabelecer uma ligação telefónica
contexto	Compra-me só um <i>saldo</i> . Podes-me enviar um <i>saldo</i> ? Não tenho <i>saldo</i> para ligar para a empresa dele.

entrada	<i>seculo</i> [se'kulu] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. pessoa mais velha de uma comunidade, aldeia, quimbo (cf. p. 258), grupo social 2. ancião 3. idoso 4. conselheiro 5. antepassado
contexto	Este assunto deve ser tratado com o <i>seculo</i> Kambonge. Os nossos <i>seculos</i> vão cuidar da gente.

entrada	<i>sembar</i> [sẽ'bar] <i>v.</i> emprést.
artigo/definição	1. movimento que se exerce de acordo com o tipo de dança que obedece aos ritmos da música semba
contexto	Sabe dançar quem sabe <i>sembar</i> .
nota	Um tipo de dança tradicional em Angola.

entrada	<i>sembista</i> [sẽ'biʃta] <i>s.m. e f.</i> emprést.
artigo/definição	1. apreciador do tipo de dança que obedece aos ritmos da música semba 2. dançarino de semba
contexto	Os jovens do Rangel são bons <i>sembistas</i> .

entrada	<i>só</i> ['sɔ] <i>adv.</i> neol.
artigo/definição	1. por favor 2. por gentileza 3. o que reforça um pedido de desculpa, ou um juízo de justificação
contexto	Deixa <i>só</i> ver isso. Vem <i>só</i> . Ela queria <i>só</i> saber que horas são.

entrada	<i>soba</i> ['sɔba] <i>s.m.</i> emprést.
artigo/definição	1. autoridade tradicional local que controla ou supervisiona um povoado, aldeia ou bairro
contexto	O <i>soba</i> Kalingicimwe convocou todos os jovens do bairro.
nota	Este vocábulo é uma corruptela de <i>osoma</i> [ɔsɔ'ma], do Umbundu, o que significa “rei”.

entrada	<i>soba-grande</i> ['sɔba'grãdi] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. autoridade tradicional local que controla ou supervisiona uma zona constituída por mais de um povoado, aldeia ou bairro
contexto	O <i>soba-grande</i> do Tchitato vai reunir com todos os sobas. Este vocábulo é também originário do Umbundu, <i>sasoma</i> [sa'sɔma].

entrada	<i>sobeta</i> [sɔ'beta] <i>adj.</i> emprést.
artigo/definição	1. soba pequeno
contexto	Naquela comuna, na margem do rio, vive um <i>sobeta</i> .
nota	Responsável por uma zona menor que aquela de que é responsável um <i>soba</i> .

entrada	<i>sozinho</i> [so'ziɲu] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. nome próprio 2. antropónimo
contexto	naquela empresa, todos conhecem o Sozinho
nota	Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>tio</i> ['tju] <i>s.m. e f. neol.</i>
artigo/definição	1. forma de tratamento dada a pessoas adultas que não tenham um título acadêmico ou uma função de grande relevância social 2. forma de tratamento de uma pessoa de quem se desconhece o nome 3. pessoa adulta, independentemente de ser ou não familiar
contexto	<i>Tio</i> , quais são os requisitos para eu fazer inscrição nesta universidade?
nota	Este vocábulo não é empregue apenas em contexto familiar. Na rua ou no local de trabalho, na escola ou noutro sítio qualquer. Culturalmente entende-se como um valor de convivência.

entrada	<i>trazer</i> [tra'zɛr] <i>v. neol.</i>
artigo/definição	1. levar 2. transportar consigo 3. conduzir algo ou alguém para um local
contexto	Quando eu chegar na igreja, vou <i>trazer</i> a minha oferta ao padre.

entrada	<i>triste</i> ['trɪʃtɨ] <i>s.m.</i> neol.
artigo/definição	1. nome próprio 2. antropónimo
contexto	O Triste não faz parte da nossa família.
nota	Tradicionalmente este nome caracteriza a pessoa que nasceu numa situação lamentável, lastimável, desagradável, e a pessoa a quem se lhe atribui, propositadamente, tal nome arrasta consigo uma memória negativa ao longo dos seus anos de vida.

entrada	<i>vir</i> ['vir] <i>v.</i> neol.
artigo/definição	1. ir ter com alguém 2. passar de um lugar para o outro
contexto	Sr. Livongue, não gasta o teu saldo do telemóvel. Espera só um pouco. <i>Venho</i> já ter contigo. Estou próximo.

entrada	<i>xandala</i> [ʃã'dala] <i>s.f.</i> emprést.
artigo/definição	1. planta usada para fins medicinais, da família do aloé vera 2. medicamento
contexto	A <i>xandala</i> tem sido usada para a cura do maculo (cf. p. 253).
nota	Nome de origem africana, muito usual no Sul de Angola.

entrada	<i>xingar</i> [ʃĩ'gar] <i>v.</i> emprést.
artigo/definição	1. dizer asneiras 2. disparatar 3. abusar 4. insultar 5. ofender moralmente alguém
contexto	Os alunos <i>xingaram</i> o professor de Química.

entrada *zunga* ['zũga] *s.f.* emprést.
artigo/definição 1. actividade do zungueiro 2. venda na rua ou ambulante
contexto Ganho a vida na *zunga*.
nota Este vocábulo generalizou-se nos anos de 2004-2005.

entrada *zungar* [zũ'gar] *v.* emprést.
artigo/definição 1. vender na rua 2. andar de casa em casa para vender produtos
contexto Se elas não *zungam*, os filhos não comem.

entrada *zungueiro* [zũ'gejru] *s.m. e s.f.* emprést.
artigo/definição 1. vendedor ambulante
contexto «Arreiou, arreiou, arreiou» é o “canto” dos *zungueiros* que serve de chamariz para atrair a clientela na via pública.

4.1.3.1.3. Levantamento estatístico

A maior parte das entradas lexicográficas tratadas são nomes. Isto justificar-se-á pelo facto de os nomes constituírem a classe lexical normalmente encarada como sendo a mais aberta. Verificámos que a incorporação de vocábulos oriundos das línguas autóctones (adopção/importação lexical) no português é o processo com maior produtividade, seguindo-se a derivação (neologia formal) e a polissemia (neologia semântica).

No caso dos vocábulos polissémicos,

«podem conceber-se pontes semânticas entre os vários sentidos, atribuídos a processos diversos, sendo particularmente sistemáticos na língua os processos de extensão ou restrição dos sentidos, nomeadamente por metáfora e metonímia» (cf. Raposo *et al.*, 2013: 191).

No que respeita à derivação, identificámos os prefixos e sufixos mais produtivos na construção de nomes e de outros vocábulos analisados. Na figura que se segue, apresentam-se os prefixos e sufixos dos processos, nas mais diversas classes de palavras.

Prefixos e sufixos					
Substantivos					
Prefixos	Frequência	Exemplos	Sufixos	Frequência	Exemplos
ca-	1	caterça	-dade	1	angolanidade
multi-	1	multicaixa	-ção	1	angolanização
-	-	-	-eiro	5	cabuleiro
-	-	-	-ista	2	sembista
-	-	-	-dor	1	cobrador
Adjectivos					
-	-	-	-ado	2	abusado
-	-	-	-ada	1	kizombada
-	-	-	-eta	1	sobeta
Verbos					
des-	2	desencostar	-ar	14	ruar

Figura 45 – Levantamento estatístico das entradas lexicográficas por prefixos e sufixos

No PA, os prefixos e sufixos são, pois, variados e coincidentes com os do PE. Destaque-se, porém, a identificação de um prefixo originário de uma das línguas bantu, o Umbundu. Trata-se do prefixo “ca-”, que, na língua de origem, se escreveria com a letra “K”. Este prefixo não é comum na variante padrão em construção, mas sim na variante popular de Benguela, especialmente. Contudo, em determinados antropónimos, que não são muitos, o seu uso é inevitável.

Na classe dos substantivos, o sufixo mais frequente é “-eiro”, a partir do qual são formados muitos vocábulos. Na classe dos verbos, destaque-se o sufixo “-ar”, constituído pela VT “-a-”, característica dos verbos da 1.^a conjugação, e pelo sufixo “-r”, marca do infinitivo impessoal.

Chamou-nos atenção o facto de encontrarmos no PA alguns antropónimos que, no PE, ou são nomes comuns, ou são adjectivos. É o caso de “canivete, bacia, sozinho, infeliz, triste,” etc. Com efeito, constatamos que, em geral, no que respeita à onomástica angolana, os antropónimos são atribuídos em função das circunstâncias biológicas, climáticas ou históricas que passam a marcar o nascimento de um indivíduo.

Segundo Macedo (2006), a preocupação dos povos bantu em assinalar os mais diversos dados biológicos e biográficos dos seus descendentes insere-se na filosofia da comunidade cultural e procura manter informado cada um dos seus membros acerca da sua origem biológica, histórica, etc. Os vínculos da sua pessoa aos progenitores, do seu lugar na sociedade, do espaço cósmico e das suas relações com as forças da natureza, divindades, *seculos*, componentes da sua existência, do *modus vivendi*, são tidos em conta para atribuir nome a alguém. Acrescente-se que a não observância desse princípio pode acarretar consequências desagradáveis como, por exemplo, doenças, desgraças, etc.

4.2. Conclusão

Face ao exposto, no que respeita aos aspectos morfo-sintáticos, fónicos e lexicais, divergentes entre o PE e o PA, note-se o seguinte:

4.2.1. PA: nível morfo-sintático

- Quanto aos pronomes clíticos, o “lheísmo” é um fenómeno motivado por um processo de interferência de substrato. O sistema pronominal das línguas bantu é sintético e simples, quanto aos seus tipos, funções e padrão de colocação, o que influencia o sistema pronominal do PA. Em geral, nas línguas bantu, não existem pronomes clíticos. Numa tradução do bantu para o português, não se deve confundir os morfemas pré-verbais bantu, que têm valor de “afixo”, com as formas clíticas pronominais românicas.

Desde há séculos, o facto de a política colonial portuguesa não ter massificado o acesso ao ensino e à aprendizagem formal da LP, mesmo na segunda metade do século XX, para além da compulsiva negação da realização do ensino através das línguas africanas (Filusová, 2012), contribuíram para a africanização da LP em Angola, o que pode explicar a não aquisição/aprendizagem de determinadas propriedades gramaticais do PE e a interferência de propriedades das línguas bantu no discurso comunitário.

Por último, outro facto a ter em conta no surgimento de novas propriedades no sistema pronominal do PA é um processo natural de transformação das línguas, ao longo dos tempos. O sistema pronominal do PE caracteriza-se como sendo complexo. Tal complexidade poderá estar na origem da

simplificação do referido sistema pela lei do menor esforço. O efeito dessa simplificação não chega a criar problemas no processo de comunicação.

- Quanto aos modos verbais, analisámos apenas dois modos: o conjuntivo e o imperativo, por não se verificarem diferenças significativas no indicativo. Em relação ao conjuntivo, explorámos apenas os tempos verbais do «presente» e do «imperfeito».

Nesses casos, identificámos a presença de novos paradigmas. No PA, determinados verbos não seleccionam normalmente o modo conjuntivo. Todavia, consideramos que este fenómeno linguístico ainda é instável, apesar de se verificar, no comportamento linguístico dos falantes, uma tendência para aceitação generalizada.

Em relação ao modo imperativo, identificámos duas formas do imperativo negativo, que designamos por imperativo negativo fraco e imperativo negativo forte. Este último corresponde ao do PE, mas aquele é típico do PA. Em síntese, no PA, existem três formas: o imperativo afirmativo, o imperativo negativo forte e o imperativo negativo fraco.

- Quanto aos processos sintácticos de concordância, na aplicação das regras de concordância nominal, os falantes revelam alguma insegurança linguística em relação aos padrões de marcação de número entre o núcleo do SN e os seus determinantes e entre o verbo e o[-s] seu[-s] complemento[-s]. Revelam ainda alguma insegurança na concordância entre o

verbo e o sujeito. Assim, os casos de concordância em referência são testemunhos da redundância.

- Quanto aos padrões de graduação e comparação, a análise permitiu aferir que há uma aceitação generalizada de um novo paradigma cujos operadores de comparação assentam na seguinte estrutura sintáctica: [adv. + adj. + prep.(*de*) + termo comparado]. Observamos que os adjetivos “bom, mau e grande”, nem sempre seguem as formas lexicais especiais para indicar o grau comparativo de superioridade – respectivamente, “melhor, pior e maior”, mas sim, normalmente aparecem a seguir ao advérbio “mais”. Uma outra particularidade prende-se com a do tipo “v. preferir + do que”. Trata-se de um tipo de construção que manifesta alguma semelhança com construções comparativas de grau, mas que, lexicalmente, não chega a sê-lo. Em geral, verifica-se um certo enfraquecimento de paradigmas prototípicos de graduação e comparação do PE e a ocorrência de novos paradigmas, tornando o PA uma variedade mais simplificada. Todavia, a partilha de paradigmas de graduação e comparação com o PE indica não levantar problemas de compreensão no discurso.
- Quanto aos processos sintácticos de regência, registámos também uma certa instabilidade no domínio de alguns paradigmas, segundo o PE. Se no PE estão entre as preposições mais frequentes a preposição “de, a, com, em, para e por” (cf. Raposo, *ibid.*, p. 1503); no PA, a preposição “em” é a mais frequente, sendo a preposição “a” a mais sujeita a alterações ou mudanças. Serão necessários muitos

estudos para sustentar a hipótese de que, no PA, a função e uso de preposições, no quadro das regências, constituem uma simplificação em relação ao PE, por se verificar uma tendência para a generalização da preposição “em”.

4.2.2. PA: nível fónico

- Em relação ao vocalismo, as principais marcas que contrastam o PA com o PE são: a existência da vogal nasal central aberta; a redução e simplificação do sistema vocálico. No PA, regra geral, o processo de redução vocálica em posição átona, que conduz à elevação e centralização destas vogais no PE, não ocorre. Assim, enquanto o PE comporta catorze vogais, nove orais e cinco nasais; o PA comporta treze, oito orais e cinco nasais, mas diferentes.

No domínio do consonantismo, o PA apresenta vinte e quatro fonemas, sendo dezasseis orais e oito nasais. O sistema consonântico do PE comporta dezanove fonemas, dezasseis orais e três nasais. Neste caso, o sistema consonântico do PA é mais complexo e apresenta maior número de elementos.

Face ao exposto até aqui, prova-se que o sistema fonológico de uma língua está sempre sujeito a transformações, devido a várias causas, entre as quais o contacto linguístico.

A partir do *corpus* analisado, foram identificados casos decorrentes de processos fonológicos, tais como: acréscimo (epêntese) e supressão (síncope e apócope). Além disso, refira-se a estrutura silábica, outro dado analisado, evidenciando-se uma tendência generalizada para a simplificação com recurso

ao apagamento dos grupos consonantais, através da inserção da vogal [i], principalmente.

4.2.3. PA: nível lexical

- A título de amostra, foram tratados apenas cento e vinte e seis (126) vocábulos. No entanto, considera-se ser esta amostra relevante e pertinente na medida em que, regra geral, as formas específicas do PA designam realidades caracteristicamente angolanas, constituindo-se como veículo expressivo da história, do património, da cosmovisão e do saber linguístico desta mesma nação.

Quanto à análise e ao tratamento dos vocábulos, é de sublinhar a nossa opção pelos termos neologismo formal, neologismo semântico e empréstimo.

Na sua maioria, os vocábulos especificamente do PA são casos de empréstimos, fruto do contacto da LP com as diversas línguas bantu faladas em Angola.

Face ao exposto, como resultado de várias constatações, ainda ao longo da redacção do presente trabalho, perspectivamos para trabalhos futuros explorar os seguintes temas:

- preferência pela posição dos adjuntos adverbiais na frase;
- classes aspectuais: eventos e estados;
- subordinação argumental finita e modo a seleccionar;
- ocorrência do artigo;
- valor semântico dos pronomes demonstrativos;

- propriedades sintácticas e semânticas do complemento directo;
- propriedades sintácticas e semânticas do complemento indirecto;
- orações relativas e as propriedades dos constituintes relativos;
- interrogativas parciais e as condições sobre o movimento-Q nas interrogativas (grau de preferências).

CAPÍTULO V:
A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA
Perspectivas de Futuro

5.1. Português de Angola: uma norma em construção

O presente trabalho partiu da tese de que estaria provavelmente em construção em Angola uma norma específica, muito desfasada da do PE, procurando demonstrar a existência de tal norma e identificar as suas características relevantes nos diferentes domínios da língua. Testada esta tese, com uso de uma metodologia previamente estabelecida, os nossos resultados evidenciam que, em Angola, coexistem, de facto, duas normas, sendo uma real (a do PA), e a outra ideal (a do PE), correspondente à língua oficial do Estado angolano. Assim, verifica-se, em Angola, ao contrário do que acontece em Portugal, um afastamento considerável entre a norma culta e a norma padrão.

As conclusões obtidas pela análise dos dados permitem confirmar que o maior domínio da norma europeia em Angola não está directamente relacionado com o estatuto sócio-económico dos falantes, verificando-se que, regra geral, os nossos informantes, apesar de serem falantes cultos, têm uma exposição à norma europeia (ideal) muito reduzida, mesmo em actos administrativos ou formais, o que permite verificar um processo de institucionalização em curso de uma nova norma, confirmando-se a influência da sociedade na língua.

A explicação última das propriedades linguísticas específicas do PA tem a ver com o seu funcionamento social. «O facto de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades: diatópicas, diastráticas e diafásicas» (cf. Cunha & Cintra, *ibid.*, p. 3). Deste modo, a língua manifesta-se num quadro social que condiciona a sua estrutura e o seu real funcionamento.

Tomando em atenção as palavras de Jespersen (1947: 113), na óptica da norma padrão, envolvendo juízos de valor linguísticos, é linguisticamente ideal e praticável aquilo que é exigido pela comunidade linguística a que se pertence. O que difere é considerado linguisticamente impraticável.

No entanto, se é verdade que a norma padrão emana, em princípio, dos hábitos linguísticos dos falantes cultos de uma sociedade, não é menos verdade que, no caso de Angola, o falar das camadas cultas angolanas se afasta já significativamente da norma padrão, identificada com o PE, sendo evidente a existência de um vocabulário comum específico, bem como um sistema fonético-fonológico e morfo-sintáctico com particularidades assinaláveis. Assim, tal como se verificou, é posto em questão o real papel do PE na administração do Estado, bem como na relação institucional deste com os seus cidadãos.

5.1.1. Principais factores de mudança

A interferência, directa ou indirecta, da gramática das línguas bantu é um dos principais factores externos de mudança, relevantes na constituição da nova norma do PA, a que se podem juntar outros como o contacto com as diferentes culturas locais e as novas necessidades comunicativas que vão surgindo, decorrentes de mudanças na estrutura social, no sistema de governação, no sector económico, etc. Acrescente-se ainda a fraca exposição à norma europeia.

No domínio dos factores internos, as mudanças concluídas ou em curso não se afastam das causas e padrões de mudança de qualquer língua, destacando-se a reanálise e a tendência para a simplificação dos paradigmas.

As alterações registadas no plano fónico caracterizam os hábitos articulatorios próprios dos naturais e habitantes de Angola no geral, influenciados pelas línguas bantu nativas. Quer no domínio fónico, quer noutros domínios da gramática, é evidente, regra geral, o efeito da lei do menor esforço, verificando-se uma tendência para articulações e construções mais fáceis e cómodas na forma de realização da língua. Servem de exemplo os fenómenos de monotongação, de assimilação, de supressão de sílabas em qualquer posição da palavra; a redução dos mecanismos da concordância de número, dos processos de graduação e comparação, simplificação do sistema pronominal reflexo e não reflexo, entre outros.

Um outro factor de mudança decorre da educação fonética na infância. A língua materna das gerações mais jovens, sendo o português, é-o na sua variedade angolana. E esta variedade, diferente da variedade europeia, tem um sistema fonológico próprio e uma prosódia igualmente própria. A sua aquisição ocorre num contexto familiar em que as possibilidades de exposição ao padrão europeu são, à partida, nulas. Aliás, basta ver que, mesmo em contextos formais de comunicação, ainda assim, são muito poucas as possibilidades de exposição ao referido padrão. É neste quadro que se desenvolve uma variedade própria, que vem emergindo ao longo do tempo, de geração para geração.

5.2. Português de Angola e Estratégia de Valorização

A partilha de um mesmo espaço geopolítico por indivíduos de diferentes comunidades etnolinguísticas cria inevitáveis casos de comunicação plurilingue, dando origem a assimetrias estatutárias – de tipo étnico, sócio-económico, ideológico, etc. Esta situação de plurilinguismo, complexa e geradora de tensões, só poderá, em nosso entender, ser integrada como característica sócio-histórica marcante em Angola pela adopção de uma política linguística que, baseada no conhecimento científico das línguas nativas e das particularidades do PA, se adapte a esta realidade.

O quadro que se configurou para o português em Angola, desde 1975, continuou a colocar em segundo plano o papel administrativo, económico e político das línguas autóctones, apesar de, já nessa época, terem sido levadas a cabo pelo Governo acções para o seu desenvolvimento, nomeadamente no apoio a projectos de investigação, com vista a criar condições para o ensino destas permitindo, assim, a preservação das tradições locais. Como já se referiu anteriormente, a criação do Instituto de Línguas Nacionais é um exemplo disto. Todavia, é importante sublinhar que tais acções eram, já desde essa mesma época, contrariadas pelo papel central do português.

A vontade política da criação e construção de um Estado-Nação⁷¹, uno e indivisível, de Cabinda ao Cunene e de Benguela ao Moxico, esteve na origem da opção pelo português como língua oficial após a descolonização.

⁷¹ De acordo com Nzau (*ibid.*, p. 117), a escolha recaiu sobre a LP que, a par da difusão territorial, das funções, do número de falantes nativos e, fundamentalmente, do estatuto político, caminha triunfante em direcção à nacionalização.

No conjunto das dezenas de línguas e variedades linguísticas, símbolo da multiculturalidade nacional, e uma vez que os partidos políticos se faziam representar por regiões etnolinguísticas bem delimitadas, evitando tensões e conflitos étnicos futuros; o português, nesse contexto, era a única língua operacional. Por outro lado, segundo se relata, era de todo sensato ponderar que não havia outra opção política linguística possível para Angola, sendo que a herança e a adopção do modelo do Estado colonizador, a tradição escolar, elementos da cultura, a tradição da imprensa, a necessidade de ligação e contacto com o mundo exterior, etc., tudo isto, favoreciam tal decisão. Além da necessidade de massificação da formação de quadros numa língua operacional, também pesou na opção pela LP o facto de os formadores, tendo sido formados no Estado colonial, muitos deles eram monolíngues, em português, principalmente os da elite angolana. Neste quadro, fica evidente que não teria sido possível a opção por uma língua autóctone como língua oficial⁷².

O presente trabalho permitiu concluir que, na actualidade, a escola angolana, sem distinção do nível de ensino (básico, médio ou superior), TV, Rádio nacionais e outros veículos de difusão da norma, não difundem já a norma padrão europeia. A competência dos falantes cultos revela, pois, a existência de uma nova norma em estado avançado de construção, que se afasta notavelmente da norma europeia.

Determinadas questões referentes ao sistema de ensino como, por exemplo, a sua qualidade, são decorrentes, em grande parte, da

⁷² Países como Angola seguem, regra geral, uma política exoglóssica, isto é, oficializam, na independência, uma língua colonial que, na maior parte dos casos, é, desde há muito, usada nas actividades tuteladas pelo governo (Firmino, 2005).

assimetria, cada vez maior, entre a norma padrão, ideal, e a norma culta, real. Por outro lado, os níveis de sucesso escolar, capacidade de exercício dos direitos de cidadania, etc., estão fortemente condicionados pelo valor sócio-político atribuído à LP. Perante esta situação, afigura-se adequada e desejável uma actualização da norma padrão da LP em Angola, com base em estudos científicos, que permitem compreender profundamente as suas peculiares características, aproximando-a da norma culta angolana, na medida em que, enquanto instrumento de comunicação do Povo angolano, a LP deve assumir uma forma própria, que melhor se adeque à expressão da sua história e cultura.

Assim, em Angola, a existência de formas linguísticas inovadoras estáveis e/ou em via de estabilização, já não permite negar a presença de uma norma angolana em fase avançada de construção, cujo processo é, ao que tudo indica, irreversível, conduzindo à necessidade do seu incentivo e apoio institucional à sua investigação e conseqüente redefinição da política linguística vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUALUSA, José Eduardo (2005): *A língua portuguesa em Angola - língua materna versus língua madrasta. Uma proposta de paz*. USP, X(10), 27-33. Disponível em: ([download](#)).

ALEXANDRINO, José Melo (2013): *O Novo Constitucionalismo Angolano*. Lisboa: Centro de Investigação de Direito Público – CIDP.

ALMEIDA, Nuno Carlos de (2011): *Língua Portuguesa em Timor-Leste*. Lisboa: LIDEL, Edições Técnicas.

ALVES, Adalberto (2013): *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ALVES, Ieda Maria (2004): “A Unidade Lexical Neológica: do histórico-social ao morfológico”. *In: As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Vol. II. Campo Grande, MS: Ed UFMS.

AZEVEDO, José Carlos de (2008): *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda *et al.* (2006): “The African Varieties of Portuguese: compiling comparable corpora and analyzing data-derived lexicon”. *In: Proceedings of the Fifth International Conference on Language Resources and Evaluation*. LREC, pp. 1791-1794. Genoa, Italy, 22-28 May 2006. ELRA. Disponível em: ([download](#)).

BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda *et al.* (2008): “Aspectos de Unidade e Diversidade do Português: as variedades africanas face à variedade europeia”. *Veredas*, pp. 35-60. Disponível em: ([download](#)).

BANDEIRA, Marina (s.d.): *Texto 1 B: tipos de Pesquisa*. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapsam/texto%201b%20->

[%20TIPOS%20DE%20PESQUISA.pdf](#) (acedido a 23 de Dezembro de 2011).

BAGNO, Marcos (2012): *Norma Linguística, Hibridismo e Tradução*.

Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/download/6652/536>

8 (acedido a 12 de Março de 2015).

BARBOSA, Adriano Correia (2011): *Dicionário Português-Cokwe*. Vols I e II. Luanda: Gestgráfica, SA.

BARBEITOS, Arlindo (1983): “O Português em Angola”. In: *Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Actas, vol. I, pp. 421-424. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

BARROS, Agnela (2002): “A Situação do Português em Angola”. In: *Uma Política de Língua para o Português*, pp. 35-44. Lisboa: Colibri.

BARROS, Elizabete Umbelino de (2007): *Línguas e linguagens nos candomblés de nação Angola*. (Tese de doutoramento). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Disponível em: ( [download](#))

BARROS, Vítor Fernando (2011): *Gramática da Língua Portuguesa*. (Maria Helena Mateus, org.): *Uma Política de Língua para o Português*. Lisboa: Colibri.

BARDIN, Laurence (2008): *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BENDER, Gerald J. (2004): *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila.

BENTO, Cristiana Teresa Joaquim Francisco (2010): *Contributos para uma Caracterização Linguística do Luandense*. (Tese de Doutoramento). Aveiro: Universidade de Aveiro.

BORBA, Francisco S. (2002): *Dicionário de Usos do Português do Brasil*. São Paulo: Editora Ática.

BOULANGER, Jean-Claude (1979): “Neologie et Terminologie”. In: *Neologie en Marche*. Montreal, v. 4, pp. 9-116.

CÁ, Ocuni Lourenço (2011): *Cultura Escolar e os Povos Coloniais: a questão dos assimilados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP1)*. Vol. 13, n.º 1, pp. 207-224. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856304.pdf>. (acedido a 12 de Setembro de 2013)

CABRAL, Amílcar (2008): *Documentário: textos políticos e culturais*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes.

CABRAL, Lisender Augusto Vicente (2005): *Complementos Verbais Preposicionais do Português em Angola*. Vol. II. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (1975): *História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Vozes.

_____ (1980): *Estrutura da Língua Portuguesa*. 10.^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

_____ (2007): *Dicionário de Linguística e Gramática*. 26.^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

CANN, John P. (1997): *Counter-Insurgency in Africa: the portugueses way of war 1961-1974*. London: Greenwood Press.

CARRASCO, Agnelo (1988): *Subsídios para o estabelecimento da norma do Português em Angola*. (Monografia de licenciatura). Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação.

CARVALHO, José G. Herculano de (1971): *A Difusão da Língua Portuguesa em África*. Luanda: Universidade de Luanda.

CARVALHO, Paulo de (1991): *Estrutura Social e Linguagem: o caso da Angola colonial*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Africanos.

CARVALHO, Paula Gonçalves (2013): *Angola – estudos económicos e financeiros*. RPI. Disponível em:
www.bancobpi.pt/content/conn/pdf/dDocName:PR_WCS01_UCM01004581
(acedido a 10 de Julho de 2014)

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina & NASCIMENTO, André Marques do (2006): “Sociolinguística Variacionista e Funcionalismo: confluências epistemológicas”. In: *XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística / I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (SILEL)*. Disponível em:
http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_480.pdf

CASTRO, Ivo (2006): “Norma Linguística e Ensino do Português”. In: *Caderno Escolar. Pensar a Escola*, n.º 3. Lisboa, pp. 30-34.

_____ (2008): *Introdução à História do Português*. 2.^a ed. Lisboa: Edições Colibri.

CASTRO, Tonta A. de *et al.* (2011): *A Batalha de Kifangondo – 1975 – factos e documentos*. Luanda: Mayamba.

CHAVAGNE, Jean-Pierre (2005): *La langue portugaise d'Angola. Etudes des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. (Tese de doutoramento). Université de Lyon 2. Disponível em: ( [download](#)).

CHAVES, Mateus Justino (2008): *O Papel Reconciliador da Igreja no Pós-Guerra Civil em Angola*. 1.^a ed. Anápolis-GO: Transcultural.

CHÉRGOVA, Vésela (2009): “Particularidades do Sistema Verbal Português no Indicativo”. In: *Études Romanes de Brno 30*. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2F Dialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2F articulo%2F4267257.pdf&ei=7BXhU7nqLKTfOQXqllHIDQ&usg=AFQjCNGBXsywQ3E0XswS00YbLdbU6w9PFQ&sig2=soLmROvTgla5l5FXVupyHw> (acedido a Setembro de 2013).

CHICUNA, Alexandre Mavungo (2009): *Tratamento Lexicográfico dos Portuguesismos em Kyombe*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CHOMSKY, Noam (1999): *O Panorama Minimalista*. (Eduardo Paiva Raposo, trad.). Lisboa: Caminho.

_____ (2000): *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Massachusetts Institute of Technology. Cambridge University.

CLARE, Nícia de Andrade Verdini (2004): *Léxico: continuidade linguística, empréstimo vocabular e formação vernácula*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/27.htm> (acedido a 8 de Abril de 2014).

COAN, Márluce & FREITAG, Raquel Meister Ko. (2010): “Sociolinguística Variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino”. In: *Revista Electrónica de Linguística*, vol. 4, n.º 2. Disponível em: (<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>).

COLE, D. (1961): “Dokés Classification of Bantu Languages”. In: *Contributions to the History of Bantu Linguistics*. Witwatersrand University Press.

COMERFORD, Michael G. (2005): *O Rosto Pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002)*. Luanda.

CONTENTE, Maria Madalena Dias Marques (2008): *Terminocriatividade, sinonímia e equivalência interlinguística em Medicina*. Lisboa: Edições Colibri.

CONSTITUIÇÃO (2011): *Constituição*. Luanda: Imprensa Nacional.

CORDEIRO, Luciano (1936): *Questões Histórico-Coloniais*. Lisboa.

CORRÊA-CARDOSO, João (2011): *Sociolinguística Urbana de Contacto: o português falado e escrito no Reino Unido*. Coimbra: Palimage – Imagem Palavra.

CORREIA, Liliana (2010): “Revolução dos Cravos 25 de Abril: a ditadura, a revolução e a democracia”. In: *PQ-Jornal*. Disponível em: http://www.pq-jornal.com/index.php?option=com_content&view=article&id=297:revolucao-dos-cravos-25-de-abril-a-ditadura-a-revolucao-e-a-democracia&catid=4:reportagem&Itemid=13 (acedido a 2 de Setembro de 2012).

CORREIA, Margarita (1999): *A denominação das Qualidades: contributos para a compreensão da estrutura do léxico português*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

_____ (2009): *Os Dicionários Portugueses*. Lisboa: Caminho.

CORREIA, Margarita e LEMOS, Lúcia San Payo de (2009): *Inovação Lexical em Português*. Lisboa: Edições Colibri.

COSERIU, Eugenio (1956): *La Geografía Lingüística*. Montevideo, Instituto de Filología, Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad de la Republica.

COSTA, António Fernandes da (1997): *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantas em Angola. Para uma análise diferencial*. (Tese de doutoramento). Braga: Universidade do Minho.

CRUZ, Arsénio da Silva (2007): *Perfil Linguístico do Falante Urbano do Lubango e sua Relação com Factos Económicos e Sociais*. (Dissertação de mestrado). Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação.

CUESTA, Pilar Vázquez & LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.

CUESTA, Pilar Vazquez (1990): “O ensino do português enquanto língua segunda em Angola”. *Angolê: Artes, Letras, Ideias*, n.º 1, pp. 15-18.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 15.^a ed. Lisboa: João Sá da Costa.

CZOPEK, Natalia (2012): “Lá porquê você fala uma língua nacional, não é mais angolano do que eu: algumas observações sobre a realidade

linguística de Angola”. In: *Romanica Cracoviensia*, vol. 11, pp. 83-89.

Kraków.

D’ANDRADE, Ernesto (1992): *Temas de Fonologia*. Lisboa: Edições Colibri.

DELBECQUE, Nicole (2006): *A Língua Cognitiva – compreender como funciona a linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget.

DELGADO-MARTINS (2002): *Fonética do Português – trinta anos de investigação*. Lisboa: Editorial Caminho.

DIAS, Hildizina (1991): “Os empréstimos lexicais das línguas bantu no português”. In: *Actas do Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África*. Santarém: Escola Superior de Santarém.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001). Vols. I-II. Lisboa: Verbo.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA (2003). Lisboa: Temas e Debates.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2003). Porto: Porto Editora.

DUARTE, Inês (2000): *Língua Portuguesa: instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

_____ (2008): *O Conhecimento da Língua: desenvolver a consciência lexical*. Lisboa.

ELIOT, T. S. (2002): *Notas para a Definição de Cultura*. (Ernesto Sampaio, trad.). Lisboa: Século XXI.

EMILIANO, António (2009): *Fonética do Português Europeu: descrição e transcrição*. Lisboa: Guimarães Editores.

ENDRUSCHAT, Annette (1989): “Création lexicale en portugais parlé dans la République populaire d’Angola”. (Jean-Michel Massa e Matthias Perl, eds.). *In: La langue Portugaise en Afrique: Angola, Cap-Vert, Guinée-Bissau, Mozambique, St-Thomas*, pp. 69-86. Rennes: Presses Universitaires de Rennes 2, Université de Haute Bretagne.

_____ (1990): “A língua falada como força motriz do desenvolvimento do português angolano”. *In: Angolê: Artes, Letras, Ideias*, n.º 1, pp. 8-11.

ESTERMANN, Carlos (1960): *Etnografia do Sudoeste de Angola (Vol. III)*. Lisboa.

_____ (1961): *Etnografia do Sudoeste de Angola (Vol. I)*. Lisboa.

FARIA, Isabel Hub (2003): “Contacto, Variação e Mudança Linguística”. Maria Helena Mira Mateus *et al.*: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

_____ (2008): “Expressões Idiomáticas, Metáforas, Emoções, Sentidos Figurados e Sujeitos Experienciadores”. (Isabel Hub Faria, org.): *Lindley Cintra: Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 377-402.

FELGAS, Hélio (1961?): *Guerra em Angola*. 2.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

_____ (1965): *As Populações Nativas do Norte de Angola*. Lisboa.

FERNANDES, João & NTONDO, Zavoni (2002): *Angola: povos e línguas*. Luanda: Editorial Nzila.

FERREIRA, Manuel (1990 [1983]): ‘Numa perspectiva sociocultural. Que futuro para a língua portuguesa em África?’ *In: Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. 2.^a ed., pp. 248-272. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

FERREIRA, Júlia Dias (2008): “Para o Estudo Contrastivo das Vogais em Inglês e Português”. (Isabel Hub Faria, org.): *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos.

FERREIRA, Manuela Barros *et. al.* (1996): “Variação linguística: perspectiva dialectológica”. (Isabel Hub Faria *et al.*, org.): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

FIGUEIREDO, Carlos (2003): “O Português em Angola – algumas considerações em contexto literário”. *In: 1as Jornadas de Língua e Cultura Portuguesa*, pp. 113-128. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa.

FILUSOVÁ, Radoslava (2012): *Difusão e Desenvolvimento do Português Vernáculo de Angola*. Masarykova Univerzita.

FIRMINO, Gregório (2005): *A Questão Linguística na África pós-Colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores.

_____ (2009): “A Dimensão Linguística da Integração Regional entre Países da SADC – premissas e perspectivas”. (Armando Lopes e Gregório Firmino, orgs.): *Linguística, Diversidade Cultural e Integração Regional*, pp. 55-68. Maputo: Imprensa Universitária/Universidade Eduardo Mondlane.

FOGUETÃO, Pedro Benga Lima (2007): *Percursos Espinhosos – memórias*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.

FONSECA, Ámerico (1981): *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Lisboa: União dos Escritores Angolanos.

FONSECA, Dagoberto José (2012): “As Línguas Nacionais e o Prestigioso Português em Angola”. *In: Anais do SIELP*, vol. 2, n.º 1. Uberlândia: EDUFU.

FONSECA, Hely Dutra Cabral da (2010): “Marcas do Passado e as Variedades do Português no Brasil e em Angola”. *Humanas* (3). Disponível em: ([download](#)).

_____ (2011): “Línguas Africanas e a Estrutura V+NEG no Português do Brasil e d’Angola”. *In: Pápiá*, n.º 2(21), pp. 195-208. Disponível em: ([download](#)).

FORTIN, Marie-Fabienne (s.d.): *O Processo de Investigação – da concepção à realização*. Faculdade de Ciências de Enfermagem. Universidade de Montreal.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho (2012): “Transição Democrática em Angola”. *In: Observatório da África. Análise da África Contemporânea – Grupo de Estudos Africanos – IREL/UNB*. Disponível em: <http://observatoriodafrica.wordpress.com/2012/06/30/transicao-democratica-em-angola/> (acedido a 22 de Agosto de 2012)

GALISSON, R. & COSTE, D. (1983): *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.

GARCIA; Carlos Alberto (1970): *Paulo Dias de Novais: o fundador de Angola..* Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

GARTNER, Eberhard (1986): “Remarques sur la Syntaxe du Portugais en Angola et au Mozambique”. *In: Linguistische Arbeitsberichte*, n.º 53, pp. 21-45.

_____ (1989): “Remarques sur la Syntaxe du Portugais en Angola et au Mozambique”. *In: Etudes Portugaises et Brésiliennes*, XXI, pp. 29-53.

_____ (1989): “Remarques sur la Syntaxe du Portugais en Angola et au Mozambique”. (Jean-Michel Massa e Matthias Perl, eds.): *La langue Portugaise en Afrique – Angola, Cap-Vert, Guinée-Bissau, Mozambique, St-Thomas*, pp. 29-53. Rennes: Presses Universitaires de Rennes 2, Université de Haute Bretagne.

_____ (1989): “Remarques sur la Syntaxe du Portugais en Angola et au Mozambique”. *In: Études Portugaises et Brésiliennes*, n.º 21, pp. 29-54.

_____ (1989): “Syntaktische Besonderheiten des Portugiesischen in Angola und Moçambique”. (Matthias Perl, ed.): *Portugiesisch und Crioulo in Afrika – Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*, pp. 184-214. Leipzig: Karl Marx Universität, Sektion Theoretische und Angewandte Sprachwissenschaft.

_____ (1996): “Particularidades Morfossintáticas do Português de Angola e Moçambique”. *In: Confluências*, n.º 12, pp. 29-58.

_____ (1997): “Coincidências dos fenómenos morfo-sintáticos do substandard do português do Brasil, de Angola e de

Moçambique”. (Ruth Degenhardt, Thomas Stolz e Hella Ulferts, eds.): *Afrolusitanistik - eine vergessene disziplin in Deutschland*, pp. 146-180. Bremen: Universität Bremen.

GONÇALVES, Perpétua (1990): *A Construção de uma Gramática do Português em Moçambique - aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Lisboa.

_____ (2013): “O Português em África”. In RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al* (orgs.). *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GREENBERG, Joseph Harold (1963): *The Languages of Africa*, vol 25. Indiana Univ.

GREGÓRIO, Anete Mariza Torres (2006): “Particularidades linguísticas no português de Angola”. In: *Revista Philologus*, n.º 11(34). Disponível em: [\(download\)](#).

GRIMES, Barbara F. ed. (1996): *Ethnologue*. Dallas: Summer Institute of Linguistics.

_____ ed. (2000): *Ethnologue*, vol. II. Dallas: Summer Institute of Linguistics.

GUEBE, António (2003): *O que Eu Aprendi no Otchoto*. Luanda: Kilombelombe.

_____ (2009): *O Pensamento Social sobre Cidadania e Democracia em Angola: o caso da comunidade rural Va-Hanha (1992-2007)*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: ISCTE. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/2649>.

GUILBERT, Louis (1975): *La Créativité Lexicalé*. Paris: Librairie Larousse.

GUTHRIE, Malcolm (1948): *The Classification of Bantu Languages*.

London: International African Institute, Oxford University Press.

_____ (1967): *Comparative Bantu*, vols I, II, III. London: Gugg Press.

HODGES, Tony (2001): *Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Principia.

HOLM, John (2009): “The Genesis of the Brazilian Vernacular: insights from the indigenization of portuguese in Angola”. *In: Papia* (19), pp. 93-122. Disponível em: ([download](#)).

HOLM, John & INVERNO, Liliana (2005): “The Vernacular Portuguese of Angola and Brazil: partial restructuring of the noun phrase”. *In: Encontro Annual da Associação: Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, pp. 27-29. Université d'Orléans.

INVERNO, Liliana (2004): “Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística”. (Mauro Fernández, M. Fernández-Ferreiro e Nancy Vázquez Veiga, eds.): *Los Criollos de Base Ibérica: ACBLPE*, pp. 201-213. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert.

_____ (2006): *Angola's Transition to Vernacular Portuguese*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

_____ (2008): “Transição de Angola para o português vernáculo: uma história sociolinguística”. (Luís Reis Torgal, coord.):

Comunidades Imaginadas, pp. 169-182. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

_____ (2009): “A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal”. (Ana M. Carvalho, ed.): *Português em Contato*, pp. 87-106. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert. Disponível em:

http://www.uc.pt/creolistics/research/angola/inverno_forthcoming

_____ (2011): *Contact-Induced Restructuring or Portuguese Morphosyntax in Interior Angola: evidence from Dundo (Lunda Norte)*. (Tese de doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra.

JESPERSEN, Otto (1947): *Humanidad, noción, individuo, desde el punto de vista lingüístico*. Buenos Aires: Revista de Occidente Argentina.

JÚNIOR, Miguel (2011a): *Análise da História Geral das Guerras Angolanas (1575-1680) de António Oliveira de Cadornega*. Luanda: Mayamba.

_____ (2011b): *A Batalha de Kifangondo – 1975 – factos e documentos*. Luanda: Mayamba.

JUSTINO, Vítor Mércia (2011): *A Distribuição e a Expressão Gramatical do Futuro do Conjuntivo no Português de Moçambique*. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

KACHRU, Braj (1986): *The Alchemy of English – the spread, functions and models of non-native Englishes*. Oxford: Pergamon Press.

KAYNE, R. (1975): *French Syntax – the transformational cycle*. Cambridge: MIT Press.

_____ (1991): “Romance Clitics, Verb Movement and PRO”. *In: Linguistic Inquiry*, n.º 22.4.

KAMBWA, Augusto (2003): “A problemática da coabitação linguística em Angola”. *In: Dossier (Orações de Sapiência)*, 2, pp. 117-132.

KUKANDA, Vatomene (1986): *Notas de Introdução à Linguística Bantu*. Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação.

LABOV, William (1972): *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola. [?]

LAVANDERA, B. (1978), “Where does the Sociolinguistics Variable Stop?” *In: Language in Society*, n.º 7.

_____ (1991): *Padrões Sociolinguísticos*. (Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso, trad.). São Paulo: Parábola Editorial.

LEHMANN, Alise & MARTI-BERTHET, Françoise (2005): *Introduction à la Lexicologie: sémantique et morphologie*. 2.^a ed. Paris: Armand Colin.

LEIRIA, Isabel (2008): “Português em África / Português de África”. *In: Atti del Convegno Da Roma all’Oceano – La lingua portoghese nel mondo* (29-30.03.2007), pp. 87-95. Roma: La Nuova Frontiere.

LESSARD-HÉBERT, Michelle *et al.* (2008): *Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto PIAGET.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1980): “Importância de uma lexicologia contrastiva”. *In: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/4279>

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca *et al.* (1991a): *Terminologia da Lexicologia e Lexicografia. Terminologia e Terminografia*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1991b): “Um projecto em Terminodidáctica”. *In: Actas do Encontro do Programa ERCI*. Lisboa: Universidade Aberta.

_____ (1992): “Base de Dados Textuais – PORTEXT. Lexicologia, Lexicografia e Terminografia”. *In: TERMINOLOGIAS – Revista* n.º 5-6. Lisboa Associação de Terminologia Portuguesa/TERMIP.

LINO, Maria Teresa *et al.* (2007): “Rede de Neologia e de Terminologia em Língua Portuguesa (em situação de contacto de línguas)”. *In: Actas do Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Praia: Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

LINO, Maria Teresa *et al.* (2010): “Neologia, Terminologia e Lexicultura. A língua Portuguesa em Situação de Contacto de Línguas”. *In: Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, n.º 12(2), p. 187-201. São Paulo.

LIPSKI, John (2008): “Angola e Brasil: vínculos linguísticos afro-lusitanos”. *In: Veredas*, n.º 9, pp. 83-98 Disponível em: ( [download](#)).

LOPES, Armando (2002): “O Português como Língua Segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística”. (Maria Helena Mateus, org.): *Uma Política de Língua para o Português*, pp.15-31. Lisboa: Colibri.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves (2003): *Lições de Morfologia da Língua Portuguesa*. Jacobina: Tipô-Carimbos.

LUCCHESI, Dante (1998): *Sistema, Mudança e Linguagem. Um Percorso da Linguística neste Século*. Lisboa: Edições Colibri.

LUCCHESI, Dante & ARAÚJO, Silvana (2014): “A Teoria da Variação Linguística”. In: *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica> (acedido a 28 de Maio de 2014).

LUPENHA, Abílio (2002): *Ovimbundu: origem e simbologia*. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação.

LUSAKALALU, Pedro (2005): *Línguas e Unidades Glossonímicas*. Luanda: Nzila.

MACEDO, Jorge (2006): *A Dimensão Africana da Cultura Angolana*. Luanda: INALD.

MADONIA, Giovanna (1976): “Economia”. In: *Conceitos Fundamentais da Linguística*. Lisboa: Editorial Presença.

MAHO, Jouni Filip (2008): *NUGL Online. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages*.

MAIA, António da Silva (1964): *Lições de Gramática de Quimbundu*. Edição e propriedade do autor.

MALUMBU, Moisés (2005): *Gramática da Língua Umbundu*. Luanda: Edições Paulinas.

MARÇALO, Maria João B. M. (1992): *Introdução à Linguística Funcional*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

MARCUM, John (1978): *The Angolan Revolution. Exile Politics and Guerrilla Warfare, 1962-1976*, vol. II. Combridge: MIT Press.

MARQUES, A. H. de Oliveira (2001): *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, Irene Guerra (1983): “Algumas Reflexões sobre a problemática Linguística em Angola”. In: *Congressosobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, vo. I. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

MARQUES, Maria Lúcia G. (2005), “Língua Materna”. In: *Fernando Cristóvão (dir. e coord.), Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

MARTINET, André (1992): *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

_____ (1995): *Função e Dinâmica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.

_____ (1976): *Conceitos Fundamentais da Linguística*. Lisboa: Editorial Presença.

MARTINS, Ana Maria (2003): “Variação e Mudança no Português”. In: *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais - 2002*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais & Instituto de Estudos Sociais. 29-44. Disponível em:

http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf

MATEUS, Dalila Cabrita & MATEUS, Álvaro (2011): *Angola 61. Guerra Colonial: causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide: Texto Editores.

MATEUS, Maria Helena Mira (1989): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira (1990): *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa, Universidade Aberta.

_____ (2004): “O Português em África”. In: *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

_____ (2005): *A Mudança da Língua no Tempo e no Espaço*. Disponível em: http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mhmateus-mudanca_lingua.pdf

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

MATEUS, Maria Helena & NASCIMENTO, Fernanda Bacelar do (2005): *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Editorial Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira *et. al.* (2005): *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

MATEUS, Maria Helena Mira & CARDEIRA, Esperança (2007): *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.

MATOS, Priscila Teixeira & SANTOS, Rogéria Tarocco dos (2010): *Implicações de uma Análise Linguística Variacionista a partir de uma Perspectiva Discursivo-Pragmática: um estudo inicial sobre o futuro no português moderno*. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufjf.br%2Frevistagatilho%2Ffiles%2F2010%2F12%2FMatos.pdf&ei=YDTPU6rWNaa50QWgp4CABQ&usg=AF>

[QjCNEQDIV00N0E2K1OjLHxjZjUI63jIQ](#) (acedido a 23 de Fevereiro de 2014).

MBAH, Jean Martial Arsene (2010): *As Rivalidades Políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (FNLA) – 1961-1975*. Luanda: Mayamba.

MBANGALE, Machozi Tshopo (2005): “As unidades neológicas do português em África”. In: *Babilónia. Revista Lusófona da Línguas, Culturas e Tradução*, n.º 2(3), pp. 179-188. Disponível em: ([download](#)).

MENDES, Beatriz Correia (1985): *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

MENDES, Irene (2000): *O Léxico no Português de Moçambique (aspectos neológicos e terminológicos)*. Edição Promédia.

MENDONÇA, Renato (1973): *A influência africana no Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MIGUEL, Maria Helena (2003): *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Editorial Nzila.

MINGAS, Amélia A. (1998): “O Português em Angola: Reflexões”. In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, vol. I. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau.

_____ (2000): *Interferencia do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições CHÁ DE CACHINDE.

_____ (2004): “Multiplicidade Linguística: A língua portuguesa em Angola”. In: *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

_____ (2005): “Língua Versus Fala: a questão angolana”. In: *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*. (Maria Helena Mira Mateus e Luísa Teotónio Pereira, orgs.). Lisboa: Edições Colibri.

MIRANDA, José A. Bragança de (2007): *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI.

MOLLICA, M. C & BRAGA, M. L., orgs. (2003): *Introdução à Sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, António (2003): “Portugal, os Estados Unidos e a Guerra Angolana”. In: *Comunicação apresentada na Conferência Internacional «Portugal, a Europa e os Estados Unidos»*. Lisboa: IPRI. Disponível em: <http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=1>

MONTEIRO, J. L. (2008): *Para Compreender Labov*. 3.^a ed. Petrópolis: Vozes.

MOREIRA DE SÁ, Tiago (2011): *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Códova: Dom Quixote.

MOUNIN, Geoges (1997): *Introdução à Linguística*. Lisboa: Livros Horizonte.

MUÑOZ, Carmen *et al.* (2011): *Aprender uma Segunda Língua*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

NETO, António Pitra (2008): *MPLA e as Eleições Legislativas de 2008 – as nossas razões para a vitória*. Luanda: Nzila.

NETO, Conceição Garcia (2009): *O Perfil Linguístico e Comunicativo dos Alunos da Escola de Formação de Professores Garcia Neto (Luanda-Angola)*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa. Disponível em: ( [download](#)).

NGUNGA, Armino (2004): *Introdução à Linguística Bantu*. Universidade Eduardo Mondlane, Imprensa Universitária.

NTONDO, Zavoni (2008): *Morfologia e Sintaxe do Ngangela*. Luanda: Editorial Nzila.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele (2011): *A Língua Portuguesa em Angola: Um contributo para o estudo da sua nacionalização*. (Tese de doutoramento). Universidade da Beira Interior. Covilhã.

OLIVEIRA, Américo Correia de (2006): *O Livro das Adivinhas Angolanas*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

OLIVEIRA, Anabela Dinis Branco de *et al.* (2000): *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*. Porto: Porto Editora.

OLIVEIRA, Fernando de (2000): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

OLIVEIRA, Josane Moreira de (2006): *O Futuro da Língua Portuguesa Ontem e Hoje: variação e mudança*. Disponível em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.lettras.ufrj.br%2Fposverna%2Fdoutorado%2FOliveiraJM.pdf&ei=q0nhU8TmHoaz0QXSk0DQAg&usg=AFQjCNGr_hfybugx5kp6KLclE91smgBTkA&sig2=QDwb4GZlfpXa45b63sGEsQ&bvm=bv.72197243,d.bGQ (acedido a 21 de Março de 2014).

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de & SANTOS, Eduardo Ferreira dos (2007): “Pronomes Nulos na Posição de Sujeito no Português de Angola – um estudo preliminar”. *In: Filologia e Linguística Portuguesa* (9), pp. 85-102. Disponível em: ( [download](#)).

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de & COUTO, Carlos Alberto Mendes do (1971): *ANGOLANA – documentação sobre Angola*, vols. VI II. Lisboa.

OLIVEIRA, Marta Kohl de (2011): *VIGOTSKY: Aprendizado e Desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. Editora Scipione.

OLIVER, Roland e FAGE, J. D. (1980): *Breve História de África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

PAIN, Rodrigo de Souza (s.d.): *Por Onde Vão os Angolanos: os desafios da democratização e a importância da participação da sociedade civil angolana*. Disponível em: http://www.historiagora.com/dmdocuments/Historia_angola.pdf (acedido a 22 de Agosto de 2012)

PANZO, João Boaventura Ima (2013): *As Representações dos Professores sobre o Português Língua Segunda: Linhas de Actuação. Programa de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário em Angola*. Dissertação de doutoramento em Letras. Universidade da Beira Interior. Covilhã.

PASSMORE, John (s.d.): *Chomsky – os estruturalistas e a fundação da linguística moderna*. Disponível em: http://criticanared.com/fil_chomsky.html (acedido a a 11 de Junho de 2013)

PAULO, Manuel J. (2004): “O Papel das Nações Unidas no Processo de Paz Angolano. In: MEIJER, Guus (coord.): *Accord – Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*, pp. 28-31. Londres: Conciliation Resources.

PÉCLARD, Didier (2008?): “Angola na Paz”. In: *Revista Politique Africaine*. Disponível em:

http://www.politiqueafricaine.com/appels/PolitiqueAfricaine_Angola_port.pdf
(acedido a 24 de Maio de 2014).

PERES, Damião (1957): *Diogo Cão*. Lisboa.

PERES, João Andrade & MÓIA, Telmo (1995): *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

PERL, Matthias (1998): “O Português em Angola: Reflexões”. In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, vol. I, pp. 109-126. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau.

PETTER, Margarida Maria Taddoni (2008): *Variedades Linguísticas em Contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. Universidade de São Paulo, Tese de Livre-docência.

_____ (2008): “O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano”. In: *Veredas* (9), pp. 61-82.

Disponível em: ( [download](#)).

_____ (2008): *Uma Hipótese Explicativa do Contato entre o Português e as Línguas Africanas*. Disponível em:

<http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/6/17-1>

_____ (2009): “Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano”. *In: Pápiá* (19), pp. 201-220. Disponível em: ( [download](#)).

PIMENTA, Dionísio da Silva (s.d.): *De Infância e de Memórias – representações da identidade e processos de criação ficcional em “Bom Dia Camarada”, de Ondjaki*. Disponível em: www.versaobeta.ufscar.br/index.php/ub/article/view/83/37 (acedido a 10 de Abril de 2014)

PINTO, Paulo Feytor (2001): *Como Pensamos a nossa Língua: e as línguas dos outros*. Lisboa: Editorial Espanca.

PONSO, Letícia Cao (2014): *Um Foco sobre a Situação Sociolinguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*.

PUREZA, José Manuel *et al.* (2007): *As Novas Operações de Paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais n.º 290.

QUIVUNA, Manuel (2013): *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna: estudo de caso – Escola do 2.º Ciclo da Cidade do Wizi*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RAMALHO, Vitór (2001): “O Período de Transição em Angola para a Independência e a Primeira Guerra Civil Fratricida”. *In: Revista Encontros. Encontros de Divulgação e Debates em Estudos Sociais*. Vila Nova de Gaia: Colégio Corpus Christi.

RAPOSO, Eduardo Paiva (1992): *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho.

- RAPOSO, Eduardo Bozaglo Paiva *et al.*, orgs. (2013): *Gramática do Português*, vols I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REDINHA, José (1955): *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda*. Lisboa.
- _____ (1969): *Distribuição Étnica da Província de Angola*. 5.^a ed. S.l.: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- _____ (1972): *Palácio dos Governadores de Angola: notas históricas e catálogo-guia*. 2.^a ed. S.l.: Centro de Informação e Turismo de Angola.
- _____ (1975): *Etnias e Culturas de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- _____ (2009): *Etnias e Culturas de Angola*. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- RELA, José Manuel Zenha (2008): *Angola: o futuro já começou*. Luanda: Editorial Nzila.
- RIO-TORTO, Graça (2006): *O léxico: semântica e gramática das unidades lexicais*. Disponível em: https://www.google.pt/search?hl=pt-PT&noj=1&biw=1366&bih=650&q=unidade+lexical+&oq=unidade+lexical+&gs_l=serp..3..0j0i22i30l8.126561.134382.0.135068.24.19.3.2.2.1.247.2892.1j15j3.19.0....0...1c.1.37.serp..8.16.2227.y0VvPn3tJDI (acedido a 19 de Março de 2014).
- RODRIGUES, e Márcia Rejane Alves & ARAÚJO, Maria Neuma Freire (s.d.): *As Hipóteses do Inatismo para Explicação da Linguagem*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Yh8wpFP1vGMJ:www.filologia.org.br/soletras/15sup/As%2520hip%25C3%25B3teses%2520d>

[o%2520inatismo%2520para%2520%2520explica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520linguagem%2520-%2520M%25C3%2581RCIA.pdf+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](#) (acedido a 14 de Maio de 2013).

RUHLEN, Merritt (1996): *A Origem da Linguagem*. Lisboa: Temas e Debates.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos (2007): “Uma Hipótese Explicativa do Contato entre o Português e as Línguas Africanas”. *In: Pávia*, (17), pp. 9-19.

_____ (2008): *Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. (Tese de livre-docência). Universidade de São Paulo.

_____ (2008): “O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano”. *In: Veredas* (9), pp. 61-82. Disponível em: ([download](#)).

_____ (2009): “Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano”. *In: Pávia* (19), pp. 201-220. Disponível em: ([download](#)).

_____ (2009): “Uma abordagem do CP clivado no português de Angola”. *In: II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Universidade de Évora.

_____ (2010): *A Periferia Esquerda da Sentença no Português de Angola*. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo. Disponível em: ([download](#)).

_____ (2011): “A categoria tópico no português de Angola”. In: *Linha d'Água* (24), pp. 116-126. Disponível em: ( [download](#)).

SANTOS, José Eduardo dos (2006): *Discurso Pronunciado na Sessão de Abertura do 3.º Simpósio sobre Cultura Nacional*. Palácio dos Congressos. Luanda.

SANTOS, Eduardo dos & OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de (2011): “Aspectos da Categoria Foco no Português de Angola”. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.º 13(2), pp. 269-304. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

SAUSSURE, Ferdinand (1971): *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SCHUBERT, Benedict (2000): *a Guerra e as Igrejas – Angola 1961-1991*. Bern: P. Schlettwein Publishing.

SCHUCHARDT, Hugo (1957 [1986]): *História da Língua Portuguesa*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Presença, Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória.

SERRANO, Ana Maria (2008): *Redes Sociais de Apoio e sua Relevância para a Intervenção Precoce*. Porto: Porto Editora.

SILVA, Daniel Marra da (2012): *Whitney, Saussure, Meillet e Labov: implicações metodológicas e concepções da noção de língua como um facto social para os estudos linguísticos*. Goiânia: Faculdade de Letras/UFG.

SILVA, Denise (2013): *Estudo lexicográfico da Língua Terena: proposta de um dicionário bilingue Terena-Português*. (Tese de doutoramento). Raraquara, São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SILVA, Oziel Marques da & NTONDO, Zavoni (2011): “A Língua Bantu Angolana Lwimbi [K12A] e a Busca Etimológica dos Bantuismos Brasileiros”. *In: PAPIA*, n.º 21(2), pp. 277-289.

SILVA, Janine Félix da *et al.* (2011): “A Língua Bantu Angolana Mbwela [K17] e a Busca Etimológica dos Bantuismos Brasileiros”. *In: PAPIA*, n.º 21(2), pp. 291-302.

SILVA, Janine Félix da & SAKANENE, Bernardo Sipiali (s.d.): *A Bantufonia na Variedade Angolana do Português*. Disponível em:
http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=4&ved=0CDIQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.simelp.letras.ufg.br%2Fanaais%2Fsimposio_12.pdf&ei=z0LPU87QNKLb0QXYoGoCQ&usg=AFQjCNEK3oV_nt_R2rftJ0UYmH6T7ISyMw (acedido a 11 de Março de 2014).

SIMÕES, Cláudia Maria Neves *et al.* (2012): *Internacionalização do Sector da Saúde Nacional – mercados em análise: Angola*. Disponível em:
www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/CadernoAngola
(acedido a 14 de Abril de 2014).

SITA, Manuel Morais (2009): *O Usombo nos Nyemba do Ndongo*. Monografia. Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação.

SOUSA, Fonseca & UNDOLO, Márcio (2013): *Provérbios de Angola: a perspicácia do espírito dos Tucokwe*. Dundo: Lueji Editora.

SOUZA E SILVA, Odália Bispo de (2011): *Dicionário: uma abordagem discursiva*. (Dissertação de mestrado). Goiânia: Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1145(acesso a 19 de Março de 2014).

SPORTICHE, Dominique (1996): “Clitic Constructions”. In: *Phrase Structure and the Lexicon*. (Johan Rooryck and Laurie Zaring, eds.), pp. 213–276. Dordrecht: Kluwer.

STROZER, J. (1976): *Clitics in Spanish*. (PhD Dissertation). Los Angeles: UCLA.

TAMISIER, Jean-Christophe, coord. (2003): *Dicionário Temático dos Povos: Sociedade de África, América, Ásia e Oceânia*. (Gemeniano Cascais Franco, trad.). Larousse. Lisboa: Círculo de Leitores.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo (s.d.): *O pronome você no português de Luanda*. Disponível em: ( [download](#)).

TEIXEIRA, Eliana Sandra Pitombo & ALEMIDA, Norma Lucia Fernandes (2011): “A Indeterminação do Sujeito no Português Angolano: uma comparação com o português do Brasil”. In: *Papia*, n.º 1(21), pp. 99-111. Disponível em: ( [download](#)).

TEIXEIRA, José Carlos (2009): *Dicionário de Mwangolé*. Luanda: Maianga.

TEYSSIER, Paul (1987): *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

TYMUMA, Verónica (2009): *Gramática Ngangela*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

UNDOLO, Márcio Edu da Silva (2012): *Terminologia da Segurança Social em Angola*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

UNDOLO, Márcio (2013): “Uma Política de língua para o Português em Angola”. *In: Itinerários – Revista do Centro de Estudos de Desenvolvimento Social da Reitoria da Universidade Lueji A’Nkonde*, n.º 1, pp. 116-121. Dundo: Lueji Editora.

VALIENTE, C. Ilsa Álvarez & GONÇALVES, C. Viriato (2009): *Material de Apoio à Cadeira Metodologia da Investigação Científica*. (manual não publicado). Lubango: Instituto Superior de Ciências de Educação.

VALKHOFF, Marius F. (1966): *Studies in Portuguese and Creole: with special reference to South Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

VENÂNCIO, José Carlos (1992): “História, Sociedade e Conflito: estatuto e função social da língua portuguesa em Angola”. *In: Revista da Lusofonia*, n.ºs 29-34, pp. 191-196.

VANSINA, Jan (2001): “Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845)”. *In: Bull. Séanc. Acad. R. Sci. Outre-Mer Mede. Zitt. K. Acad. Overzeese Wet*, n.º 47, pp. 267-281.

VENTURA, Helena & CASEIRO, Manuela (1999): *Guia Prático de Verbos com Preposições*. Lisboa: Edições Técnicas.

VERDELHO, Telmo (1995): *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

VILLALVA, Aliana (2008): *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

VILELA, Mário (1994): *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.

_____ (1995): *Algumas tendências da língua portuguesa em África. Ensino e Língua Portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina.

_____ (1995): *Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina.

_____ (1999): 'A língua portuguesa em África: tendências e factos'. In: *Africana Studia* (1), pp. 175-195.

_____ (2002): 'Reflections on language policy in African countries with Portuguese as an official language'. In: *Current Issues in Language Planning*, n.º 3(3), pp. 306-316.

WRIGHT, George (1997): *The Destruction of a Nation, United States' Foreign Policy Toward Angola since 1945*. Londres: Pluto Press.

XAVIER, Maria Francisca & MATEUS, Maria Helena (1990): *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa: Editora Cosmos. Disponível em: http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf (acedido a 10 de Março de 2012).

YAGUELLO, Marina (2010): *Alice no País da Linguagem*. (Maria José Figueiredo, trad.). Lisboa: Editorial Estampa.

ZANOTTO, Noemelio (1996): *Estrutura Mórfrica da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Caixas do Sul: EDUCS.

ZAU, Filipe (2002): *Trilhos para o Desenvolvimento*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Universidade Aberta.

_____ (2008): *As Línguas Africanas de Angola face à Globalização*.

Disponível em:

http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.adelinotorres.com%2Fafrika%2FFILIPE%2520ZAU_As%2520l%25EDnguas%2520africanas%2520de%2520Angola%2520face%2520%25E0%2520globaliza%25E7%25E3o.pdf&ei=VizPU6HIIbCp0AWT4YHYBw&usg=AFQjCNE6ljozS75vBy07uF2oNlnxS3hKfg

(acedido a 12 de Agosto de 2012).

ZÔLUA, Pedro Júnior (2013): *Angola – conjuntura da transição para independência*. Disponível em:

<http://juniorzolua.blogspot.pt/2013/12/angola-conjuntura-da-transicao-para-4.html> (acedido a 5 de Janeiro de 2014).

OUTRAS FONTES

- CARVALHO, Paula Gonçalves *et al.* (2014): “Angola”. *In: Estudos Económicos e Financeiros*. Banco Português de Investimentos.
- Revista Economia & Mercado, n.º 69. Luanda, 2010.
- Revista Economia & Mercado, n.º 70. Luanda, 2010.
- Revista Investir em Angola, n.º 3. Luanda, 2011.
- Revista Exame, n.º 15. Luanda, 2011.
- Boletim Informativo *Estudos Económicos e Financeiros*, BPI: 2014. Disponível em <http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=10> (acedido a 9 de Julho de 2014)
- http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf (acedido a 11 de Julho de 2011)
- www.angola.or.jp/index.php/about_angola/geography (acedido a 23 de Dezembro de 2011)
- www.mirex.gv.ao/sadc/informacao geral.htm (acedido a 23 de Dezembro de 2011)
- www.angolaglobal.net/noticias-sobre-angola/Angola-tem-uma-populacao-de-21-milhoes-de-habitantes/1175 (acedido a 23 de Dezembro de 2011)

- http://sol.sapo.pt/inicio/Lusofonia/Angola/Interior.aspx?content_id=25622(acedido a 23 de Dezembro de 2011)
- www.macauhub.com.mo/pt/2008/11/18/6095/ (acedido a 23 de Dezembro de 2011)
- http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao10/artigos_santos_e_costa.php



Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt